



VIII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1999-2000)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 17 DE FEVEREIRO DE 2000

Presidente Ex^{mo} Sr António de Almeida Santos

Secretários Ex^{mos} Srs. Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
José de Almeida Cesário
António João Rodeia Machado
António José Carlos Pinho

SUMÁRIO

O Sr Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 35 minutos

Deu-se conta da entrada na Mesa da proposta de lei nº 18/VIII, dos projectos de lei nº 97 a 101/VIII, das propostas de resolução nº 12 e 13/VIII, dos projectos de resolução nº 29 a 32/VIII e dos inqueritos parlamentares nºs 1 a 4/VIII

Foi também aprovado um parecer da Comissão de Ética relativo a retoma de mandato de um Deputado do CDS-PP

A Câmara deu, ainda, assentimento a viagem de carácter oficial do Sr Presidente da República a Roménia entre os dias 3 e 5 do próximo mês de Março

Iniciou-se a discussão conjunta, na generalidade, das propostas de lei nº 15/VIII — Grandes Opções do Plano para

2000 e 16/VIII — Orçamento do Estado para 2000 Intervieram, a diverso título, além do Sr Primeiro-Ministro (António Guterres) e do Sr Ministro das Finanças e da Economia (Pina Moura), os Srs Deputados Carlos Carvalhas (PCP), Durão Barroso (PSD), Basílio Horta (CDS-PP), Francisco de Assis (PS), Francisco Louçã (BE), Isabel Custodio (Os Verdes), José Penedos (PS), Manuela Ferreira Leite (PSD), Manuel dos Santos (PS), Octávio Teixeira (PCP), Rui Marques (PS), Lino de Carvalho (PCP), Rui Rio (PSD), Paulo Portas (CDS-PP), Maria Luisa Vasconcelos (PS), António Pires de Lima (CDS-PP) e Carlos Zorinho (PS)

O Sr Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 45 minutos

O Sr Presidente — Srs Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão

Eram 10 horas e 35 minutos

Estavam presentes os seguintes Srs Deputados

Partido Socialista (PS)

Agostinho Moreira Gonçalves
 Aires Manuel Jacinto de Carvalho
 Alberto Bernardes Costa
 Alexandre António Alves Chaves
 Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
 António Alves Marques Júnior
 António Alves Martinho
 António Bento da Silva Galamba
 António de Almeida Santos
 António Fernandes da Silva Braga
 António Fernando Marques Ribeiro Reis
 António Fernando Menezes Rodrigues
 António Jorge Freire de Brito Calvete
 António José Gavino Paixão
 António Manuel Dias Baptista
 António Manuel do Carmo Saleiro
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
 Bruno Renato Sutil Moreira de Almeida
 Carlos Alberto
 Carlos Alberto Dias dos Santos
 Carlos José Gonçalves Vieira de Matos
 Carlos Manuel Luís
 Casimiro Francisco Ramos
 Cláudio Ramos Monteiro
 Dinis Manuel Prata Costa
 Eduarda Maria Castro de Sousa
 Eduardo Ribeiro Pereira
 Fernando Manuel de Jesus
 Fernando Pereira Serrasqueiro
 Filipe Mesquita Vital
 Francisco José Pereira de Assis Miranda
 Francisco Xavier Pablo da Silva Torres
 Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho
 Helena Maria Mesquita Ribeiro
 Isabel Maria Batalha Vigia Polaco d'Almeida
 Isabel Maria dos Santos Barata
 Jamila Bárbara Madeira e Madeira
 João Alberto Martins Sobral
 João Cardona Gomes Cravinho
 João Francisco Gomes Benavente
 João Mamedo Lourenço
 João Pedro da Silva Correia
 João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira
 João Rui Gaspar de Almeida
 Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira
 Jorge Lacão Costa
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
 José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão
 José Aurélio da Silva Barros Moura
 José Carlos Correia Mota de Andrade
 José Carlos da Cruz Lavrador
 José Carlos das Dores Zorrinho
 José Carlos Lourenço Tavares Pereira
 José Carlos Pinto Basto Mota Torres

José da Conceição Saraiva
 José de Matos Leitão
 José Eduardo Vera Cruz Jardim
 José Ernesto Figueira dos Reis
 José Manuel de Medeiros Ferreira
 José Manuel Pires Epifânio
 José Manuel Rosa do Egito
 José Manuel Santos de Magalhães
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros
 José Rodrigues Pereira dos Penedos
 Jovita de Fátima Romano Ladeira
 Júlio Francisco Miranda Calha
 Laurentino José Monteiro Castro Dias
 Luis Afonso Cerqueira Natividade Candal
 Luis Miguel Gomes Miranda Teixeira
 Luís Pedro de Carvalho Martins
 Luísa Pinheiro Portugal
 Luiz Manuel Fagundes Duarte
 Mafalda Cristina Mata de Oliveira Troncho
 Manuel Alberto Barbosa de Oliveira
 Manuel Alegre de Melo Duarte
 Manuel António dos Santos
 Manuel Francisco dos Santos Valente
 Manuel Joaquim Barbosa Ribeiro
 Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia
 Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
 Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira
 Maria do Carmo Pires Almeida Borges
 Maria do Céu da Cruz Vidal Lourenço
 Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
 Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa
 Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta
 Maria Isabel da Silva Pires de Lima
 Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino
 Maria José Vidal do Rosário Campos
 Maria Luísa Silva Vasconcelos
 Maria Teresa de Oliveira Ferreira Coimbra
 Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
 Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura
 Nelson Madeira Baltazar
 Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
 Paulo Alexandre de Carvalho Pisco
 Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge
 Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
 Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
 Rosalina Maria Barbosa Martins
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira
 Rui Manuel Leal Marqueiro
 Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
 Teresa Maria Neto Venda
 Vitor Manuel Alves Pernoto
 Vitor Manuel Caio Roque
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

Partido Social Democrata (PSD)

Adão Jose Fonseca Silva
 Álvaro dos Santos Amaro
 Álvaro Roque de Pinho Bissaya Barreto
 Ana Maria Martins Narciso
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
 António da Silva Pinto de Nazaré Pereira

António de Carvalho Martins
 António d'Orey Capucho
 António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
 António Manuel da Cruz Silva
 António Manuel Santana Abelha
 António Paulo Martins Pereira Coelho
 Armando Manuel Dinis Vieira
 Arménio dos Santos
 Artur Ryder Torres Pereira
 Bruno Jorge Viegas Vitorino
 Carlos José das Neves Martins
 Carlos Manuel de Sousa Encarnação
 Carlos Manuel Marta Gonçalves
 David Jorge Mascarenhas dos Santos
 Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares
 Eugénio Fernando Sá Cerqueira Marinho
 Feliciano José Barreiras Duarte
 Fernando Jorge Loureiro de Roboredo Seara
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira
 Fernando Santos Pereira
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
 Henrique José Praia da Rocha de Freitas
 Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves
 Hugo José Teixeira Velosa
 João Bosco Soares Mota Amaral
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá
 João José da Silva Maçãs
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
 Joaquim Martins Ferreira do Amaral
 Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa
 Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
 José António de Sousa e Silva
 José David Gomes Justino
 José de Almeida Cesário
 José Eduardo Rêgo Mendes Martins
 José Frederico de Lemos Salter Cid
 José Luís Campos Vieira de Castro
 José Luís Fazenda Arnaut Duarte
 José Manuel de Matos Correia
 José Manuel Durão Barroso
 Lucília Maria Sainorense Ferra
 Luís Cirilo Amorim de Campos Carvalho
 Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes
 Luís Manuel Machado Rodrigues
 Luis Maria de Barros Serra Marques Guedes
 Luís Pedro Machado Sampaio de Sousa Pimentel
 Manuel Alves de Oliveira
 Manuel Castro de Almeida
 Manuel Filipe Correia de Jesus
 Manuel Joaquim Barata Frexes
 Manuel Maria Moreira
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida
 Maria do Céu Baptista Ramos
 Maria Eduarda de Almeida Azevedo
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira
 Maria Manuela Dias Ferreira Leite
 Maria Natália Guterres Viegas C da Conceição Antunes
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia
 Mário da Silva Coutinho Albuquerque
 Mário Patinha Antão
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira
 Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva
 Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas
 Pedro Augusto Cunha Pinto
 Pedro José da Vinha Rodrigues Costa

Pedro Manuel Cruz Roseta
 Pedro Miguel de Azeredo Duarte
 Pedro Miguel de Santana Lopes
 Rui Fernando da Silva Rio
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
 Sérgio André da Costa Vieira

Partido Comunista Português (PCP)

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes
 Ana Margarida Lopes Botelho
 António Filipe Gaião Rodrigues
 António João Rodeia Machado
 Bernardino José Torrão Soares
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas
 João António Gonçalves do Amaral
 Joaquim Manuel da Fonseca Matias
 José Honório Faria Gonçalves Novo
 Lino António Marques de Carvalho
 Maria Luísa Raimundo Mesquita
 Maria Natália Gomes Filipe
 Maria Odete dos Santos
 Octávio Augusto Teixeira
 Vicente José Rosado Merendas

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)

Álvaro António Magalhães Ferrão de Castello Branco
 António de Magalhães Pires de Lima
 António José Carlos Pinho
 Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo
 José Daniel Rosas Campelo da Rocha
 Luís Pedro Mota Soares
 Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró
 Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona
 Narana Sinai Coissoró
 Paulo Sacadura Cabral Portas
 Raúl Miguel de Oliveira Rosado Fernandes
 Sílvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV)

Fernando Carlos Almeida Pésinho
 Isabel Maria de Almeida e Castro

Bloco de Esquerda (BE)

Francisco Anacleto Louçã
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

O Sr Presidente — Srs Deputados, o Sr Secretário vai proceder à leitura do expediente

O Sr Secretário (Artur Penedos) — Sr Presidente, Srs Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidos, as seguintes iniciativas legislativas proposta de lei n.º 18/VIII — Autoriza o Governo a legislar em matéria de formação de contratos de arrendamento urbano para comércio, indústria e exercício de profissão liberal e de contratos de trespasso, projectos de lei n.ºs 97/VIII — Elevação à categoria de vila da freguesia de Santa Catarina da Serra (PSD), que baixou à 4.ª Comissão, 98/VIII — Criação do Dia Nacional sem Carro (Os Verdes), que baixou à 4.ª Comissão, 99/VIII — Recuperação das pensões dos antigos combaten-

tes em zonas de risco (CDS-PP), que baixou à 9.ª Comissão, 100/VIII — Medidas para a educação sexual nas escolas (BE), que baixou à 7.ª Comissão, e 101/VIII — Contração de emergência (BE), que baixou à 8.ª Comissão, propostas de resolução n.º 12/VIII — Aprova, para ratificação, a Convenção entre a República Portuguesa e o Reino dos Países Baixos para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e o Capital, assinado no Porto em 20 de Setembro de 1999, que baixou às 2.ª e 5.ª Comissões, e 13/VIII — Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a República da Letónia relativo a Transportes Internacionais Rodoviários de Passageiros e Mercadorias e respectivo Protocolo, assinado em Varsóvia, a 20 de Maio de 1999, que baixou às 2.ª e 6.ª Comissões, projectos de resolução n.ºs 29/VIII — Sobre o empenhamento do Estado português na abolição universal da pena de morte (PCP), 30/VIII — Sobre o serviço público da televisão (CDS-PP), 31/VIII — Alterações ao Regimento da Assembleia da República (PCP) e 32/VIII — Concretização das garantias do direito à saúde reprodutiva (BE), e os inquéritos parlamentares n.ºs 1/VIII — Apreciação dos actos do Governo referentes à privatização, reestruturação e definição das alianças estratégicas da TAP (PCP), 2/VIII — Apreciação do processo de reprivatização, apuramento das responsabilidades pela gestão e avaliação das decisões políticas relativas à TAP na óptica do contribuinte (CDS-PP), 3/VIII — Constituição de uma comissão eventual de inquérito parlamentar à gestão da TAP desde o Plano Estratégico de Saneamento Económico e Financeiro (PESEF), bem como à organização e evolução do seu processo de privatização (PSD) e 4/VIII — Apreciação da legalidade do processo de concessão do registo das marcas «Queijo Limiano» e «Manteiga Limiana» ao município de Ponte de Lima e posterior revogação do mesmo, bem como do envolvimento do Ministério da Economia no âmbito desse processo (CDS-PP)

O Sr. Presidente — Srs Deputados, o Sr Secretário vai ainda dar conta de um relatório e parecer da Comissão de Ética sobre a retoma de mandato de um Sr Deputado

O Sr. Secretário (Artur Penedos) — Sr Presidente e Srs Deputados, o relatório e parecer refere-se à retoma de mandato do Sr Deputado António Pires de Lima, do CDS-PP (círculo eleitoral de Santarém), cessando Herculano Gonçalves, em 7 de Fevereiro corrente, inclusive

O Sr Presidente — Srs Deputados, está em apreciação

Pausa

Não havendo pedidos de palavra, vamos votar o parecer

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade

Srs Deputados, temos ainda um parecer e proposta de resolução da Comissão de Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação relativo a um pedido do Sr Presidente da República para uma deslocação à Roménia, que é do seguinte teor. «Estando prevista a minha deslocação à Roménia entre os dias 2 a 5 do próximo mês de Março, em visita de Estado, a convite do Presidente Emil Constantinescu, venho requerer, nos termos dos artigos 129.º, n.º 1, e 163.º, alínea b), da Constituição, o necessário assentimento da Assembleia da República»

Por sua vez, a Comissão de Negócios Estrangeiros, Comunidades portuguesas e Cooperação emitiu o seguinte parecer: «A Assembleia da República, de acordo com as disposições constitucionais aplicáveis, dá o assentimento nos termos em que é requerido»

Srs Deputados, vamos votar o parecer e proposta de resolução

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade

Srs Membros do Governo e Srs Deputados, vamos dar início à discussão conjunta, na generalidade, das propostas de lei n.ºs 15/VIII — Grandes Opções do Plano para 2000 e 16/VIII — Orçamento do Estado para 2000

Para introduzir o debate, tem a palavra o Sr Primeiro-Ministro

O Sr Primeiro-Ministro (António Guterres) — Sr Presidente, Srs Deputados Subo, com todo o gosto, pela quinta vez a esta tribuna para vos apresentar as propostas de lei do Orçamento do Estado e das Grandes Opções do Plano. Dois documentos que se inserem numa estratégia de médio prazo, com um objectivo central vencer o atraso estrutural que ainda nos separa da Europa mais desenvolvida. Mas queremos fazê-lo com as pessoas e para as pessoas, com a consciência social que é timbre deste Governo

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Por isso, as duas grandes prioridades para 2000 são o investimento, como motor de transformação estrutural, e as políticas sociais centradas na família, como factor decisivo de justiça e coesão nacional

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Quatro anos depois do nosso primeiro Orçamento a economia portuguesa está diferente e está melhor. Portugal é hoje um país mais moderno, mais evoluído, com mais bem-estar social, com pobreza menos intensa e com uma classe média significativamente reforçada

Entre 1996 e 1999, a economia portuguesa cresceu 50% acima da média europeia e mais do dobro do que tinha crescido nos quatro anos anteriores

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Entre 1996 e 1999, o investimento cresceu em Portugal duas vezes e meia mais do que a média europeia e cinco vezes mais do que nos quatro anos anteriores

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Entre 1996 e 1999, os salários reais por trabalhador cresceram duas vezes mais do que a média europeia e 25% mais do que nos quatro anos anteriores

Há 36 meses consecutivos que o desemprego diminui em Portugal, particularmente nos jovens e nos desempregados de longa duração. Para isso, entre 1996 e 1999, o emprego, em Portugal, cresceu duas vezes mais do que a média europeia, e estava em queda nos quatro anos anteriores

Entre 1996 e 1999, cerca de 600 000 famílias compraram casa, mais do dobro do que aconteceu nos quatro anos anteriores

Vozes do PS. — Muito bem!

O Orador — Em 1995, só 43% dos portugueses maiores de 15 anos gozavam férias, em 1999, foram 71%

Em 1995, só 45% dos candidatos tiveram vaga no ensino superior público, em 1999, mais de 80%

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Mas a diferença não é apenas quantitativa, é também qualitativa na ciência e na cultura, na capacidade das empresas, na requalificação urbana, no saneamento básico e no ambiente em geral, no ordenamento e na qualidade dos equipamentos sociais. Um exemplo apenas, fazemos hoje escolas modelares, com ginásio, laboratórios, biblioteca, ligações à Internet, em contraste com as velhas fábricas de aulas do passado, infelizmente ainda não muito longínquo

Aplausos do PS

Protestos do PCP

Sr^{as} e Srs Deputados, é este o momento de responder, com clareza, às quatro questões que considero centrais na análise deste Orçamento primeira, por que é injusto considerá-lo um Orçamento despesista.

Vozes do PS — Exactamente!

O Orador — segunda, em que se sustenta a previsão global das receitas, terceira, por que este é um orçamento de transição para um novo patamar de consolidação das finanças públicas, quarta, em que se fundamenta a afirmação de que temos no investimento e nas políticas sociais centradas na família as duas grandes prioridades do exercício

Em primeiro lugar, é injusto considerar este Orçamento despesista, desde logo, porque o aumento da despesa pública decorre fundamentalmente, como nos últimos anos, do crescimento das despesas sociais, e bem! Partindo de níveis inaceitáveis, estamos a concluir um ciclo que corresponde a um salto qualitativo necessário na despesa social do sector público para respeitar a própria dignidade das pessoas e cujo pleno impacto se mede no Orçamento para este ano

Entre 1995 e 2000, as despesas sociais previstas passaram de 47,4% para 56% da despesa pública total

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — É uma alteração qualitativa que mostra a diferença entre a insensibilidade social e a sensibilidade social que passou a presidir ao Governo do País

Aplausos do PS

E com isto houve um aumento da percentagem das despesas sociais em 2000, apesar de, em 2000, se terem elevado as taxas de juro, e com elas a despesa com dívida pública, de se ter iniciado o processo de transição para o serviço militar não obrigatório e de se ter ainda de acorrer

ao que é indispensável na expressão da nossa solidariedade com Timor

Pois bem, no Estado propriamente dito, as despesas sociais sobem 10,5%, enquanto as despesas não sociais crescem apenas 4,9%, já claramente abaixo do aumento do PIB nominal, isto apesar da evolução desfavorável das taxas de juro

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Os que entendem que o Orçamento do Estado é despesista deverão seguramente querer fazer cortes. Querem despedir trabalhadores da função pública? Quantos e onde? Nós, pela nossa parte, não queremos!

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Não devem ser admitidos novos!

O Orador — Entendem que não deveriam ter sido corrigidas as injustiças nas remunerações, por exemplo, dos professores ou dos agentes das forças de segurança em patrulhamento nas ruas? Nós não entendemos!

Aplausos do PS

Entre 1995 e 1999, houve um enorme investimento em creches, lares, centros de dia, equipamentos de apoio a cidadãos com deficiência ou grandes dependentes. Tudo isto acarreta agora mais despesa corrente. Por isso, o orçamento da acção social aumenta 21% em 2000.

Querem fechar creches, fechar lares, para reduzir a despesa? Nos não queremos!

Aplausos do PS

Entre 1995 e 1999, duplicou o número de idosos apoiados em suas casas para vencer a solidão e garantir a dignidade das suas vidas. Querem diminuir este número? Nós não queremos!

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Em 1995, tínhamos 31 000 estudantes do ensino superior com bolsa de estudos, em 1999, 52 000 e, em 2000, 58 000. Querem voltar atrás? Nós não queremos!

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Entre 1995 e 1999, o orçamento para a educação pré-escolar passou de 18 para 50 milhões de contos. O pré-escolar não é uma prioridade? Querem reduzi-lo? Nós não queremos!

Aplausos do PS

O número de consultas nos hospitais e centros de saúde aumentou em 3 milhões entre 1995 e 1999. Querem diminuir-lo? Todos sabem que é preciso aumentá-lo para recuperar as listas de espera.

A pensão social era em 1995 de 17 500\$, é hoje de 25 000\$, mais 43%. Foi demasiado o aumento? Não é o que se deduz da propaganda das oposições. Também nós achamos pouco e bem gostaríamos de poder ir mais longe.

Aplausos do PS

Em 1995, havia 32 centros de atendimento para toxicodependentes em funcionamento e, em 1999, 45, o número de consultas passou de 125 000 para 229 000. Aqui, por respeito para com todos, não me atrevo sequer a perguntar se este esforço pode ser reduzido.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Entre 1996 e 1999, foram formados e entraram ao serviço 8100 novos agentes das forças de segurança contra 4500 na legislatura anterior. Estão a mais? Nós não achamos!

Aplausos do PS

Protestos do Deputado do CDS-PP Paulo Portas

Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados Segunda questão em que se baseia a previsão global das receitas?

O Orçamento do Estado prevê um crescimento da receita fiscal de 9,7% em relação ao ano anterior. Se descontarmos, no entanto, o contributo singular decorrente da majoração dos pagamentos por conta do IRC o aumento cifra-se em apenas 8,6%. Ora, nos três últimos anos, a receita fiscal subiu sempre entre 9 e 10%, isto apesar de as taxas dos impostos não terem aumentado e de se ter efectuado diversos desagravamentos no mesmo período.

Só no IRS estes desagravamentos estimam-se em 140 milhões de contos. O IRS que afecta directamente as pessoas e, em particular, os trabalhadores por conta de outrem, perdeu assim peso, quer no conjunto das receitas fiscais, quer em percentagem do PIB e do rendimento disponível das famílias.

Então, a que se deveu o aumento da receita fiscal? O aumento da receita ficou, pois, a dever-se, como ficará a dever-se em 2000, a um significativo aumento da eficácia fiscal, com maior e melhor combate à evasão e à fraude.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Um combate que se traduziu e traduz em quatro direcções no investimento em recursos humanos, pela primeira vez reforçados desde 1990 (mais 2000 técnicos e 250 inspectores), na informatização do sistema, pois passámos de 29 para 274 repartições de finanças informatizadas, e todos sabem que esta é a questão-chave para combater a fraude e a evasão.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — no reforço da fiscalização externa — em 1999, face a 1998, o número de fiscalizações cresceu 29%, os impostos detectados em falta cresceram 12,8%, triplicaram as correcções às declarações e fez-se, pela primeira vez em 10 anos, fiscalização aos profissionais liberais, onde se sabe residir, em grande parte, a evasão.

Aplausos do PS

finalmente, na melhoria da qualidade das normas fiscais.

Com tudo isto, só em IRS e em IRC, entraram para o sistema 320 000 novos contribuintes que até aqui nada pagavam.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — É esta a lógica do pacto de justiça fiscal que propomos aos portugueses: obrigar a pagar quem não paga e deve pagar, para, simultaneamente, beneficiar os cumpridores e financiar o crescimento das despesas sociais.

Aplausos do PS

Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados Proponho-me, agora, abordar a terceira questão colocada no início por que é que este é um Orçamento de transição para um novo patamar de consolidação das finanças públicas?

Nos últimos quatro anos, alcançando o objectivo histórico de integrar Portugal no grupo de países fundadores do euro, a política orçamental ficou marcada por uma combinação, que todos previam impossível, de rigor económico e de consciência social. A confiança gerada nos mercados permitiu uma redução das taxas de juro para os níveis europeus, o que ajudou a conciliar estes dois objectivos. Esta é, no entanto, uma margem de manobra que já não existe neste Orçamento.

Os próximos anos continuarão marcados pela mesma consciência social, mas, felizmente, em diversas áreas — na educação, na habitação social, no combate à pobreza —, deixarão de ser exigidos crescimentos tão intensos na despesa pública.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Por outro lado, o envelhecimento da população e a necessidade de melhorar progressivamente o valor de prestações sociais muito baixas e a qualidade dos cuidados de saúde continuarão a pressionar significativamente a despesa.

Mantendo-se a nossa política de não agravar os impostos, torna-se evidente que os primeiros anos do novo século exigem a definição de um crescimento da despesa corrente primária mais atenuado. É um objectivo que será prosseguido na próxima revisão do Programa de Estabilidade e Crescimento, estendido a 2004, que o Sr. Ministro das Finanças vos apresentará.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Para 2000 e apesar da pressão do tempo, face ao atraso decorrente das eleições, foi já possível aplicar estes critérios ao subsector Estado, mais directamente sujeito ao controlo orçamental pelo Governo.

Assim, no Estado propriamente dito, a despesa total cresce 7,8%, contra 11% em 1999, as despesas correntes 7,8%, contra 11,9% em 1999, as despesas com pessoal 5,8%, substancialmente menos do que em 1999, as aquisições de bens e serviços apenas 2,4%, contra 15,3% em 1999, os subsídios 5,1%, contra 11,7% em 1999.

Aplausos do PS

Nos próximos anos, este mesmo esforço de controlo mais apertado será estendido ao conjunto do sector público administrativo.

Mal seja aprovado este Orçamento, iniciar-se-á a preparação do de 2001, pela primeira vez, com uma metodologia que parte de uma base zero, em vez de tomar por base o Orçamento anterior. É um exercício extremamente difícil e exigente, mas indispensável para se poder efectuar uma análise ainda mais fina sobre a relevância e a qualidade de cada rubrica da despesa.

O Sr Manuel dos Santos (PS) — Muito bem!

O Orador — A execução orçamental de 2000 terá, ela própria, novas medidas de rigor, quer no reforço dos poderes de controlo financeiro pelo Ministério das Finanças, quer em inovações fundamentais nas mais diversas áreas, desde o sistema de tesouraria central do Estado, à constituição de uma central de compras para melhorar a gestão dos stocks dos hospitais do Serviço Nacional de Saúde

Entendamo-nos rejeitamos a visão fundamentalista daqueles que pensam que, no fundo, toda a despesa é um pecado e todo o défice um crime

A Sr^a Maria Celeste Correia (PS) — Exactamente!

O Orador — Mas isso não nos impede de aumentar ainda mais o grau de exigência em relação à qualidade da despesa pública, em Portugal

Aplausos do PS

É, aliás, neste quadro que, face ao que disse sobre o envelhecimento da população, ganham particular relevância os trabalhos que o Parlamento vai desenvolver para a aprovação de uma Lei de Bases da Segurança Social, pilar importante da respectiva reforma e elemento essencial para garantir a sua sustentabilidade no futuro e o ambicioso programa de reformas em curso no Ministério da Saúde, com quatro objectivos fundamentais garantir a todos o acesso aos cuidados de saúde, com relevo para o Plano Integrado de Listas de Espera em Cirurgia e para o Plano de Reorganização das Consultas Externas.

O Sr José Junqueiro (PS) — Muito bem!

O Orador — apostar na qualidade e na humanização da prestação dos cuidados de saúde, generalizando os respectivos programas de garantia às diversas unidades de saúde — o simples facto de acolher bem um doente e de o tratar com humanidade é, como sabem, meio caminho andado para a cura!, valorizar a promoção da saúde, porque mais vale evitar a doença do que curá-la, e serão lançados novos programas de rastreio, bem como medidas orientadas para os grupos em maior risco, e reformar as estruturas, aperfeiçoar a gestão dos recursos e melhorar os sistemas de financiamento e controlo de custos, incluindo aqui não só o Serviço Nacional de Saúde mas as políticas do medicamento e das convenções

Mas, é bom que isto se entenda, as reformas na saúde não são essencialmente um problema orçamental Não queremos gastar dinheiro mal gasto mas queremos que haja mais e melhores cuidados de saúde para as pessoas

Aplausos do PS

Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados Respondo, agora, à quarta questão que pus no início, para brevemente evidenciar as duas grandes prioridades horizontais deste Orçamento, o investimento e as políticas sociais centradas na família

O investimento é uma evidência em si própria A verba inscrita, só no Orçamento do Estado, representa um aumento de 9,5%, se comparado com a dotação inicial de 1999 Porém, a totalidade do investimento público crescerá 13,3% face a 1999 e situar-se-á quase 50% acima do valor que tinha em 1995

A isto acresce o estabelecimento de novas parcerias entre o sector público e o sector privado para o fornecimento de bens públicos, de que se destaca o conjunto de concessões que nos vai permitir, em poucos anos, duplicar a rede de auto-estradas

O Sr José Junqueiro (PS) — Muito bem!

O Orador — Apoiar o investimento é também, no Orçamento de 2000, reduzir a carga fiscal sobre as empresas, sobretudo as mais pequenas

Mas, o investimento mais importante de todos é o investimento nas pessoas e na sua qualificação A despesa pública em educação, prioridade das prioridades que assumi desde a primeira hora, vai, em 2000, fixar-se em 6,5% do PIB, índice que nos coloca claramente no grupo dos países mais desenvolvidos

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — E a formação profissional, essencial ao emprego e à qualificação da população activa, vai, uma vez mais, aumentar a ritmo muito superior ao crescimento da economia — este ano, cerca de 12%

Finalmente, a despesa pública gerida pelo Ministério da Ciência e da Tecnologia terá, em 2000, um valor que quase triplica o de 1995, salto, aliás, indispensável para que o País se prepare para os desafios das novas tecnologias e da sociedade de informação

O Sr José Junqueiro (PS) — Muito bem!

O Orador — Vivemos hoje à escala mundial um novo paradigma, o da economia com base no conhecimento É para podermos ganhar competitividade, de acordo com este novo paradigma e não com os do passado, da mão-de-obra barata para competir internacionalmente, que estamos a investir

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Quando o atraso é estrutural, como o nosso, não basta crescer, é preciso queimar etapas, apostar nas mudanças qualitativas que nos podem permitir dar o salto que precisamos É esta a ambição que nos motiva!

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Ora, essas mudanças, repito-o, passam hoje decisivamente pelas pessoas

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — e, neste contexto, é natural associar as políticas sociais centradas na família como prioridade paralela à do investimento, numa linha de clara continuidade com os anos anteriores

O Sr José Junqueiro (PS) — Muito bem!

O Orador — Falo do Programa Creches 2000, que vai duplicar o número de crianças em creches nesta Legislatura, da rápida expansão que continua no pré-escolar, dos diversos programas de apoio a idosos em suas casas, em lares, em famílias de acolhimento ou ainda em situações especiais, como nos casos de grande

dependência, ou até, e pela primeira vez, dos emigrantes com particular vulnerabilidade

O Sr. José Junqueiro (PS) — Muito bem!

O Orador — São sinais inequívocos de apoio aos cidadãos e às famílias portuguesas

Aplausos do PS

Falo da constante progressão das políticas e acções de prevenção contra a toxicodependência, do tratamento e da reinserção social das suas vítimas

Falo também do rápido crescimento do apoio à reabilitação das pessoas com deficiência ou às situações de invalidez.

Falo ainda de diversas medidas de natureza fiscal, devendo naturalmente lembrar-se a incidência, em 2000, da aplicação da reforma do IRS empreendida em 1999, o que arrasta consigo um forte desagravamento para as famílias mais pobres e para as classes médias

Aplausos do PS

Está em causa, para nós, reforçar a coesão social, que é um bem, em si mesmo, e um factor de competitividade nas sociedades modernas. Os tecnocratas esquecem-se muitas vezes disto e não percebem que uma sociedade com rupturas sociais, por muito bons que sejam os seus indicadores macroeconómicos, nunca poderá ser uma sociedade competitiva

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Sr Presidente, Srs Deputados É à luz destas prioridades fundamentais que o Governo procurou ter em conta o conjunto de sugestões que surgiram no debate público e, em particular, por parte dos partidos de oposição

Os portugueses não deram ao PS a maioria absoluta nas últimas eleições

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Nem tinham de dar!

O Orador — Mas todos temos consciência que os portugueses querem estabilidade

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Sem estabilidade política é difícil, se não impossível, promover o crescimento económico e melhorar o bem-estar social

Ora, a questão decisiva para a estabilidade política tem a ver com a regular aprovação dos Orçamentos do Estado, pois sem eles, como todos sabem, não é possível governar!

Aplausos do PS

Por isso, o Governo afirmou, desde a primeira hora, estar uma vez mais disponível para dialogar com todas as oposições e para introduzir, no Orçamento, aperfeiçoamentos que não o descharacterizassem

Neste contexto, tenho a maior dificuldade em compreender a atitude daqueles que, apesar de decorrer a presi-

dência portuguesa da União Europeia, mas, sobretudo, tendo em conta a inexistência de uma maioria absoluta, afirmam, à partida e sem mostrar qualquer disponibilidade para o diálogo, que votam contra o Orçamento e as Grandes Opções do Plano

Aplausos do PS

Protestos do PSD

É fácil perceber o que procuram Procuram, num «jogo de empurra», atirar para outros os hipotéticos custos políticos da sua viabilização

O Sr Manuel dos Santos (PS) — Ora aí está!

O Sr Rui Rio (PSD) — E não são poucos!

O Orador — Estou sinceramente convencido de que se enganam! Os portugueses apreciam o sentido das responsabilidades, quer de quem governa, quer de quem faz oposição

Aplausos do PS

Foi neste contexto que o Governo apresentou, na segunda-feira, as suas 12 propostas de aperfeiçoamento ao Orçamento do Estado, tendo em conta não apenas os pontos levantados pelo CDS-PP, que se propôs viabilizar o Orçamento, como os de todos os outros partidos de oposição e do próprio PS, propostas que correspondem a preocupações e a prioridades que o Governo considera como suas

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Sublinho as actualizações extraordinárias das pensões dos trabalhadores agrícolas previstas para Julho de 2000 e de 2001, o que, acrescido do aumento normal em Dezembro deste ano, permitirá que elas passem de 25 000\$ para um valor entre 32 000\$ e 32 500\$. Esta actualização gradual e faseada é inteiramente justa e continua a concretização da nossa política e dos nossos compromissos com os idosos

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Até que enfim!

O Orador — Nos dois anos anteriores, o Governo tinha já promovido aumentos extraordinários para as pensões do regime geral de quem descontou mais de 15 anos para a Segurança Social, fazendo com que aqueles que tinham uma carreira contributiva completa deixassem de poder receber menos que o salário mínimo

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — É verdade que os trabalhadores rurais não fizeram o mesmo volume de descontos, mas é também verdade que só não o fizeram porque não o podiam fazer, porque não tinham regime legal para isso, merecendo, no entanto, a gratidão dos portugueses por uma vida dura de trabalho na agricultura, que bem conheço

Aplausos do PS

Dito isto, quero também dizer, com idêntica clareza, que não podemos aceitar que as oposições nos acusem de despesismo ..

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Isto agora é para nós!

O Orador. — quando tudo aquilo que nos propõem representa sempre e só mais despesa e sempre e só menos receita

Aplausos do PS

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — E vocês menos soci-alismo!

O Orador: — Se o Sr Deputado Paulo Portas entende que melhorar as pensões dos trabalhadores é menos soci-alismo, está completamente enganado!

Aplausos do PS

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Aí é com certeza!

Protestos do PS

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Estiveram à vossa espera cinco anos!

Protestos do PS e contraprotestos do CDS-PP

O Sr. Presidente — Srs Deputados, agradeço que façam silêncio!

O Orador — Os Srs Deputados ultimamente têm vindo a fazer sucessivas solicitações para que eu venha mais vezes a esta Câmara! Peço-vos, portanto, que, quando cá estou, me deixem falar!

Aplausos do PS

Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados A falta de autoridade nesta matéria é particularmente grave no caso do PSD

O Sr. Manuel dos Santos (PS) — Bem lembrado!

Vozes do PSD. — Nunca mais se esquecem!

O Orador — Entre 1992 e 1995, com governos do PSD,

Protestos do PSD

o Orçamento do Estado, para esconder défice, transfe-riu para a Segurança Social 665 milhões de contos, em vez dos 1047 milhões a que a lei o obrigava

O Sr. Manuel dos Santos (PS) — Bem lembrado!

O Orador — O Governo do PS passou a cumprir a Lei de Bases da Segurança Social, em nome do rigor e da justiça!

Aplausos do PS

Tivesse sido mantida a política do PSD, a Segurança Social estaria hoje praticamente falida, o que talvez fosse, aliás, o objectivo político.

Vozes do PS — Exactamente!

O Orador — e com as inevitáveis consequências na diminuição da margem de manobra para melhorar as pensões.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador: — Também os governos do PSD não cumpriram a Lei das Finanças Locais Privaram as autarquias de avultados meios financeiros para melhorar as condições de vida e das pessoas

Vozes do PS. — Muito bem!

O Orador — Em nome do rigor e da justiça, passámos a cumprir a lei e até a melhorámos

Como pode o PSD atacar-nos? Como governo, não cumpriu a Lei das Finanças Locais! Como oposição, apresentou um projecto que custaria mais 150 milhões de contos por ano do que actualmente e sem qualquer contrapartida!

Como pode acusar-nos de despesismo um partido, como o PSD, que fez na campanha eleitoral propostas adicionais de aumento de despesa que atingiriam, no seu ano de aplicação, 380 milhões de contos e de reduções de receita que atingiriam no mesmo ano 320 milhões?

Aplausos do PS

Protestos do PSD.

Se os Srs Deputados do PSD já não se recordam dos cartazes que espalharam por todo o País, nós ainda nos recordamos

Aplausos do PS

Protestos do PSD

O PSD acusa-nos, também, de aumentar a carga fiscal para as empresas Só que os governos PS estão e vão, em sete anos, reduzir a taxa de IRC de 36% para 30% Fica já, agora, em 32%

O Sr José Junqueiro (PS) — Muito bem!

O Orador. — Mais as pequenas empresas que facturam abaixo dos 100 000 contos só passarão a pagar 25% Isto, enquanto o PSD, em sete anos de existência do IRC e até ao fim da sua presença no governo, apenas passou a taxa de 36,5% para 36%

Vozes do PS — Exactamente!

O Orador. — A diferença está à vista!

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados Portugal tem muitos problemas para resolver, tem ainda muita gente que sofre e que vive com dificuldades E também por isso precisa de continuar a ser governado com a mesma consciência social, por quem não nega o desemprego, mesmo quando este é menor, por quem não esconde a pobreza, mesmo quando esta é menos intensa; por

quem não ilude a existência de chagas sociais, como a toxicodependência, mesmo quando mais do que duplica, em quatro anos, o investimento para a combater!

O País tem problemas, mas está a mudar profundamente e a mudar para melhor. E, por isso, de nada serve a agressividade sem fundamento, o dizer mal de tudo, o «bota-abixo» permanente, a negação das realidades mais evidentes e mais elementares!

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Os portugueses orgulham-se cada vez mais de si próprios e têm razões para isso, até porque, mais do que os méritos de um qualquer governo, estão em causa os méritos dos cidadãos e da sua capacidade de responder a desafios sempre renovados!

Aplausos do PS, de pé

O Sr Presidente — Antes de mais, informo a Câmara que temos a assistir aos nossos trabalhos, para além de um grupo de cidadãos, alunos da Escola EB dos 2º e 3º ciclos, da Trafaria, da Escola Secundária Josefa de Óbidos, de Lisboa, da Escola Secundária D. Nuno Álvares Pereira, de Tomar, e da Escola Secundária de Camarate, para quem peço a vossa habitual saudação

Aplausos do PS, de pé

O Sr Presidente — Ainda antes de prosseguirmos os nossos trabalhos, faço uma advertência peço aos senhores assistentes, jornalistas, Deputados e, se calhar, também, aos Srs. Membros do Governo, o favor de não terem os seus telemóveis ligados, não basta não os usarem, é preciso não os terem ligados, porque interferem no software do Parlamento

Inscreveram-se para pedir esclarecimentos os Srs. Deputados Carlos Carvalhas, Durão Barroso, Basílio Horta, Francisco de Assis, Francisco Louçã, Isabel Castro e José Penedos

O Sr. António Capucho (PSD) — Sr Presidente, peço a palavra para interpellar a Mesa

O Sr. Presidente — Faça favor.

O Sr. António Capucho (PSD) — Sr Presidente, lamento introduzir aqui uma questão processual, mas, do nosso ponto de vista, é uma importante

Se V. Ex.ª entende não atribuir a palavra, em primeiro lugar, à bancada do maior partido da oposição, está a violar um costume

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP) — Por amor de Deus!

O Orador — É a primeira vez que o faz, segundo sou informado, e está a violar um costume antigo desta Casa. Está a desconsiderar não apenas a nossa bancada mas, fundamentalmente, a Câmara

Com toda a consideração que nos merecem os outros partidos da oposição, penso que V. Ex.ª terá de justificar melhor essa decisão, a de não nos atribuir a palavra em primeiro lugar, não invocando o Regimento mas com a razão que o leva a não acatar um uso, um costume antigo

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Sr. Presidente — Sr. Deputado, tenho muito gosto em justificar a atitude da Mesa, que não é só minha

Aquilo que a Mesa regista, como memória, é que essa prática ou essa regra consuetudinária, que reconheço, só existe e tem funcionado em relação às intervenções, não aos pedidos de esclarecimento

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP) — Tem toda a razão!

O Sr. António Capucho (PSD) — Não é verdade!

O Sr. Presidente — Por outro lado, Sr. Deputado, coloquei a questão ao Grupo Parlamentar do PCP, que invocou, em primeiro lugar, uma regra regimental e, em segundo lugar, a necessidade de o Sr. Deputado Carlos Carvalhas se ausentar da Câmara o mais cedo possível. Entre uma regra regimental e um costume, que, aliás segundo a minha memória pessoal e a de outros membros da Mesa, só funciona para as intervenções, onde vai, mais uma vez, funcionar, eu não podia deixar de dar prevalência à invocação da regra. Peço que compreenda que eu não tinha outra opção nem outra escolha, lamento

Além disto, informam-me agora que, no ano passado, quem usou da palavra em primeiro lugar, a título de pedido de esclarecimento, foi o Sr. Deputado Octávio Teixeira

Protestos do PSD

Como vê, no ano passado, essa regra também não funcionou

De qualquer modo, respeito a sua memória e peço-lhe que também respeite a minha. Mas entre a evocação de uma regra regimental e a evocação de uma prática, não posso sobrepor a prática à regra

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP) — Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, ouvimos hoje aqui uma nova versão da teoria do «óasis», o paraíso português

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — Exactamente!

O Orador — E, inclusivamente, ouvimos aqui também ao Sr. Primeiro-Ministro, e ao Sr. Ministro das Finanças, antes da apresentação deste Orçamento, várias declarações de boas intenções sobre a reforma fiscal, a justiça tributária, o combate à evasão fiscal, o sigilo bancário, os inaceitáveis benefícios fiscais, que criticou — e muito bem! — ao PSD, os privilégios à banca, e, naturalmente, não podemos deixar de confrontar estas declarações solenes com a cruzada do Orçamento do Estado, que, do nosso ponto de vista, é iníquo e injusto, embora também tenha aqui sido afirmado que ele foi elaborado a pensar nas pessoas. Em algumas, certamente, porque creio que ele foi elaborado mais a pensar no PP! Mas lá iremos!

Vozes do PCP — Muito bem!

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP) — Infelizmente, não foi!

O Orador — A reforma fiscal, depois dos relatórios do Dr. Silva Lopes e dos estudos do Dr. Medina Carreira, está à espera de um novo grupo de trabalho da síntese da síntese

A justiça tributária e a justiça em geral podem ver-se comparando a proposta de aumento para os trabalhadores da função pública com os privilégios à banca — recordo-lhe que, em 1998, a banca devia ter pago qualquer coisa como cento e tal milhões de contos ou mais de cento e tal milhões de contos e pagou apenas cerca de 60 milhões de contos — ou, por exemplo, a baixa de dois pontos percentuais no IRC com as propostas que o Governo apresenta para o IRS

Mesmo o aumento das reformas para os rurais, para os trabalhadores agrícolas, mais do que justo, deixa de fora as outras reformas degradadas

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — E quanto ao sigilo bancário, que foi aqui afirmado que não era tabu, continua tabu, porque continua adiado *sine die*.

O Sr Octávio Teixeira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — No que se refere à evasão fiscal, também não vemos medidas de grande avanço, há apenas uns pequenos retoques, pelo que, assim sendo, não haverá mais aumento de receitas, e, sem aumento de receitas, naturalmente, depois, não poderá haver aumento de despesas e a tal consciência social

Inaceitáveis são os mais de 400 milhões de contos em benefícios fiscais. Ainda me recordo de quando o Sr. Primeiro-Ministro, ali sentado na bancada do Grupo Parlamentar do PS, criticava o Governo do PSD — com justiça! —, porque os benefícios fiscais, uma boa parte deles, eram para as operações financeiras, por isso mesmo injustos e inaceitáveis

Ora, o Governo do Partido Socialista — já que fez sempre a comparação com o Governo do PSD — passa de cento e tal milhões de contos para 400 milhões de contos. Consideramos que isto é inaceitável

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador — e que o Governo deveria rever, e deveria de rever com urgência, sobretudo os benefícios fiscais que não têm qualquer justificação, nem no plano económico, nem no plano financeiro, nem no plano da justiça

Aplausos do PCP

Por isso, Sr Primeiro-Ministro, este Orçamento não vai ser viabilizado pelo PP, porque este foi o único partido que se disponibilizou para dialogar com o Partido Socialista! Não! Este Orçamento foi previamente preparado para ser viabilizado pelo PP, que, naturalmente, está de acordo com os privilégios à banca, com os 400 milhões de contos de benefícios fiscais, etc. Está de acordo com tudo isto!

No debate na especialidade não desistiremos de qualquer das nossas propostas, mostrando — e, creio, que com sinceridade, com verdade e com rigor — que muito se poderia fazer, mesmo com alterações mínimas

Mas também é nossa opinião que um mau Orçamento não se remodela com alterações pontuais, mesmo que fossem máximas

Aplausos do PCP

O Sr Presidente — Para responder desde já, se assim o entender, tem a palavra o Sr Primeiro-Ministro

O Sr Primeiro-Ministro — Sr Presidente, Sr Deputado Carlos Carvalhas, quero dizer-lhe, com toda a simpatia, que o PCP se coloca no debate deste Orçamento fora de jogo. E, curiosamente, o PCP coloca-se fora de jogo num momento em que o debate sobre o Orçamento do Estado nunca teve tanta carga ideológica com tem neste Orçamento

O Sr Manuel dos Santos (PS) — Exactamente!

Aplausos do PS

O Orador — Porque neste Orçamento do Estado tem estado verdadeiramente em causa no debate público uma questão decisiva, do ponto de vista ideológico, entre o pensamento social-democrata ou socialista e o pensamento neoliberal. E este debate decisivo tem a ver com a natureza e o papel da despesa pública na sociedade

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — E quando esse debate está em curso e atinge sobretudo despesas de natureza social, porque é delas que estamos a falar no crescimento da despesa pública, como demonstrei, e quando o Estado exerce uma função redistributiva extremamente importante a favor dos mais fracos e das classes trabalhadoras, nesse debate ideológico fundamental o PCP está de fora, o PCP não permanece, o PCP a única coisa que pretende é continuar a dizer que o PS é um partido de direita e tem uma perspectiva neoliberal e que por isso vota contra

Aplausos do PS

O Sr Honório Novo (PCP) — Isso é para a bancada do lado oposto!

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — V Ex^a só olha para um lado!

O Orador — Devo dizer que é pena que isso aconteça, porque, ao colocar-se fora de jogo neste debate político essencial, com uma carga ideológica extremamente importante, o PCP, do meu ponto de vista, presta um mau serviço àqueles que têm uma visão social do papel do Estado e àqueles que entendem que o Estado é um instrumento fundamental de justiça social e de correcção de desigualdades na sociedade portuguesa

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — E depois, mesmo na questão última, na última trincheira, no último baluarte, a que o PCP se agarra para tentar demonstrar que este é um Governo de direita, neoliberal, e que, por isso não pode votar este Orçamento, o PCP também não tem razão. Senão, vejamos em termos fiscais, o que é que aconteceu aos dois impostos sobre o rendimento, ao IRS e ao IRC? A verdade é que, nestes anos, o IRS, através de um conjunto de medidas de benefício essencialmente aos trabalhadores por conta de outrem e aos baixos rendimentos, passou de 19% para 17% da receita fiscal e de 6,3% para 5,9% do PIB, o que quer dizer que, em simultâneo com o aumento do peso do

IRC, onde se tem verificado, apesar do desagravamento das taxas, um enorme esforço de combate à fraude e à evasão. A evolução do perfil da receita fiscal é no sentido da justiça e das preocupações que o PCP afirma defender

O Sr. Octávio Teixeira (PCP) — Aumentou a evasão em IRS!

O Orador: — O que houve foram medidas em IRS extremamente desagradadoras, uma das quais vai ter pleno impacto este ano e em favor da qual, aliás, o PCP votou, que tem a ver com a alteração das deduções ao rendimento para deduções à colecta.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP) — Foi o único! Foi em 1999!

O Orador — . que é talvez a mais justa medida fiscal tomada em Portugal nos últimos 10 anos a favor das classes trabalhadoras, a favor dos mais pobres..

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — A partir das nossas propostas!

O Orador — como o PCP sempre tem na boca, como o PCP sempre defende

Aplausos do PS

Até nos benefícios fiscais o PCP se engana, porque eles têm aumentado muito mais para as famílias — e estão, aliás, em decréscimo para as empresas — e muito mais para as famílias naquelas áreas sociais que o PCP deveria considerar como extremamente importantes, como as despesas com a educação, como as despesas com a saúde e muitas outras

O Sr. Octávio Teixeira (PCP) — E as OPV?¹ E a zona franca da Madeira?¹

O Orador — E em matéria de medidas para corrigir benefícios nem isso o PCP foi capaz de ver neste Orçamento do Estado, em que, pela primeira vez, se introduz uma correção da distorção que alterava a tributação dos rendimentos das acções cotadas em bolsa e se inicia um caminho para a sua igualização. O PCP não é capaz de ver o esforço que é feito para terminar com as isenções de imposto de mais-valias em aplicações de natureza financeira.

O Sr. Presidente — Sr Primeiro-Ministro, agradeço que conclua

O Orador — Ou seja, mesmo neste Orçamento do Estado, mesmo na parte única a que o PCP se agarra, mesmo na questão fiscal, o PCP não vê, porque não quer ver, porque não lhe convém, porque não quer participar neste debate, que o Orçamento corresponde exactamente ao contrário do que aqui disse

Aplausos do PS

Vozes do PCP — Não é verdade!

O Sr. Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Durão Barroso

O Sr. Durão Barroso (PSD) — Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, este é o quinto Orçamento do Estado apresentado por V Ex^a e a verdade é que ele mantém e agrava alguns dos erros principais dos anteriores

Quando se assiste a um aumento das despesas correntes do Estado a uma taxa dupla do Produto, isto é um erro grave, e o Sr Primeiro-Ministro sabe-o!

O Sr. Rui Rio (PSD) — Muito bem!

O Orador — Quando se assiste ao crescimento galopante da carga fiscal, quando se assiste ao défice oculto, isto é um erro, e o Sr Primeiro-Ministro sabe-o!

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — Durante a sua intervenção, V Ex^a fez também várias perguntas à oposição e até, como costuma acontecer, atacou o maior partido da oposição, o PSD

Quero que me diga, Sr Primeiro-Ministro, se considera que é justificável este despesismo em função de determinados objectivos sociais, quando temos visto o aumento da despesa, por exemplo, justificado pela criação, ainda hoje denunciada, de mais de 60 novos institutos públicos, o que, nas palavras do presidente do Instituto Nacional de Administração, ele próprio militante do seu partido, atribui a Portugal a categoria de ter hoje o maior governo da Europa. E eu acrescento não apenas o maior governo da Europa mas, seguramente, por causa do seu despesismo e desperdício, o pior governo da Europa!

Aplausos do PSD

Perguntou o Sr Primeiro-Ministro se queríamos cortar nas despesas sociais. Não queremos cortar nas despesas sociais!

O Sr. Manuel dos Santos (PS) — Então, diga lá onde corta!

O Orador — Mas, Sr Primeiro-Ministro, quer que o PSD continue a apoiar mais de 132 milhões de contos para a RTP? Não queremos!

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — Quer o Sr Primeiro-Ministro que continuemos a apoiar todo o desperdício que tem vindo a ser denunciado pelo Tribunal de Contas, como, ainda recentemente, aconteceu a propósito do Autódromo do Estoril, onde mais de 4 milhões de contos foram derrados à rua?¹ Não queremos!

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — Quer o Sr Primeiro-Ministro que continuemos a apoiar a sua política de subsídio às portagens virtuais e de subsídio às petrolíferas?¹ Não queremos!

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — Quer o Sr Primeiro-Ministro que continuemos a apoiar a política de criação de institutos públicos e a nomeação de uma clientela ao serviço do partido do poder?¹ Não queremos!

Aplausos do PSD

Quer o Sr Primeiro-Ministro que nos calemos perante as críticas que são feitas, até por anteriores membros do seu Governo, desde o anterior Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações ao anterior Ministro das Finanças, em termos de cedência aos grupos de pressão, aos grupos de interesses, ao clientelismo originado pelo próprio partido do poder?¹ Não queremos!

Aplausos do PSD

Por isso, Sr Primeiro-Ministro, lhe digo nem toda a despesa é pecado.

Vozes do PS — Ah!

O Orador — há despesa que se justifica, mas o desperdício é um grave erro. A cobardia, face aos grupos de pressão mais poderosos do País, é, de facto, um pecado. Também quero dizer-lhe que a demagogia com as despesas é politicamente um crime.

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — Aquilo que se está a passar hoje em Portugal é que, em nome de uma ideia social, está a crescer desmesuradamente o Estado e ninguém defende os contribuintes. Quem é que defende os contribuintes cumpridores? Quem é que defende os trabalhadores por conta de outrem? Quem é que defende as classes médias?

Vozes do PS — É o PS!

Protestos do PS

O Sr Presidente — Srs Deputados, agradeço que façam silêncio e deixem o Sr Deputado falar

O Orador. — Por isso lhe digo, Sr Primeiro-Ministro, V Ex^a atacou especialmente o meu partido.

Vozes do PS — E bem!

O Orador — porque gostaria, com certeza, que ele ficasse atrelado ao bloco central de interesses e à sua política. Eu pergunto quantos Orçamentos do Estado dos governos do PSD V Ex^a votou favoravelmente, quando estava na oposição?

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — V Ex^a disse também que, durante a oposição e na campanha eleitoral,

O Sr. Presidente — Agradeço que termine, Sr Deputado, pois já ultrapassou em muito o tempo regimental

O Orador — Terminei já, Sr Presidente

Durante a oposição e na campanha eleitoral, V Ex^a também disse que apresentámos propostas que incluiam maior despesa. É certo! Mas também apresentámos propostas de reforma estrutural, para tornar sustentável e viável essa despesa, e este Orçamento é, definitivamente, o túmulo das reformas estruturais, que V Ex^a já confessou não ir fazer.

O Sr. Presidente — Sr Deputado, tem de terminar

O Orador — Sr. Presidente, terminei já

É por isso que digo que, com o PSD, V Ex^a não pode contar com uma oposição ao serviço do Governo, conta, sim, com uma oposição ao serviço do País. Pensamos que este Orçamento é mau para o País. Por isso, em coerência, votamos contra, é isto que nos exige o interesse nacional.

Aplausos do PSD

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Primeiro-Ministro

O Sr Primeiro-Ministro — Sr Presidente, Sr Deputado Durão Barroso, o PSD está zangado!¹ É evidente! Mas nós não temos qualquer culpa disso!

Risos do PS

Protestos do PSD

E também quero dizer-lhe o seguinte, começando pelo fim: se há alguma coisa que nós não queremos, é ter o PSD atrelado a nós!

Aplausos do PS

Não queremos! Como é que quer que queremos ter atrelado a nós um partido que, segundo o seu antigo líder parlamentar, não definiu um caminho político, continua à deriva, sem orientação, não tem política fiscal, política de justiça, política de educação ou política de saúde?¹

Aplausos do PS

Por que é que havíamos de querer atrelado a nós um partido que, segundo diz o próprio Dr Dias Loureiro, seu apoiante, tal como está, não é credível? Ou como diz um dos seus colaboradores directos o PSD não sabe hoje por que é que existe, nem para que existe, nem em que é diferente — perdeu-se essa identidade própria, não consegue explicá-la nem apresentá-la.

Aplausos do PS

Protestos do PSD

O Sr Ministro da Presidência e do Equipamento Social (Jorge Coelho) — Tenham calma, Srs Deputados, porque há mais!

Protestos do PSD e contraprotestos do PS

O Sr Presidente — Srs Deputados, agradeço que façam silêncio!

Srs Deputados, agradeço que se respeitem uns aos outros quando estão no uso da palavra!

Protestos do PSD e contraprotestos do PS

Srs Deputados, peço-vos, mais uma vez, que façam silêncio e que não confundam razão com ruído!

Faça favor de prosseguir, Sr Primeiro-Ministro

O Orador — A prova de que o PSD está zangado consigo próprio é que eu nunca vi um grupo parlamentar tão zangado quanto me limitei a citar palavras de membros do próprio grupo parlamentar!

Aplausos do PS

Já agora, vamos à questão central, que é o despesismo! O Sr Deputado Durão Barroso reuniu ontem alguns dos antigos membros do governo (já que falou de antigos membros do governo do PSD) para falar de despesismo!

A Sr^a Manuela Ferreira Leite (PSD) — E não só!

O Orador. — Recordo-me, aliás, de ver uma pessoa que muito estimo e de quem sou amigo pessoal, um antigo Ministro das Finanças do PSD — salvo erro, a Sr^a Deputada Manuela Ferreira Leite era, nesse tempo, Secretária de Estado do Orçamento —.

A Sr.^a Manuela Ferreira Leite (PSD) — Exactamente!

O Orador — o Dr. Miguel Beleza, fazer uma crítica feroz ao despesismo e ao aumento da despesa corrente primária deste Orçamento. Dei-me ao trabalho de ir ver como eram os Orçamentos do Estado feitos por esse ministro e pela então Secretaria de Estado do Orçamento, que, hoje, está presente como Deputada,

O Sr. João Maçãs (PSD) — E não aprendeu nada!

O Orador — .. e fiquei espantado! Calcule que a despesa corrente primária cresceu 26,6%, em 1991, e 21,6%, em 1990 — cresce apenas 10,1% hoje!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador — Bem sei que se deve corrigir da inflação.

O Sr António Capucho (PSD) — Já agora!

O Orador — Façamos então a correção da inflação em 1991, corrigida a inflação, a despesa corrente primária do Orçamento do Estado apresentado pelo ministro das Finanças do PSD, que hoje tanto critica o PS, como a então Secretaria de Estado do Orçamento, hoje aqui presente, cresceu 14,4%, quando agora cresce apenas 7,5%! E a despesa pública total cresceu 10,9%, quando agora cresce apenas 7,6% E, em 1990, a despesa pública total, descontada a inflação, cresceu 14,5%, quando agora cresce 7,6% Talvez por, nessa altura, se fazerem Orçamentos em função das necessidades eleitorais e hoje se fazerem Orçamentos para responder às necessidades sociais

Aplausos do PS

O Sr Deputado Durão Barroso confundiu coisas que não podem ser confundidas uma coisa, é o *deficit* acumulado da RTP ao longo de anos e, outra, é a dotação orçamental prevista para este ano, que é muitíssimo menor

Mas disse duas coisas que é fundamental registar aqui! O Sr Deputado considera que é um desperdício gastar dinheiro em matéria de portagens virtuais. Nós sabemos isso! Nós sabemos que, se os senhores estivessem no Governo, a portagem da Ponte 25 de Abril seria hoje, porventura, o dobro ou o triplo do que é! E devo dizer-lhe que isso não seria justo! Tal como, se os senhores estivessem no Governo, não haveria uma preocupação de defender a necessidade de as populações do interior terem auto-estradas, sabendo-se que, sendo o interior mais pobre, não pode pagar as portagens como podem, felizmente, as populações do litoral

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Ficámos também a saber que o Sr. Deputado considera como subsídios às petrolieras o que tem sido apenas uma política fiscal para evitar o aumento dos combustíveis. É evidente que isso nos coloca, hoje, um problema sério de sustentabilidade, todos temos consciência disso! Mas o que está em causa, não são os subsídios às petrolieras, o que está em causa, são os preços dos combustíveis que as pessoas pagam em Portugal — é a isto que, pelos vistos, o PSD não é sensível!

Aplausos do PS

Sr Deputado, termine dizendo não empregue a palavra cobardia!

O Sr Presidente — Sr Primeiro-Ministro, agradeço que termine

O Orador: — Não tenho medo, e muito menos de *lobbies* e de interesses económicos! Este Governo já o demonstrou em circunstâncias particularmente difíceis

Protestos do PSD

Mais, se quer saber quem defende as classes médias e os contribuintes, respondo-lhe, olhos nos olhos, pode haver muita gente que os defenda, nós seguramente, defendemo-los!

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Para exercer o direito regimental da defesa da consideração da sua bancada, tem a palavra o Sr Deputado Durão Barroso

O Sr Durão Barroso (PSD) — Sr Presidente, pretendendo, efectivamente, defender a honra e a consideração da minha bancada

Considero que o Sr Primeiro-Ministro não devia ter ido por onde foi na resposta que procurou dar à minha pergunta

O Sr António Capucho (PSD) — Exactamente! Foi muito deselegante!

O Orador — Nós estamos aqui, hoje, para discutir o Orçamento do Estado, a proposta do Governo e aquilo que ela representa de custos para as empresas, as famílias e os cidadãos em geral. E o Sr Primeiro-Ministro, a pretexto de problemas naturais, normais, na vida interna do maior partido da oposição, quis daqui fazer um comício quanto à vida interna desse maior partido da oposição. Isto é, pura e simplesmente, inaceitável!

Aplausos do PSD

Protestos do PS

É verdade que o Sr Primeiro-Ministro é especialista em vida interna de partidos,

Risos do PS

e é verdade que o Sr Primeiro-Ministro é bem conhecedor dos problemas dessa própria vida interna! Mas eu não vou responder-lhe na mesma moeda!

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — Queria apenas dizer-lhe, Sr Primeiro-Ministro, que me parece falta de ética política, quando se está aqui a discutir o Orçamento e os interesses superiores da Nação. V Ex^a querer aproveitar aquilo que é a natural conflitualidade no maior partido da oposição para reduzir o nosso direito à crítica, para limitar aquilo que é, aqui, o debate pluralista e democrático, que interessa ao País, nesta ocasião, relativamente ao Orçamento do Estado!

Aplausos do PSD

Por mais ruído ou por maior amplificação do ruído que V Ex^a queira fazer, Sr Primeiro-Ministro, não consegue distrair a atenção dos portugueses deste facto essencial com este Orçamento, pela primeira vez, a despesa pública total passa os 51% do produto interno bruto! Isto quer dizer que cada português, hoje, trabalha mais de seis meses por ano para sustentar o Estado socialista que temos! E é esta a grande conclusão deste debate, é isto que interessa a Portugal!

Aplausos do PSD

Protestos do PS e de membros do Governo

O Sr. Presidente — Para dar explicações, querendo, tem a palavra o Sr Primeiro-Ministro

O Sr Primeiro-Ministro — Sr Presidente, Sr Deputado Durão Barroso, em matéria de comícios basta ver o estilo das intervenções!

Vozes do PS — Exactamente!

O Orador — Porém, há algo que eu gostaria de deixar claro penso que o PSD tem todo o direito de fazer as críticas que quiser ao Governo e ao PS, mas há uma coisa que o PSD não pode impedir, que é a de eu próprio fazer as minhas críticas à oposição! Esta autoridade sai reforçada quando utilizo, para criticar a oposição, aquilo que ela diz de si própria. E, devo dizer-lhe, isto não viola em nada a ética parlamentar! É algo com o que tenho sido repetidas vezes confrontado aqui, neste Parlamento!

O Sr. Manuel dos Santos (PS) — Por ele!

O Orador — Ainda hoje o fui, neste debate! E isso faz parte daquilo que é o normal debate democrático que o Sr Deputado tem de compreender

O Sr. António Capucho (PSD) — Mas há limites! Há limites!

O Orador: — Mas vamos ao essencial. E o essencial do debate ideológico de que eu há pouco falava tem a ver com o próprio conceito de despesa pública — aliás, em contas nacionais, não chega a 51%, são 49.6%. mas esta é uma questão menor. O que está em causa é a total falsidade da sua afirmação. E como se houvesse nos portugueses um trabalho do qual 50% vai para o Estado e não para os próprios portugueses

O Sr José Penedos (PS) — É isso mesmo!

Vozes do PS — Exactamente!

O Orador — O Sr Deputado esquece-se de que, nesses 50%, estão as pensões de reforma que os portugueses recebem. Não as quer pagar?

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — O Sr Deputado esquece-se de que, nesses 50%, está o funcionamento da educação, da saúde. Não os quer pagar?

Vozes do PS — Exactamente!

Protestos do PSD

O Orador. — O Sr Deputado esquece-se de que, nesses 50%, estão as prestações familiares. Não as quer pagar?

O Sr Deputado esquece-se de, nesses 50%, está a polícia, está o funcionamento das forças de segurança. Não os quer pagar?

O que o Sr Deputado não reconhece — e esta é uma questão política essencial e que eu aqui assumo — é que Portugal tinha um *deficit* estrutural em matéria de satisfação das necessidades sociais e que esse *deficit* devia ser prioritariamente colmatado. Foi o que nós fizemos e entendendo que o fizemos bem. E, para falar com sinceridade, só tenho pena de que as limitações de recursos que temos, que reconhecemos e que nos levam, aliás, a introduzir desde já medidas muito mais fortes no controlo das despesas não sociais, não nos permitam ir mais longe. Eu, pela minha parte, gostaria de o fazer, só é pena que a situação do País o não permita.

Aplausos do PS

O Sr Presidente — A Sr^a Deputada Manuela Ferreira Leite inscreveu-se para defender a sua honra pessoal, pelo que lhe darei a palavra no final do período de pedidos de esclarecimento ao Sr Primeiro-Ministro e respectivas respostas

Tem a palavra o Sr Deputado Basílio Horta

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, se me permite, gostaria de começar por fazer dois esclarecimentos à sua intervenção

Em primeiro lugar, V Ex^a disse que o CDS-PP se propôs viabilizar este Orçamento do Estado

O Sr João Maçãs (PSD) — Isso é público!

O Orador — e recordo a V Ex^a que isso não é verdade,

O Sr João Maçãs (PSD) — Ai não?

O Orador — porque quem viabilizou este Orçamento foi o Governo

Vozes do PSD — Ah!

O Orador — O Governo é que viabilizou este Orçamento, quando aceitou as doze medidas que o CDS, em bloco, lhe propôs

Vozes do PSD — Então, não eram seis⁹¹

O Orador — É exactamente isso!

Protestos do PSD.

Quando acabarem com a vozearia

Pausa

São doze condições e seis medidas, Srs Deputados,

O Sr Guilherme Silva (PSD) — Então, são dezoito!

O Orador — . que se traduziram, como foi, depois, assimilado, em doze medidas, porque as próprias medidas que o Governo veio anunciar são nossas e foram sugeridas por nós

A Sr.^a Manuela Ferreira Leite (PSD) — Não diga mais nada, porque nós já percebemos!

O Orador — Mas dizia eu ao Sr Primeiro-Ministro que o primeiro aspecto a clarificar é este, o Sr. Primeiro-Ministro sabe que, se as medidas e as condições apresentadas pelo CDS-PP não fossem aceites, o CDS-PP não viabilizaria este Orçamento

O segundo aspecto que o Sr Primeiro-Ministro referiu e que importa também clarificar tem a ver com as pensões de reforma O Sr. Primeiro-Ministro disse que o Governo deu e dá prioridade a essa parte do Orçamento. Lembro ao Sr Primeiro-Ministro que, em cinco anos, as pensões de reforma dos rurais foram aumentadas 5000\$ e que, neste Orçamento, os rurais tinham um aumento de 1100\$. O CDS-PP propôs e foi aceite pelo Governo uma reforma que é a maior de sempre Isto é importante, isto é fundamental, porque entendemos que as gritarias na discussão do Orçamento não enchem a barriga dos portugueses

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Lá fora, há um país que espera de nós uma acção concreta em seu benefício

Aplausos do CDS-PP.

Espera isso, não espera apenas debates para a comunicação social, apenas para efeitos internos, espera debates para proteger e defender os interesses dos seus cidadãos, que estão lá, que nos ouvem e pelos quais nos responsabilizamos.

A Sr.^a Manuela Ferreira Leite (PSD) — Exactamente por causa disso é que não deviam aprovar este Orçamento!

O Orador — Esclarecido isto, ainda bem que o Governo aceitou estas propostas, porque entenderíamos mal que, perante um Governo que se reivindica do socialismo — e, se calhar, por isso, se discute 1100\$ de aumento para a reforma dos rurais, ao mesmo tempo que se permite que empresários e grupos particulares, à custa de bens públicos, realizem lucros fabulosos, quase isentos de impostos —, os rurais, que vivem em más condições, que foram esquecidos durante tantos anos, tivessem de suportar e de continuar a viver nas mesmas condições, quando há

outros que têm uma justiça diferente e são encarados de outra forma pelo poder político

Mas, Sr Primeiro-Ministro, vamos a pontos muito concretos, o primeiro dos quais tem a ver com a sustentabilidade desta despesa

Nós sabemos bem a diferença entre despesa e despesismo São coisas completamente diferentes e, embora este Governo possa ser criticado pelo despesismo, é óbvio que tem uma despesa que, em muitos aspectos e em muitos domínios, não poderia deixar de ter. Não vamos fazer demagogia sobre isso!

Agora, a questão que se coloca tem a ver com a sustentabilidade de um défice em que a despesa pública sobe, efectivamente, para mais de 50% do rendimento do produto interno bruto, que é, no fundo, o rendimento que os portugueses produzem Como é que V Ex^a vai sustentar este nível de despesa? Quando acabarem as privatizações, e, neste momento, enfim, já foi quase tudo vendido — foram os bancos, foram as seguradoras, foi uma parte das telecomunicações e uma parte da energia —, quem é que sustenta este tipo de despesa pública se não o futuro dos portugueses? Será o aumento dos impostos? O que é que V Ex^a pensa sobre isto? É a tal transição? Este é o Orçamento de transição de que V. Ex^a falou? Mas quatro anos em transição?

Risos do Deputado do CDS-PP Paulo Portas

Compreendo que V Ex^a tenha de ter um orçamento de transição depois do descontrole dos quatro anos passados e da ausência de reformas, e é V Ex^a que vem aqui dizer que a despesa corrente aumentou mais do que os 7,8% de antes! E mesmo assim já é, realmente, o dobro do crescimento do produto interno bruto

Agora, como é que V. Ex^a sustenta este nível de despesa? Em que é que se traduz essa transição? Que medidas e reformas vai fazer? O que é que vai introduzir para modificar este estado de coisas?

Há um segundo aspecto V Ex^a refere e inscreve no Orçamento 504 milhões de contos, se a memória não me falha, como receitas das privatizações Penso que, desses 504 milhões de contos, vai canalizar 194 milhões de contos para amortização da dívida, o que é um aspecto importante, porque há dois anos que a dívida se mantém no mesmo nível. A dívida não tem descido e isso é grave em relação ao futuro! A dívida, que desceu durante tanto tempo, neste Orçamento, mantém-se!

O Sr Presidente — Agradeço que terminine, Sr Deputado

O Orador — Termino já, Sr. Presidente

Portanto, pergunto a V Ex^a duas coisas em primeiro lugar, que critérios é que o Governo seguiu para fixar este valor de 504 milhões de contos? Em segundo lugar, onde é que vão ser aplicados os trezentos e tal milhões de contos remanescentes? Em sectores nacionalizados? Quais? Onde? É que nós estivemos a ver o Orçamento O que é que vai, de subsídios indemnizatórios, para as empresas de comunicação social, etc? É que V. Ex^a, neste Orçamento, não diz o que vai vender e oculta o que vai subsidiar

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Portanto, há aqui um aspecto de transparência que aguardamos que V Ex^a esclareça

Aplausos do CDS-PP

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Primeiro-Ministro

O Sr Primeiro-Ministro — Sr. Presidente, Sr Deputado Basílio Horta, em primeiro lugar, começo por lhe dizer que se o PP entende que o mérito de viabilização deste Orçamento é do Governo e não do PP, só tenho de lhe agradecer esse entendimento.

Em matéria de seis e de doze medidas são mesmo seis, mas não vale a pena questionar isso. As outras seis têm a ver com outros aspectos de pormenor com os quais não vamos perder tempo.

Vamos ao essencial.

Quanto às pensões de reforma, o Governo teve uma estratégia gradativa, que mantém, e de que este Orçamento emendado representa a continuidade. E nisso se distingue quer do PSD, quer do PP, porque, quer o PSD, quer o PP, nos últimos anos e, em particular, nas campanhas eleitorais, sempre fizeram propostas para a segurança social que seriam totalmente insustentáveis e que causariam aos trabalhadores, que descontaram ao longo de toda a sua vida e que têm direito a uma reforma no futuro, os maiores prejuízos em relação a esse mesmo futuro.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Não é verdade!

O Orador — Nós seguimos, repito, uma lógica gradativa. Ela começou, desde logo, no Orçamento do Estado para 1996, pelo aumento das pensões mais reduzidas, e ainda há pouco demonstrei que a pensão social aumentou 43% no mandato anterior, o que não é muito, seguramente podia ser mais, mas é significativo.

Depois, entendemos que era justo «atacar» os regimes contributivos, na medida em que pessoas que passaram a vida inteira a descontar do seu dinheiro para a segurança social tinham pensões de reforma extremamente baixas. E fizemos duas actualizações extraordinárias, em 1998 e em 1999.

Nesta lógica, desta vez, chegou, naturalmente, o momento de fazer o mesmo, de forma selectiva, gradual e faseada, e não como o PSD, o PCP e o PP sempre propuseram em campanhas eleitorais, relativamente aos trabalhadores rurais, que são aqueles que, não tendo descontado — é verdade! —, trabalharam, no entanto, uma vida inteira e, por isso, não podem ser esquecidos.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Andámos anos a dizer isso!

O Orador — Ou seja, numa lógica faseada, temos vindo, progressivamente, a corrigir o que eram injustiças fundamentais do sistema e, simultaneamente, temos vindo a fazer uma actualização mínima, a qual, infelizmente, não pode ser melhor, porque os recursos do País não o permitem. E, mesmo assim, já somos acusados de despécimo!

Mas há aqui uma questão essencial é que a despesa, que cresce, efectivamente, este ano — já o verificámos —, é, fundamentalmente, despesa social.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Fundos e serviços autónomos!

O Orador — O que é o Serviço Nacional de Saúde? Não é um fundo e serviço autónomo? O que é a segurança social?

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Depende de como isso se faz!

O Orador — Srs Deputados, vamos lá a ver se nos entendemos!

Quem é que fez aqui um apelo contra a demagogia?

O Sr Manuel dos Santos (PS) — Exactamente! Essa, não. Sr Deputado Paulo Portas!

O Orador — Sejamos rigorosos nas críticas que fazemos! É fácil dizer a primeira coisa que nos vem à cabeça, em defesa das nossas teses, mas, no entanto, é essencial analisar as coisas em profundidade.

É evidente que se coloca um problema de sustentabilidade em relação a este nível de crescimento da despesa. Por isso mesmo, já introduzimos um conjunto de medidas que foram, para já e neste Orçamento, introduzidas no sector Estado mas que vão, depois, ser generalizadas aos próprios fundos e serviços autónomos e a outras áreas fora do sector Estado, o que nos vai permitir, gradualmente e sem pôr em causa os objectivos sociais do Governo, reduzir o ritmo de crescimento da despesa pública.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — A médio prazo!

O Orador — Mas isto sempre com base na ideia fundamental de que a despesa pública aplicada a finalidades sociais é um bem para o desenvolvimento do País e não pode ser vista como um encargo em relação às pessoas.

Depois, o Sr Deputado perguntou que reformas sustentam? Há um conjunto de reformas de que eu próprio falei na minha intervenção, mas também gostaria de desmistificar esta questão. Quando se diz, por exemplo, que uma reforma da segurança social, privatizando-a parcialmente, reduziria a despesa pública, diz-se algo de errado, porque uma reforma da segurança social que passasse pela sua privatização parcial teria, nos primeiros anos, um impacto negativo sobre o défice público.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — A médio prazo, com certeza!

O Orador — Portanto, não vale a pena iludirmos as questões.

Há reformas que são necessárias, mas isso não quer dizer que essas reformas tenham, necessariamente, um impacto favorável sobre a sustentabilidade das despesas públicas.

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Então, não são as reformas necessárias!

O Orador — É necessário termos consciência daquilo de que falamos para que aquilo que dizemos tenha sentido.

Por outro lado, as privatizações não são receita orçamental, nunca foram receita orçamental. As privatizações aplicam-se de acordo com a lei e aquilo que fizemos foi fixar patamares mínimos de acordo com a lei.

O Sr Presidente — Agradeço que termine, Sr Primeiro-Ministro.

O Orador — Terminei já, Sr Presidente.

Mas, naturalmente, o Sr Deputado também sabe que, não sendo receita orçamental, as privatizações não podem dar origem a subsídios ou compensações indemnizatórias a empresas públicas. só podem dar origem a aumentos de capital e, mesmo isso, em certas circunstâncias e para certas finalidades Por isso, a sua questão, relativamente a este aspecto, não tem relevância

Aplausos do PS

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Não respondeu!

O Sr Presidente — Tem a palavra o Sr Deputado Francisco de Assis

O Sr Carlos Encarnação (PSD) — É mesmo para perguntas?²¹

O Sr. Francisco de Assis (PS) — Sr Presidente. Sr Primeiro-Ministro, desde logo, uma ilação imediata que se pode retirar desta proposta de lei de Orçamento que está hoje aqui em discussão é a de que ela materializa, em absoluto, os compromissos eleitorais assumidos pelo PS e que foram depois expostos, aquando da apresentação do Programa do Governo.

O Sr Manuel dos Santos (PS) — Muito bem!

O Orador — quer no que concerne às preocupações com as receitas, quer no que concerne às preocupações com a despesa

No que se refere à receita, este Governo, na sequência, de resto, do esforço já desenvolvido pelo Governo anterior, está a desenvolver uma política séria de combate à fraude e à evasão fiscais, no sentido de garantir o alargamento da base tributária e de acabar, desta forma, com uma das mais graves iniquidades que permanecem na sociedade portuguesa

O Sr. Manuel dos Santos (PS) — Muito bem!

O Orador — O Governo já fez muito mas tem convicção de que ainda há muito por fazer e o Sr Primeiro-Ministro salientou-o, na sua intervenção inicial, pelo que não podemos deixar passar isso em claro

Há uma reforma fiscal em processo, a qual está a ser concretizada e carece de ser concluída, e o Governo está a dar sinais de que está empenhado em garantir o sucesso dessa importante reforma

E trata-se de uma reforma essencial por duas razões por um lado, para combater essa iniquidade, por outro lado, para garantir a sustentabilidade futura das propostas de Orçamento que sejam apresentadas a esta Assembleia da República

O Sr José Junqueiro (PS) — Muito bem!

O Orador — No que diz respeito à despesa, também é necessário passar para além do cliché e da demagogia fácil, que caracterizam o comportamento de alguns partidos da oposição, e fazer uma análise desagregada da despesa constante deste Orçamento, para sabermos se ela corresponde ou não, neste momento, às necessidades reais do País E o Sr Primeiro-Ministro fez muito bem, quer na intervenção inicial, quer, depois, nas respostas que foi dando, em colocar esta questão, claramente, num âmbito ideológico

É que do que se trata aqui, de facto, é de avaliarmos uma proposta de Orçamento apresentada por um Governo do Partido Socialista, isto é, uma proposta de Orçamento que há-de ter como fundamento aqueles que são os valores essenciais do socialismo democrático e da social-democracia europeus E não tenho a menor dúvida em afirmar que esta proposta de Orçamento, também no campo da despesa, se insere plenamente naquelas que são hoje as opções de um socialismo democrático e de uma social-democracia verdadeiramente adequados aos tempos que estamos a atravessar

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Elas visam, sobretudo, dois aspectos ou têm em consideração dois aspectos, como o Sr Primeiro-Ministro referiu por um lado, pretende-se aumentar o investimento público e aumentá-lo nas áreas em que é necessário que aumente, nomeadamente no que diz respeito à formação de uma sociedade mais qualificada

Falamos todos muito da globalização mas temos, sobretudo, de nos preparar para enfrentar os desafios da mesma, e só nos preparamos para enfrentar esses desafios se apostarmos no capital humano, se o nosso investimento for, em grande parte, orientado no sentido de qualificar e de reforçar as competências da sociedade portuguesa Por isso mesmo, mais uma vez, há um aumento de investimento na educação e na formação profissional, o qual é absolutamente fundamental para que as próximas gerações estejam preparadas para enfrentar os vastíssimos desafios com que vão ser confrontadas

Por outro lado, e ao mesmo tempo, importa também desenvolver o investimento no sentido do reforço da coesão da sociedade portuguesa De nada vale ter uma sociedade muito qualificada se só alguns forem qualificados e os outros estiverem permanentemente confrontados com o horizonte do desespero, da pobreza e da marginalização social Por isso, este Governo, de uma forma exemplar, tem conseguido combinar a preocupação com a qualificação com a preocupação com a coesão da sociedade portuguesa, o que também se manifesta de forma muito evidente nesta proposta de Orçamento, com o aumento da despesa na saúde e com o aumento da despesa na segurança social

Ma há também que desenvolver políticas que vão verdadeiramente ao encontro daquelas que são hoje as necessidades de qualificação geral, em termos de infra-estruturas Por isso, há aumento da despesa na ciência e na tecnologia, há aumento da despesa orientada para as acessibilidades e para a habitação, na área do equipamento social Há uma preocupação real em avançar com este esforço sério, no prosseguimento, de resto, do que já foi desenvolvido pelo governo anterior

Há ainda um aspecto que aqui quero salientar a valorização das autarquias locais Há uma preocupação clara em materializar e concretizar aquilo que decorre da nova legislação aprovada na anterior legislatura, o que significa que este Governo tem uma visão descentralizada e aposta claramente na valorização das autarquias, das câmaras municipais e das juntas de freguesia

É esta a despesa que tem de ser valorizada! Não há crescimento de despesas inúteis, mas sim, de despesas úteis e é nossa convicção que, neste momento histórico, o País precisa deste aumento de despesa Neste momento histórico, é necessário canalizar para aí grande parte do investimento público, porque só assim prepa-

raremos globalmente a sociedade portuguesa para os desafios do futuro.

Por último, Sr Primeiro-Ministro, quero salientar o sentido de responsabilidade evidenciado pelo Governo, que criou, na passada segunda-feira, condições para garantir a viabilização e a aprovação do Orçamento nesta Assembleia. Se há partido político que não tem nem tem de temer eleições antecipadas, é o Partido Socialista!

O Sr. José Junqueiro (PS) — Muito bem!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Queriam eleições antecipadas! Bem vos entendo!

O Orador — Mas nós colocamos sempre o interesse nacional acima do interesse partidário e o Governo demonstrou-o uma vez mais, assumindo responsável esta atitude. Que os outros assumam, também aqui, no Parlamento, as suas responsabilidades!

Aplausos do PS

O Sr. Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro

O Sr. Primeiro-Ministro — Sr Presidente, Srs Deputados: Gostaria de sublinhar o último aspecto referido pelo Sr. Deputado Francisco de Assis.

O Governo e o partido que o apoia têm sido sempre fieis à ideia de que a estabilidade política é um valor. Por várias vezes, na legislatura anterior, ter-nos-ia sido extremamente fácil criar as condições de uma ruptura política para provocar eleições antecipadas, que todos nos auguravam favoráveis, mas nunca o fizemos e sempre revelámos espírito de diálogo e de compromisso para preservar a estabilidade política. É isso que desejamos continuar a fazer e o nosso convite para que todos participem na construção dessa estabilidade é um convite que se dirige a todos sem exceção e que esperamos que venha a ser compreendido por todos, no futuro.

Aplausos do PS

O Sr. Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã

O Sr. Francisco Louçã (BE) — Sr Primeiro-Ministro, queria começar por lhe dar os parabéns. V. Ex.º conseguiu mais facilmente uma maioria absoluta nesta Assembleia do que no País e conseguiu mais facilmente um acordo, para este Orçamento, com a bancada da direita do que, porventura, consegue com uma parte da sua própria bancada, quando se discutem questões centrais da política do ambiente, quando se discute o combate aos lobbies da construção civil ou quando se discute a convergência das pensões para níveis mínimos de dignidade social no País. Por isso, dou-lhe os parabéns e aceito o seu desafio, é, de facto, um debate ideológico fundamental o que está em causa no Orçamento. Não é só, mas é também esse debate ideológico que está em causa.

Disse na sua intervenção, e cito as suas palavras exactas: «Não podemos aceitar que a oposição nos acuse de despesismo, quando tudo aquilo que nos propõem representa sempre e só mais despesa e sempre e só menos receita». Vou ressalvar a sua discussão em aberto com o Partido Popular a respeito das seis condições que são

sempre e só mais despesa e sempre e só menos receita, mas vou responder-lhe no que diz respeito à opinião do Bloco de Esquerda e no que diz respeito à nossa intervenção neste debate orçamental.

Cremos que uma condição decisiva do rigor que a oposição deve pedir ao rigor do Governo é propor a sustentação de medidas do lado da despesa por medidas do lado da receita. Por isso lhe digo que fazemos duas críticas fundamentais a este Orçamento:

Em primeiro lugar, dizemos que ele é despesista, não por acentuar intervenções sociais fundamentais, prioritárias e atrasadas em questões decisivas como a segurança social ou outras áreas de intervenção, mas por manter e permitir até a acentuação do des controlo em questões fundamentais. Dou-lhe um exemplo: os benefícios fiscais.

Este Orçamento sustenta 442 milhões de contos em termos de benefícios fiscais, dos quais grande parte é para as empresas. Aliás, apenas uma pequena parte, 89 milhões de contos, é para as famílias, sendo 21 milhões de contos para rendimentos na bolsa, e 234 milhões de contos são para rendimentos no âmbito do off-shore da Madeira.

Sr Primeiro-Ministro, neste momento tem em mãos um des controlo absoluto dos benefícios fiscais por via do off-shore da Madeira e anuncio-lhe, porque é público, que vai ter nas próximas declarações do IRC sociedades de advogados a declararem o pagamento de pareceres a empresas residentes no off-shore. A generalização do despesismo por via do des controlo fiscal nos benefícios do IRC, e, em particular, no off-shore da Madeira, é extraordinário e marca muito mais este Orçamento do que os anteriores, porque, naturalmente, o privilégio é mais aproveitado do que o que aconteceu no passado.

Esta é a nossa crítica ao despesismo e é justamente por que a fazemos que acentuamos que do lado das receitas, do rigor fiscal, é preciso haver uma outra qualidade de intervenção do Governo.

Por isso lhe coloco, Sr Primeiro-Ministro, três questões concretas, todas relacionadas com o debate que aqui tivemos na interpelação ao Governo suscitada pelo Bloco de Esquerda a respeito do combate à fraude e à fuga fiscal. Estará o Governo disposto a olhar para as 123 000 empresas que não pagam IRC e que declaram, portanto, resultados nulos ou negativos, introduzindo uma cláusula de levantamento do sigilo bancário sempre que essas empresas, em três anos consecutivos, se coloquem nesta situação?

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Já cá faltava!

O Orador — Ou seja, pergunto-lhe se o Governo está disposto a dotar a administração fiscal dos meios necessários para confirmar a verdade e o rigor destas afirmações e, portanto, se está disposto a aumentar as receitas fiscais noutra medida, como que não tem feito até agora.

Em segundo lugar, Sr Primeiro-Ministro, está o Governo disposto, em relação a todas as empresas que devem à segurança social um total calculado pelo seu próprio Governo da ordem dos 400 milhões de contos, a introduzir o mesmo tipo de princípios de rigor para saber da verdade das declarações que sustentam essas dívidas?

Em terceiro e último lugar, está o Governo disposto a dar um sinal de um pacto de justiça fiscal no combate à injustiça e à evasão, introduzindo o critério de que o ónus das reclamações e das impugnações das decisões tributárias implica o acesso da Administração aos dados bancários, ou seja, à verdade dessas declarações? Se assim for,

Sr Primeiro-Ministro, temos uma alteração do ponto de vista das receitas e, portanto, do rigor do Orçamento. A não ser assim, os nossos prognósticos são mais negativos, como compreenderá

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Primeiro-Ministro

O Sr Primeiro-Ministro — Sr Presidente, Srs Deputados O Sr Deputado Francisco Louçã teve a gentileza de me dar os parabéns Que pena tenho em não lhe poder dar os parabéns pelo facto de o Bloco de Esquerda ter compreendido a natureza deste Orçamento e de o ter viabilizado! Que pena tenho em ter de lhe dar os meus pésames pelo facto de o Bloco de Esquerda se ter colocado fora da questão central,

O Sr. Lino de Carvalho (PCP). — Estão todos de fora! Só o PP é que está dentro!

O Orador — que, em matéria de análise deste Orçamento, esteve no debate ideológico em Portugal, para se refugiar numa única questão, como se essa única questão fosse a questão central da vida nacional Ou seja, tudo na vida depende do sigilo bancário! Não interessa a segurança social, não interessa a saúde, não interessa a educação, não interessa a formação profissional, não interessa a ciência, não interessa a cultura! O que nos separa, o que nos distingue, o que faz a diferença é o sigilo bancário!

Devo dizer-lhe, sinceramente, que me parece pouco, na medida em que nós estamos a fazer um combate contra a fraude e a evasão fiscais com um êxito que nunca existiu na nossa Administração Pública A prova disso é que entraram no sistema, só em IRS e IRC, 320 000 novos contribuintes que estavam fora do sistema Dou-lhe números de Janeiro o aumento das penhoras foi de 50%, em relação a Janeiro do ano passado, e o aumento das receitas dessas penhoras foi de 70%, tendo havido um aumento significativo de pagamento por iniciativa dos contribuintes As pessoas estão a compreender que o combate à fraude e à evasão é a sério e que há muitas medidas no combate à fraude e à evasão, sendo certo que as que estamos a adoptar, felizmente, estão a dar bom resultado

Deverá ponderar-se a questão do sigilo bancário em certas situações?

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Já se pondera! Olha que esta!

O Orador — Com certeza! Estamos a fazê-lo a nível europeu, no debate que neste momento decorre em relação às transformações sobre a fiscalidade e a um acordo mínimo de fiscalidade no quadro europeu

Digo isto porque o problema que coloca, relativo ao *off-shore* da Madeira, é, de facto, um problema real Estou à vontade porque não fomos nós que o criámos nem fomos nós que «engordámos» esse problema, mas é um problema real e é um problema que justifica um debate nacional

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Mas são contra?

O Sr. Guilherme Silva (PSD) — Estão contra? Esclareça a sua posição!

O Orador. — Só que a questão, que também tem de ser vista com objectividade, prende-se com o facto de

saber, caso não houvesse *off-shore* na Madeira, se os rendimentos seriam declarados em Portugal ou num qualquer outro *off-shore*, inclusivamente no interior da União Europeia

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Claro!

O Sr Guilherme Silva (PSD) — É evidente!

O Orador — Essa é que é a questão que tem de ser analisada com objectividade Não estou com isto a dizer que nada deva ser feito, porque penso que esta questão deve ser por todos nós ponderada a fundo, estando o Governo disposto a contribuir para essa ponderação Mas estamos dispostos a fazê-lo com seriedade e profundidade, já que estamos dispostos a tirar todas as consequências dessa ponderação, se nos for demonstrado que há razões para isso

Mas não basta dizer as coisas em abstracto É preciso saber como funciona o mundo de hoje e há, de facto, uma realidade no mundo de hoje que, sinceramente, não me agrada mas que não vale a pena iludir

Sucede que hoje, à escala mundial, é muito mais difícil taxar o capital do que taxar o trabalho Esta é uma realidade de que não me agrada e devo dizer-lhe que muito do combate que eu próprio, noutras instâncias, tenho travado pela reforma do sistema financeiro internacional tem a ver com isto Esta é uma questão central da nossa aposta na transformação das sociedades Não podemos é pensar que, pelo facto de tomarmos uma medida em Portugal, essa medida tem o efeito automático de aumentar a receita, até porque, se não for bem aplicada, pode ter o efeito negativo de diminuir a receita por aumentar a evasão de capitais

Como digo, esta é uma matéria que queremos discutir à escala europeia, que queremos e estamos, durante a nossa presidência da União Europeia, a suscitar com o maior interesse e empenhamento Esta questão não é para nós um tabu, mas também não alinhamos na demagogia fácil de entender que essa é a solução miraculosa para todos os nossos problemas Infelizmente não é, já que o debate é muito mais rico e relevante do que isso, na perspectiva política e ideológica de cada uma das forças neste Parlamento

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr^a Isabel Castro

A Sr^a Isabel Castro (Os Verdes) — Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, penso que este é, porventura, um dos debates do Orçamento em que é mais visível, claro e nítido aquilo que está em jogo e, do nosso ponto de vista, são mais visíveis, claras e nítidas as razões pelas quais não nos identificamos com este Orçamento do Estado O Orçamento do Estado e as Grandes Opções do Plano são, fundamentalmente, mais do que os meios, a forma de perceber qual o sentido da transformação que se quer ou não fazer para o País, qual a visão prospectiva que se tem ou não para essa mudança e, na hierarquia de escolhas, os valores que estão presentes em relação àquilo que é feito

Sr. Primeiro-Ministro, V Ex.^a pode dizer o que quiser às outras bancadas que colocam reservas grandes quanto ao facto de saber se é socialmente injusto o não efectivo combate à evasão fiscal e a existência e permanência de situações de favorecimento fiscal, porque, do nosso pon-

to de vista, não é, de modo algum, política, ética e socialmente aceitável que estas situações prevaleçam quando prevalecem, como o Sr Primeiro-Ministro bem sabe, desigualdades sociais enormes e necessidades de ultrapassar atrasos estruturais.

Estas situações existem na área da saúde, que pode ter uma estratégia claramente definida, mas se não tiver meios efectivos para lhe dar conteúdo, ela morre e o mesmo tem de existir no ensino, para que o mesmo tenha qualidade.

Devo ainda acrescentar que o Sr. Primeiro-Ministro pode dizer-nos que a área do ambiente tem mais dinheiro, mas, para nós, aquilo que continuará a estar em causa é a forma como esse dinheiro é aplicado, se o dinheiro é suficiente ou não, se continuaremos a ter problemas complicadíssimos com uma fiscalização que funciona em *part-time*, ou problemas com ocupações indevidas no litoral, situações essas que depois, todos os anos, pagamos com o Orçamento do Estado, pela rectificação das coisas que ao longo do tempo, silenciosamente, se vão permitindo.

Há ainda a questão de saber se há ou não uma visão de longo prazo quanto à resolução de problemas que são extremamente complexos, que têm a ver com um modelo de sociedade e que só com enormes investimentos podem ser resolvidos — designadamente no plano dos resíduos, se se fala numa perspectiva de mudança de comportamentos, tem de se investir fortemente a nível de mudanças tecnológicas, o que acaba por não acontecer.

De entre as muitas questões que se poderiam colocar há uma que, para nós, continua a ser incompreensível num país como o nosso. A nossa maior fronteira é o mar e no litoral concentram-se, mal ou bem (para nós, mal), a maioria das grandes actividades deste País. Ora, para nós, é completamente espantoso que um País que realizou uma exposição internacional em torno do mar, como seu grande património, seja o único País da União Europeia que não tem uma perspectiva de segurança em que a defesa do mar esteja considerada, sendo o único país da União Europeia que não tem um sistema de controlo de tráfego. Portugal não tem esse sistema, razão, aliás, pela qual a Organização Marítima Internacional não nos permite ainda afastar os corredores que, de uma forma tão perigosa, cruzam a nossa costa.

Os Verdes entendem que esta não é uma visão estratégica, ou seja, não é uma visão de longo prazo como a que é necessário e parece-nos que, enquanto persistirem situações de desigualdade social, enquanto não se for às fontes possíveis para as colmatar (nomeadamente, pela via fiscal), enquanto continuarem a fazer-se obras numa perspectiva imediatista, sem considerar os que são mais penalizados, enquanto se fizer uma gestão política das coisas não numa perspectiva de longo prazo, que pode não dar os lucros eleitorais imediatos mas que, seguramente, tem a ver com o desenvolvimento futuro e com a solidariedade entre gerações, portanto, enquanto isto não acontecer, este não é nem pode ser um Orçamento política, social ou éticamente aceitável.

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro — Sr Presidente, Srs Deputados: Sr^a Deputada Isabel Castro, estou sinceramente convencido que nenhum orçamento que eu conseguisse apresentar seria, para si, politicamente aceitável.

Risos do PS

Porque se alguma coisa estamos a fazer com êxito é o combate à fraude, se alguma coisa estamos a fazer com êxito é reduzir o favorecimento que decorre de certos vícios estruturais do nosso sistema fiscal, se alguma coisa neste Orçamento representa é uma aposta muito clara no ambiente e, nomeadamente, falando de costas, temos a aposta deste Governo nos Planos de Ordenamento da Orla Costeira e temos a aposta deste Governo em vários investimentos e em várias áreas do controlo da nossa orla marítima.

Por isso, sinceramente, Sr^a Deputada, penso que nada que nós pudéssemos fazer a satisfaria! Mas, mesmo assim, é sempre com muito gosto que ouvimos os seus contributos e será sempre com o maior gosto que os tentaremos incorporar.

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado José Penedos

O Sr José Penedos (PS) — Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, Srs Deputados, vou colocar uma questão ao Sr Primeiro-Ministro, embora não seja habitual haver questões por parte da bancada que apoia o Governo.

Vozes do PSD — Do PS!

O Orador — Mas antes gostaria de fazer um comentário, porque, da direita à esquerda, há neste Orçamento um «exorcismo», que é assumido como um despesismo pela direita parlamentar e é assumido envergonhadamente como um excesso de benefícios fiscais pela esquerda parlamentar.

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Envergonhadamente!²¹ Não é envergonhadamente, é claramente!

O Orador — Em relação a este Orçamento, o Partido Socialista não tem nem o complexo da direita, sobre a despesa pública, nem o complexo da esquerda, sobre o excesso de benefícios fiscais.

Contudo, há uma coisa que nós, no Partido Socialista, esperávamos, ou seja, que o PSD aproveitasse a «boleia» ideológica que este Orçamento lhe deu para ser um partido social-democrata. No entanto, o PSD não o quis assumir, porque estava num momento interno que lhe facilitaria essa «boleia». Não o quis assumir mas depois para a sua direita e diz ao PP que estão a viabilizar o orçamento do PS.

Devo dizer que julgo que o PP faz uma opção correcta ao tentar

Vozes do PSD — Ideológica!

O Orador — Não é ideológica! Na minha opinião, o PP faz uma opção correcta em termos de segmentação. Ou seja, segmentou o seu mercado eleitoral e é para esse mercado que dirige os seus votos. Portanto, pela parte que me toca, penso que o PP se portou bem ao segmentar o seu mercado eleitoral.

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Sr Deputado Basílio Horta, não pede a palavra para a defesa da consideração ou da honra?²¹

Risos do PSD

O Orador — Mas há uma coisa que é necessário assumirmos, enquanto Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que é o seguinte a despesa pública cresce por razões justificáveis. Ou seja, as funções sociais do Estado justificam o crescimento da despesa, não tendo sido possível ao PSD nem ao PP identificar qualquer rubrica de despesas para desagravar. E esse é o mérito final deste Orçamento: não há qualquer contribuição para o desagravamento da despesa. Não propuseram o encerramento de serviços, não propuseram que a reforma do Estado privatizasse funções do Estado, nem propuseram o despedimento de trabalhadores da função pública. Portanto, temos de entender que as funções sociais do Estado estão ratificadas neste Orçamento.

Mas há uma coisa, Sr Primeiro-Ministro, em que podemos dar alguma razão quanto ao debate sobre despesismo. Ou seja, a questão é saber se há ou não uma condição estrutural de sustentabilidade do crescimento da despesa pública. Neste ponto, tenho a pequena pretensão que o Sr Primeiro-Ministro responda, neste debate, a uma velha questão que tem vindo a atravessar os debates parlamentares.

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Essa pergunta é complicada!

O Orador — O Governo está ou não está disponível para garantir a reforma fiscal, nesta legislatura?

É que essa questão ajuda a responder com clareza à questão da sustentabilidade.

A Sr^a Manuela Ferreira Leite (PSD) — Essa pergunta é difícil!

O Orador — porque há uma correlação a fazer entre a evolução da despesa pública e o alargamento da capacidade, por parte do Estado, de cobrar receitas que respondam à escolha ideológica de quem governa.

A escolha ideológica do Partido Socialista é que tem de reforçar as funções sociais do Estado e o Partido Socialista não vai desistir disso. Só que para o realizar, pode ter de cobrar mais e é esta a grande questão que deixo a V Ex^a

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Primeiro-Ministro

O Sr Primeiro-Ministro — Sr Presidente, Srs Deputados. Sr Deputado José Penedos, a resposta é óbvia. Por um lado, o salto qualitativo dado vai-nos permitir abrandar o ritmo de crescimento da despesa corrente primária e, por outro lado, as medidas fiscais que têm vindo e vão continuar a ser adoptadas, na lógica de uma reforma fiscal — que não se faz no momento, mas por etapas e através de medidas concretas) —, têm o objectivo central de um pacto de justiça fiscal. Ou seja, obrigar a pagar quem não paga mas deve pagar, para que com isso se possa não apenas sustentar as despesas sociais mas beneficiar aqueles que pagam e que, porque pagam como devem, devem também ser olhados pelo Governo com preocupação e com respeito.

Aplausos do PS

O Sr Presidente — A Sr^a Deputada Manuela Ferreira Leite tinha pedido a palavra para defesa da consideração pessoal. Faça favor, Sr^a Deputada.

A Sr^a Manuela Ferreira Leite (PSD) — Sr Presidente, pedi a palavra devido às afirmações feitas pelo Sr Primeiro-Ministro sobre a actuação do Ministro das Finanças Miguel Beleza e pela minha colaboração nessa tarefa.

O Sr Primeiro-Ministro não desconhece o facto de que esse aumento de despesa que o senhor invocou em relação a esse ano teve a ver com a alteração do novo sistema retributivo para a função pública.

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Desconhece, desconhece! Ele não sabia!

A Oradora — É evidente, Sr Primeiro-Ministro, que se eu utilizasse a sua técnica, perguntar-lhe-ia se achava mal. Mas não o faço! E não o faço porque não uso a necessidade das pessoas como argumento político.

Vozes do PSD — Muito bem!

A Oradora — Por isso, fica consigo essa análise.

Em segundo lugar, Sr Primeiro-Ministro, fizemos isso porque havia folga. O Sr Primeiro-Ministro sabe o que é haver folga no Orçamento? É haver a possibilidade de aumentar a despesa sem que ela pese muito mais no produto interno bruto do país. E fizemo-lo. Sr Primeiro-Ministro, com uma folga que não é a mesma que os senhores têm neste momento.

O Sr Casimiro Ramos (PS) — Mas têm pensões!

A Oradora — Sr Primeiro-Ministro, nós nunca escondemos qualquer despesa do Orçamento. Estavam lá todas!

Vozes do PSD — Muito bem!

A Oradora — Sr. Primeiro-Ministro, nós nunca utilizámos receitas de privatizações para cobrir despesa corrente.

Vozes do PSD — Muito bem!

A Oradora — Sr Primeiro-Ministro, nós nunca vendemos património para cobrir despesa corrente.

Vozes do PSD — Muito bem!

A Oradora — E, por isso, Sr Primeiro-Ministro, a nossa folga não tem nada a ver com a sua folga.

O Sr Casimiro Ramos (PS) — Não. Nós trabalhamos!

A Oradora — A sua folga utiliza a desorçamentação para encobrir a despesa que o senhor faz.

Vozes do PSD — Muito bem!

A Oradora — Utiliza receitas das privatizações, vende o património, e quando tudo isto acabar, quando já não houver mais nada, então, o senhor «vai ao bolso» dos contribuintes.

Vozes do PSD — Muito bem!

A Oradora — Isso nós não fizemos!

Por isso, Sr Primeiro-Ministro, a nossa situação de folga era radicalmente diferente daquela que o senhor neste momento apresenta. E era tão boa ou tão má que o Sr Primeiro-Ministro conseguiu governar o País, durante quatro anos, utilizando-se dessa folga que nós lhe deixámos para conseguir levar o País ao euro sem ter tomado uma única medida estrutural e sem ter tomado qualquer medida que conduzisse à convergência real do País.

Aplausos do PSD

O Sr Presidente — Para dar explicações, se assim o entender, tem a palavra o Sr Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro — Sr Presidente, Srs Deputados Sr^a Deputada Manuela Ferreira Leite, é estranho que uma pessoa tenha de defender a sua própria honra quando é apenas confrontada com o seu próprio passado.

Vozes do PSD: — Ah!

O Orador — E é estranho pelo seguinte: há uma lógica no crescimento da despesa, nos governos do PS, que é diferente da lógica no crescimento da despesa nos governos do PSD.

A lógica do crescimento da despesa nos governos do PS tem a ver com as necessidades das pessoas. A lógica do crescimento das despesas nos orçamentos do PSD tem a ver com o ciclo das eleições.

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Já ninguém acredita nisso!

O Orador — E é por isso que é irregular ao longo do tempo.

Aplausos do PS.

Havia de facto uma folga, Sr^a Deputada. E vou dizer-lhe onde ela estava. É que, com eleições em 1991, o défice em 1989 — segundo os números do Banco de Portugal e as suas séries longas — era de 2,1% do PIB.

A Sr^a Manuela Ferreira Leite (PSD) — Exactamente!

O Orador — Mas o défice, em 1991, foi de 6% do PIB.

A Sr^a Manuela Ferreira Leite (PSD) — E acha mal?

O Orador — Foi essa a folga que os senhores utilizaram. Mas, como sabe, tivemos de reduzir um défice que herdámos na ordem dos 6%, em 1994 e em 1995, para um défice que, em 2000, em contabilidade nacional, é apenas de 1,5% do PIB.

A Sr^a Manuela Ferreira Leite (PSD) — É mentira! Não é esse o valor!

O Orador — Fizemo-lo com um rigor que não havia no vosso tempo, fizemo-lo com uma preocupação social que não tem a ver com datas de eleições, porque este ano não há eleições, mas tem a ver com as necessidades das pessoas que, para nós, existem em todos e quaisquer momentos da acção governativa.

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Srs Deputados, tendo terminado os pedidos de esclarecimentos e respostas aos mesmos, vamos entrar na fase das intervenções. Tem a palavra a Sr^a Deputada Manuela Ferreira Leite.

A Sr^a Manuela Ferreira Leite (PSD) — Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, Srs Membros do Governo, Srs Deputados. Não posso começar a minha intervenção sem salientar um aspecto que tem dominado a discussão desta manhã, que é o facto de ter sido sublinhado, desde o Primeiro-Ministro até à bancada do Partido Socialista, o carácter ideológico deste Orçamento. Acho extraordinário e verdadeiramente inesperado que isso tenha ocorrido exactamente neste Orçamento, porque, sendo ele tão vincado pelo aspecto ideológico, como dizem o Sr Primeiro-Ministro e a bancada do Partido Socialista,

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Desculpa de mau pagador!

A Oradora — Isto sugeriria que ele fosse aprovado apenas pelos ideólogos do socialismo. Mas não! Quem viabiliza este Orçamento é o partido mais à direita desta Câmara! É um aspecto bizarro que não devo de sublinhar neste momento.

Aplausos do PSD

Portanto, como ideologia — e é a primeira vez que, em minha opinião, se debate nesta Câmara um Orçamento nesse sentido —, ficámos todos esclarecidos.

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Estamos conversados!

A Oradora — Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, Srs Membros do Governo, Srs Deputados. Este Orçamento do Estado para 2000 foi encarado por todos os economistas e por políticos de todos os quadrantes com uma enorme preocupação, porque evidencia uma inequívoca crise orçamental, quer por reflectir uma situação económica em clara derrapagem, quer pelo atraso que induz no nosso ritmo de aproximação aos restantes países europeus.

Recordemos, Srs Deputados, que este Orçamento é o quinto apresentado pelos governos do Partido Socialista.

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — De má memória!

A Oradora — E que mais não faz do que confirmar, perante todos os portugueses, os erros de opção política que têm vindo a acumular-se nos últimos anos.

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

A Oradora — Sempre afirmámos que o caminho que estava a ser seguido era desastroso, não se devia reduzir o défice público por via do aumento da receita, em vez de o fazer por via da redução da despesa, não se devia promover o falso desenvolvimento do País através do aumento do consumo, em vez de o fazer através do aumento do investimento, não se devia agir ao sabor de interesses de grupos, em vez de se promover as necessárias reformas estruturais, não se devia ter tirado proveito da baixa das taxas de juro para fomentar o endividamento do País e das famílias em troca de uma popularidade falsa e enganosa.

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

A Oradora. — não se devia ter aplicado as receitas das privatizações para sustentar artificialmente as despesas correntes, em vez de se ter ajustado o nível dessas despesas à realidade que as suporta. Nada disto se devia ter feito, mas a verdade é que se fez. E, o que é pior, persiste-se nestes mesmos erros.

Assim, estamos perante um Orçamento que apresenta uma taxa de crescimento insustentável da despesa pública sem que a isso corresponda uma melhoria de serviços prestados aos cidadãos.

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

A Oradora — E o aumento da despesa pública, no presente, significa sempre aumento de impostos no futuro, aspecto que o Governo vai tentando encobrir com discursos mas que a realidade desmente.

Argumentará, de novo, o Governo que o aumento da despesa pública resulta do aumento de despesa destinado às áreas sociais — já ouvimos isso à exaustão.

Vozes do PSD — É cassette!

A Oradora — Porém, Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro e Srs. Deputados, está já sobejamente demonstrado que, a coberto da função social, se esconde um enorme desperdício, que é difícil avaliar, mas que ninguém já consegue negar e de que é exemplo gritante o caso da saúde. E este desperdício não é social, é, antes de mais, anti-social.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

A Oradora — Não é admissível que mais de metade do produto do País se destine às despesas do Estado, enquanto se deterioram, a olhos vistos, os serviços que este é capaz de prestar.

O Sr Guilherme Silva (PSD) — Muito bem!

A Oradora — Quanto mais se aumenta a despesa, mais são os mesmos a pagar e sempre cada vez mais.

A justiça não responde aos casos mais elementares ou só o faz tardiamente, muitas vezes por pressão da comunicação social.

Os serviços de segurança não conseguem transmitir o prometido nível de tranquilidade aos cidadãos.

O serviço de saúde está num caos dramático.

O sistema educativo está longe de se credibilizar perante os agentes económicos e o mercado de trabalho.

Como se tudo isto não bastasse, este é mais um Orçamento em que se desconhece qual o verdadeiro montante da despesa de investimento, uma vez que nesta se incluem verbas que vão desde o pagamento de obras já realizadas até verdadeiras despesas correntes, como é o caso dos seguros de colheitas e das portagens virtuais.

É por isso, Sr Primeiro-Ministro, que fico espantada quando, sobre o investimento, o que o Sr Primeiro-Ministro diz é que ele é uma evidência em si próprio. Tudo o que ele não é, Sr Primeiro-Ministro, é uma evidência em si próprio.

Srs. Deputados, o que acabei de dizer é aquilo que se lê no Orçamento. Mas o pior é o que não se lê, o pior é o que lá não está!

É que este Orçamento mantém a prática, inaceitável e ilegal, de desorçamentação, desvirtuando o valor do défice, cujo valor real já ninguém conhece. Ou seja, ninguém conhece o elemento essencial para avaliar o efeito económico deste Orçamento.

Mas, mais este é um Orçamento que prevê uma cobrança de receitas que significa um claro aggravamento da carga fiscal. O objectivo essencial para a redução da carga fiscal sobre as empresas apenas se traduz numa ligeira redução da taxa do IRC. Esta é, em parte, anulada pelo aumento da taxa de incidência, com a alteração do tratamento das despesas de representação e o tratamento menos favorável dos dividendos.

A elevada carga fiscal sentida pelos trabalhadores por conta de outrem não é aliviada. A maioria dos especialistas espera que a inflação seja cerca de 2,5% a 3%, pelo que a actualização dos escalões para a maioria da população que paga imposto não tem significado, sobretudo quando conjugada com a redução dos benefícios fiscais. E é sobretudo a classe média que vai sentir o aumento da carga fiscal. É, pois, difícil ver como aumenta a justiça distributiva nesta proposta orçamental.

É um Orçamento que, além do mais, não fomenta, antes penaliza, a poupança.

Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Srs Deputados. Não quero deixar de dizer que estamos a discutir o Orçamento do Estado para 2000 numa situação invulgar. E é invulgar não só na questão ideológica, de que já falei, mas também por este Orçamento, o quinto dos governos socialistas, nos ser apresentado como um orçamento de transição. Ora, pergunto: mas transição de onde para onde? Que se note, só pode ser transição do anterior Ministro das Finanças para o actual Ministro das Finanças, que, deste modo insólito, deriva entender a sua impotência para inverter a situação alarmante que herdou.

O Ministro das Finanças não apresenta um orçamento de transição, mas uma síntese do descalabro financeiro a que o Partido Socialista e o anterior Ministro das Finanças conduziu o País.

Aplausos do PSD

Julgava eu, confesso que ingenuamente, que o actual Ministro das Finanças e o mesmo Primeiro-Ministro apenas tinham de dar continuidade a uma política orçamental que sempre foi alardeada de enorme rigor e competência.

Afinal, não só não é para continuar essa política de excelência como se considera que a solução é fazer um orçamento de base zero, o que significa esquecer tudo o que está para trás e iniciar um caminho totalmente novo.

O que não se diz é o que se vai fazer à despesa pública que, entretanto, se deixou crescer de forma irresponsável e, na maioria dos casos, para responder a interesses partidários, como é o caso exemplar da criação de um número escandaloso de institutos públicos.

Vozes do PSD — Muito bem!

A Oradora — Mas tem razão o actual Ministro das Finanças quando diz que não é possível corrigir de uma só vez a trajectória que tem estado a ser seguida. O Ministro das Finanças tem razão, mas o País fica estarrecido com semelhante afirmação! É que o actual Primeiro-Ministro é o mesmo e o actual Ministro das Finanças é o anterior Ministro da Economia, pelo que os anteriores Orçamentos são obra vostra!

O Sr José Magalhães (PS) — É um facto!

A Oradora — A ser verdade que este será um Orçamento de transição, ou seja, que se anuncia a ruptura relativamente à prática anterior,

O Sr José Magalhães (PS) — Que ruptura?

A Oradora — como foi possível tanta arrogância, tanta inconsciência e tanta demagogia do governo anterior para agora se concluir que, afinal, estava tudo mal?

Vozes do PSD — Muito bem!

A Oradora — Neste contexto, não é demais salientar que as actuais dificuldades não resultam de um qualquer aspecto pontual, ou mesmo de um sector determinado, que, por qualquer motivo, tenha alterado as expectativas. Foram, antes, o intolerável resultado de uma política profundamente errada, porque ditada pela demagogia, com uma gestão incompetente, que recorreu a todos os subterfúgios e mala- barismos financeiros para salvaguardar as aparências.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

A Oradora — Como sempre dissemos nesta Assembleia, o Partido Socialista nunca esteve preocupado com a situação real do País, pois sempre deu prevalência à sua manutenção no poder e à sua popularidade fácil. Agora, o resultado está à vista.

Aplausos do PSD

Pode-se enganar alguns durante algum tempo, mas não se pode enganar todos durante todo o tempo

Protestos do PS

E todos sabemos que se trata de uma situação que não surgiu agora, mas que está a ser construída há quatro anos.

Quantas vezes as vozes discordantes foram abafadas com parangonas de rigor e austeridade do anterior Ministro das Finanças, considerado, então, como um verdadeiro «certificado de garantia» desse governo?

Todos nos lembramos, e o País também, da projecção que o próprio Primeiro-Ministro politicamente conferia ao anterior Ministro das Finanças, indignando-se, como é seu hábito, com as críticas certeiras, como se fossem crimes de lesa-majestade.

Pelos vistos, devemos agora concluir que, para salvar a face ao Ministro das Finanças, se afundou o País.

Resta-nos a consolação de verificar que pelo menos o actual Ministro das Finanças reconhece a enormidade do logro em que o próprio Primeiro-Ministro caiu.

Apesar de não ter sido capaz de apresentar nesta Assembleia o Orçamento de que o País urgentemente necessita, teve, pelo menos, o mérito de não ter sido capaz de continuar a tecer laus ao que só merece censura.

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

A Oradora — Resta-nos saber como conseguirá o Primeiro-Ministro conciliar o inconciliável.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Com uma carreira internacional!

A Oradora — Como poderá o Primeiro-Ministro defender o actual Orçamento, nesta Assembleia e perante o País, sem desdizer, de forma gritante, os acalorados discursos de defesa dos anteriores?

Não pedimos, o que, no entanto, seria justo, Sr. Primeiro-Ministro, que reconheça aqui frontalmente que as críticas que o PSD sempre apontou deveriam ter sido ouvidas e ponderadas pelo seu anterior governo e pelo seu Ministro das Finanças.

Aplausos do PSD

Mas ficamos ansiosos por saber como pode qualificar de transição o quinto Orçamento que apresenta na Assembleia, sem desmentir o actual Ministro das Finanças.

Chegamos, portanto, à conclusão de que o segundo Governo do Partido Socialista se reconhece impotente para corrigir os erros do primeiro governo do Partido Socialista.

Por nós, consideramos que este não é um Orçamento de transição, é um Orçamento sem rumo, sabe de onde vem, o estado em que se encontra, mas não tem ideia para onde vai.

Vozes do PSD — Muito bem!

A Oradora — Para o saber, era preciso rasgo e coragem políticos que não vislumbram neste Governo.

Sr Presidente, Srs Deputados. É difícil imaginar um orçamento como este, com efeitos tão negativos sobre a economia do nosso país e com as nefastas implicações futuras que dai decorrem.

Não é demais insistir que a entrada no euro nos trouxe enormes benefícios, mas também, em contrapartida, uma enorme responsabilidade, que se traduz no cumprimento de obrigações definidas no Pacto de Estabilidade que o Governo parece, agora, ignorar.

À luz da maior exigência do espaço europeu, a demagogia interna assume foros de total irresponsabilidade. Por isso, o PSD recusa partilhar ou ser cúmplice desta política irresponsável.

Vozes do PSD — Muito bem!

A Oradora — Quem o fizer virá a responder pelos efeitos nefastos resultantes do atraso e do descrédito a que esta política está a conduzir o País. O PSD não se desviará dos seus princípios, porque a sua vocação de poder é incompatível com a cedência ao facilitismo ou a protagonismos efêmeros. Por isso, o PSD vota contra este Orçamento e demarca-se frontal e inequivocadamente das opções políticas que o determinaram, considerando que só assim defende os verdadeiros interesses do País.

Aplausos do PSD

O Sr Presidente — Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel dos Santos, para um pedido de esclarecimentos.

O Sr Manuel dos Santos (PS) — Sr Presidente, Sr.^a Deputada Manuela Ferreira Leite, bem-vinda à política!

Espero também que seja bem-vinda a este debate, porque a sua intervenção chegou atrasada, uma vez que V. Ex.^a dedicou 80% da sua intervenção a discutir o que já está discutido a *performance* do Ministro das Finanças anterior e os Orçamentos do Estado que esta Câmara já

aprovou e que, aliás, já estão executados e bem executados. Além do mais, a fixação que V. Ex.^a tem em apreciar o ex-Ministro das Finanças é fantástica — permuta-me que lhe diga e este é um traço da sua personalidade e da sua constância.

Risos do PS

O Orador — Não há qualquer intervenção que a Sr.^a Deputada aqui faça em que não dirija a sua observação predominante ao anterior ministro das finanças.

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Ele merece-o!

Protestos do PSD

O Orador — Pode fazê-lo, deve fazê-lo, fica-lhe bem, mas não distorça, de forma alguma, o que aqui se diz, se faz e se apresenta! E o Governo, o Sr Primeiro-Ministro, o líder do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Sr Deputado José Penedos não disseram — e, seguramente, também eu próprio e o Sr Ministro das Finanças, quando falarmos, não diremos — que há qualquer ruptura entre aquilo que foi a política financeira do governo anterior e a política financeira do Governo actual. O que foi aqui afirmado é que este orçamento é um orçamento de transição.

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Sem dúvida!

O Orador — e é óbvio que tem de ser um orçamento de transição, uma vez que estamos no início de um novo período eleitoral, com uma nova legitimação, com novos objectivos, com novas responsabilidades e com novos desafios que se colocam à sociedade portuguesa.

Aliás, eu podia responder-lhe de maneira elementar, que se calhar é parlamentarmente eficaz, dizendo que é, desde logo, um orçamento de transição para o 6º, o 7º, o 8º e, ao que parece, para o 9º, o 10º, o 11º e o 12º orçamento que o Sr Primeiro-Ministro irá apresentar.

Aplausos do PS

O Orador — Mas não quero ir por aí, por esse caminho fácil.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — Esse é um cenário dantesco!

O Orador — Sr.^a Deputada, é óbvio que este é um orçamento de transição porque, ao contrário do que foi aqui dito, nós não embarcamos em qualquer teoria do oásis, há muitos problemas por resolver na sociedade portuguesa e o Sr Primeiro-Ministro disse-o. Aliás, basta que haja um desempregado, um excluído social, para que nós estejamos preocupados.

Há muitos problemas para resolver na sociedade portuguesa e, portanto, naturalmente, os orçamentos têm de ser de transição, até porque — V. Ex.^a pensou-o, seguramente, mas não o disse —

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Afinal, são todos de transição!

O Orador — nós temos um quadro financeiro de apoio comunitário que será irrepetível. Por conseguinte, temos de preparar o futuro, isto é, os anos que se segui-

rão a 2006, e prepará-lo também é elaborar políticas financeiras e orçamentais adequadas ao futuro que surgirá a partir desse ano.

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Esse é que é o problema!

O Orador — Agora, o que não é correcto é afirmar aqui, como foi afirmado pelo líder do seu partido, que este é o pior Governo da Europa.

O Sr Durão Barroso (PSD) — É! É!

O Orador — incluindo também o Governo austriaco, seguramente. E esta é uma questão ideológica. Sr Deputado Durão Barroso e Sr.^a Deputada Manuela Ferreira Leite

Aplausos do PS

O Orador — Bem-vinda à política, Sr.^a Deputada, porque, efectivamente, a senhora descobriu, finalmente,

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Onde é que isso já vai!

O Orador — que em todos os orçamentos, e também neste, há sempre uma questão ideológica.

A questão ideológica que se coloca nesta proposta orçamental é aquela que o Sr Primeiro-Ministro aqui disse, e muito bem é o confronto entre os que pensam segundo a linha e a escola do pensamento único (eu estava convencido que V. Ex.^a não pensava assim), isto é, os neoliberais e os que pensam segundo as linha e a escola da social-democracia. É evidente que, neste sentido, os socialistas são social-s-democratas, é evidente que os socialistas viabilizam e privilegiam

Protestos do PSD

a despesa social e é evidente que, ao que parece, V. Ex.^a e o seu partido continuam acomodados e perfeitamente aferroados à questão do liberalismo, que é, essencialmente, a linha dominante do seu partido e da sua bancada.

O Sr Presidente — Agradeço-lhe que termine, Sr Deputado, se faz favor.

O Orador — Portanto, esta é uma questão ideológica. Ela foi resolvida parlamentarmente da forma que é conhecida, por razões que nada têm a ver com o Partido Socialista nem com a proposta que é apresentada.

O Sr Guilherme Silva (PSD) — E o Orçamento?

O Orador — mas, naturalmente, por razões que têm a ver com os vossos próprios problemas, com os problemas que, eventualmente, existirão noutras bancadas.

Mas a Sr.^a Deputada, sobretudo a senhora, não tem credibilidade para fazer afirmações sobre as previsões que foram feitas, porque V. Ex.^a já passou 5 anos a fazer previsões catastróficas sobre a execução orçamental e ao longo destes 5 anos viu as suas previsões catastróficas sempre desmentidas.

O Sr. Guilherme Silva (PSD) — Não é bem assim!

Aplausos do PS

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Manuela Ferreira Leite

A Sr.^a Manuela Ferreira Leite (PSD) — Sr Presidente, Sr Deputado Manuel dos Santos, só não percebi a parte inicial do «bem-vinda à política», porque já nos conhecemos, aqui, há alguns anos, e até já nos conhecímos antes de eu cá estar Portanto, não consegui perceber essa parte, mas deve ser subtil

O Sr. Manuel dos Santos (PS) — Percebeu, percebeu!

O Sr. Carlos Encarnação (PSD) — O Sr. Deputado Manuel dos Santos anda distraído! Anda distraído!

A Oradora — Sr Deputado, não sou eu a culpada de, na minha intervenção, ter de chamar os orçamentos anteriores para a discussão deste, quem tem culpa disso é o Sr Ministro das Finanças, porque intitulou este orçamento de transição.

Ora, estando nós na presença de um mesmo Governo que considera, a certa altura, que um orçamento por ele apresentado é de transição, eu pergunto o seguinte é de transição de onde para onde? Só pode ser do anterior Ministro das Finanças para o actual, porque o normal seria que fosse um orçamento de continuidade.

O Sr. Manuel dos Santos (PS) — Também foi dito que é um orçamento de continuidade!

A Oradora — . o normal seria que a política fosse tão boa que teria de ter uma continuidade e de ser reforçada nas suas principais componentes Não foi isso que aconteceu, porque o Ministro das Finanças diz – e bem, estou de acordo com ele – que não tem outra solução se não fazer um orçamento de base zero

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — Fugiu-lhe a boca para a verdade!

A Oradora — Sr. Deputado, o senhor sabe tão bem quanto eu o que é que significa fazer um orçamento base zero! Fazer um orçamento base zero significa esquecer tudo e fazer uma coisa completamente nova, como se nada existisse Ou seja, quem quer limpar o passado não sou eu, é o Sr. Ministro das Finanças Portanto, nessa circunstância, devo dizer-lhe que essa decisão do Sr. Ministro das Finanças tem todo o meu acordo, tem todo o meu apoio

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — Se calhar, já está arrependido!

A Oradora — e penso que ele tem toda a razão no que faz

Porém, não tenho culpa que tenham sido os senhores a dizê-lo e, como tal, se chamei à liça o anterior Ministro das Finanças e a anterior política foi simplesmente para mostrar aquilo que o senhor agora acabou de dizer, ou seja, que, afinal, eu tive sempre razão Afinal, eu sempre tive razão!

Risos do PS

Ao contrário do que o senhor diz, os senhores só conseguiram atingir aqueles valores que eu dizia serem impossíveis de atingir utilizando malabarismos financeiros Não foi com clareza que o fizeram!

O Sr. Manuel dos Santos (PS) — Não é verdade!

A Oradora — É verdade, Sr. Deputado! O Sr. Deputado sabe que o valor do défice orçamental não é aquele que está inscrito no Orçamento! O senhor sabe que no Orçamento não está inscrito o valor do défice orçamental!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — Se não sabe, devia saber!

A Oradora — Aquilo que eu lhe disse foi que o valor do défice orçamental não é aquele e contínuo a dizê-lo e a prová-lo! Portanto, Sr. Deputado, o senhor só tinha de fazer penitência e dizer «*mea culpa*, porque andámos aqui a insultar quando, afinal, nós estávamos sem razão»

Vozes do PSD — Muito bem!

A Oradora — Mais, Sr. Deputado como é que quer que acreditemos que transição significa passar a uma situação de alterações e de reformas se os senhores apresentam este Orçamento pensando, provavelmente, que é necessária uma reforma fiscal e, ao pensar nela, o que fazem é efectuar acertos pontuais em aspectos que para os senhores eram uma «bandeira», nomeadamente a reforma da tributação do património, e, como pensam fazê-la, então, toca a mexer um bocadinho no imposto sobre sucessões e doações Imagine-se a coerência!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Não é um bocadinho, Sr.^a Deputada!

A Oradora — Sr. Deputado Paulo Portas, é menos do que um troco!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — É mais do que algum dia vocês fizeram! Isso não é justo!

Vozes do PS — Boa! Boa!

A Oradora — Sr. Deputado, nós depois falamos

O Sr. Presidente — Srs. Deputados, agradeço que façam silêncio

A Oradora — Srs. Deputados, mostrem onde é que estão as reformas que os senhores apresentam para que eu acredite que, efectivamente, este orçamento não é um orçamento de transição? Portanto, Sr. Deputado, a gravidade deste orçamento está no facto de confessarem que é preciso um orçamento de base zero e não darem qualquer passo nessa direcção

O Sr. Presidente — Agradeço que termine, Sr.^a Deputada

A Oradora — Isto é, confessam que a política anterior estava errada, mas persistem nela!

Aplausos do PSD

O Sr Presidente — Srs. Deputados, vamos interromper os nossos trabalhos para almoço, retomando-os às 15 horas
Está suspensa a sessão

Eram 13 horas e 8 minutos

Srs. Deputados, está reaberta a sessão

Eram 15 horas e 40 minutos

Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Marques Mendes, a quem peço o favor de se cingir, o mais possível, à figura regimental

O Sr Luís Marques Mendes (PSD). — Sr. Presidente, queria pedir autorização para fazer uma breve interpelação resultante da circunstância de o Sr Primeiro-Ministro ter feito citações minhas, esta manhã, neste debate. Por razões imperiosas, de natureza pessoal, não pude estar aqui presente, esta manhã.

Nesta brevíssima interpelação, gostava de dizer o seguinte. O Sr Primeiro-Ministro resolveu fazer algumas citações de afirmações que eu fiz nas últimas semanas, omitindo, naturalmente, várias outras que talvez fosse importante que ele também aqui citasse. Ao fazê-lo, o Sr. Primeiro-Ministro fez a chamada manobra da mais pura intriga política.

Vozes do PS — Oh!

O Orador — ... e fez-me lembrar os bons velhos tempos do Engº António Guterres, quando ele intrigava num sótão de Algés contra outros companheiros do seu próprio partido.

Aplausos do PSD

Vozes do PS — Oh!

O Orador — O que o Sr Primeiro-Ministro devia saber, e pelos vistos não sabe, é que no Partido Social Democrata, sobretudo quando se convoca congressos, há concorrentes, mas não há adversários.

Vozes do PS — Oh!

O Orador — Há concorrentes naturais à liderança do partido, num partido democrático. Adversários é aquilo que, pelos vistos, existe no Partido Socialista, de que são exemplo o Ministro José Sócrates e o Deputado Manuel Alegre, como veio a público ainda nos últimos dias.

Aplausos do PSD.

O Orador — Mas queria, sobretudo, dizer ao Sr. Primeiro-Ministro o seguinte. V. Exª citou o que entendeu citar, mas esqueceu-se de citar aquilo que eu tenho dito e que é o mais importante, que é o que nos une a todos. O que nos une a todos, neste partido e neste momento, são duas coisas essenciais: primeiro, sobre o Orçamento, une-nos a todos o saber que este orçamento é mau, é um assalto à bolsa dos contribuintes e nenhuma negociação faz de um orçamento mau um orçamento melhor.

O Sr Presidente — Sr. Deputado, agradeço que se cinja à figura regimental, tal como lhe pedi.

O Orador: — Vou terminar, Sr Presidente.

A segunda coisa essencial em que estamos todos de acordo, que é a mais importante, é esta: este Governo é mau, é muito mau, prejudica o País e compromete o futuro e este congresso realiza-se, apenas e só, para que o partido decida qual é o melhor caminho para correr, rapidamente, com o Governo daquele lugar, porque este Primeiro-Ministro é um *bluff*.

Risos do PS.

O Sr Presidente — Muito obrigado, Sr. Deputado, agradeço-lhe que termine.

O Orador. — ... e o que nós queremos é encontrar rapidamente a melhor solução para substituir o Primeiro-Ministro e o Governo de Portugal! É para isso, e apenas para isso, que este congresso se realiza.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, a sua intervenção fica registada, mas, como sabe, não fez uma interpelação à Mesa.

Sr Primeiro-Ministro, também quer fazer uma interpelação à Mesa? Agradeço-lhe que se cinja o mais possível à figura.

O Sr Primeiro-Ministro. — Sr Presidente, não vejo qualquer razão para fazer uma interpelação à Mesa. Muito obrigado.

Aplausos do PS.

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.ºs e Srs. Deputados. O Orçamento do Estado é, em princípio, a concretização financeira das grandes opções de política consagradas no programa de um Governo. Tendo nós, PCP, públicas e fundamentais divergências em relação ao programa e orientações políticas essenciais do Governo, não poderíamos ter uma expectativa positiva face ao Orçamento que nos iria ser apresentado. Mas o Orçamento do Estado para 2000 vai para além do que seria de esperar: fundamentalmente, estamos perante um inegável e indesculpável mau Orçamento. Um mau Orçamento para o País e, particularmente, para os trabalhadores, para os detentores de rendimentos do trabalho.

A questão central deste Orçamento, nas perspectivas ideológica, política e social, é, definitivamente, quer o Sr. Primeiro-Ministro goste ou não, a questão da política fiscal. É a principal questão ideológica, porque, ao apresentar e teimosamente defender este Orçamento, o Governo do Partido Socialista assume, de forma clara e mais acentuada do que nunca, a opção por uma política fiscal de classe.

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Muito bem!

O Orador — Não só os principais factores de desigualdade e de injustiça do sistema fiscal não são combatidos como são agravados com o discricionário tratamento de privilégio que, neste exacto Orçamento, é concedido aos rendimentos de capital, aos lucros.

Aplausos do PCP

É ainda a questão central do ponto de vista político, porque, no âmbito da justiça fiscal, consubstancia um retrocesso evidente em relação ao Orçamento de 1999. De facto, como o Sr. Primeiro-Ministro recordou, com o apoio e participação determinante do PCP, no Orçamento anterior foi introduzida uma maior justiça fiscal entre os contribuintes que pagam IRS, fazendo baixar a carga para os de mais baixos rendimentos. Seria, pois, de admitir que, neste Orçamento, se prosseguisse essa via de mais justiça fiscal, mas não é isso que se verifica, antes pelo contrário, sendo legítimo pensar, aliás, que o que se verificou em 1999 na fiscalidade foi um mero interregno ditado pelo facto de ser ano de eleições.

O Sr. Honório Novo (PCP) — Claro!

O Orador. — Não aceitamos a tese, que o Governo, o Primeiro-Ministro e o Ministro das Finanças e da Economia procuram vender, de que se trata de um Orçamento de transição. Essa tese não é politicamente aceitável, porque há uma continuidade do Governo do Partido Socialista e do Primeiro-Ministro, aliás, o próprio Programa do Governo se afirmava na continuidade do programa e do Governo anteriores. A tese da transição do Orçamento é, pois, a ausência de coragem para dizer que é isto o que o Governo quer e que com ele não haverá qualquer reforma fiscal digna desse nome.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — E é ainda uma forma pouco democrática de solicitar aos partidos políticos da oposição que não olhem para o conteúdo do Orçamento, que fechem os olhos e que o viabilizem.

Mas a política fiscal é ainda a questão central do ponto de vista social, porque, demonstradamente, a política social mais urgente para o País é a reforma fiscal.

O Sr. João Amaral (PCP) — Muito bem!

O Orador — Porque mais justiça fiscal entre os rendimentos de capital e os rendimentos do trabalho, entre os mais elevados e os mais baixos rendimentos, é, em si mesma, uma questão social de grande dimensão.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador. — Também porque a reforma fiscal é essencial para que as restantes políticas sociais, da saúde à educação, da habitação à segurança social, possam ser prosseguidas e melhoradas de forma financeiramente sustentada.

Percebemos bem porque o Sr. Primeiro-Ministro quer fugir desta questão central e derivar para aquilo a que designou de combate ideológico sobre o despesismo orçamental. Porém, basta reparar que um dos partidos políticos que mais gritou contra o despesismo deste Orçamento é precisamente aquele que o vai viabilizar para se concluir que, afinal, essa questão não é central e, muito menos, ideológica, na perspectiva deste Orçamento.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — Muito bem!

O Orador — Mas se o Sr. Primeiro-Ministro, o Governo e o PS quiserem teimar em erguer o «despesismo» como o alfa e o omega deste Orçamento, então, ainda podemos

voltar à política fiscal. É que se há no Orçamento despesismo gritante e intolerável, é o fiscal: são os benefícios fiscais, as isenções e reduções de taxas, a evasão e a fraude fiscais, e é ainda o «despesismo» no permanente crescimento das dívidas fiscais e parafiscais.

O Sr. Honório Novo (PCP) — Muito bem!

O Orador — Sr Presidente e Srs Deputados, vejamos claros a afirmação do Governo e do Ministro das Finanças e da Economia de que este Orçamento desagrava os contribuintes cumpridores é uma fraude política. A verdade é que só há desagravamento, e significativo, para os lucros. Os contribuintes cumpridores de IRS não beneficiam em nada com este Orçamento.

Se alguém pensou que o novo Governo do PS, diversamente do seu antecessor, iria distanciar-se dos grupos económicos e deixar de apoiá-los com despudor, enganou-se redondamente: as grandes empresas vão pagar menos 50 milhões de contos de IRC — isso é um facto! —, os bancos, que têm sido tributados a uma taxa efectiva de 20%, passarão agora a pagar 18 ou 17% — e sobre isso não restam dúvidas, os dividendos das empresas cotadas em Bolsa, as mais-valias e as aplicações financeiras e especulativas continuarão sentados à mesa do Orçamento aboletando-se com tão chorudos quanto ilegítimos e imorais benefícios fiscais.

Entretanto, os rendimentos do trabalho continuarão a ser fortemente penalizados. Para eles, o Governo mostra-se cego e surdo, embora não mudo.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — Muito bem!

O Orador — Mudo não, porque o Ministro das Finanças e da Economia se vangloria de um alegado benefício decorrente da actualização dos escalões do IRS acima da taxa de inflação, mas isso não passa de uma aleivosia. Essas actualizações, incluindo, como alguém já lhe chamou, as «revisões ao texto feitas pelo próprio autor», no início da semana, significam exactamente o seguinte: os 50% de contribuintes de mais baixos rendimentos não são em nada beneficiados e os 15% imediatamente a seguir são brindados, por esse acto magnânimo do Governo, com 160\$/ano.

Aplausos do PCP

Aliás, a revisão feita ao texto do Orçamento no início da semana conseguiu aumentar este benefício de 140\$/ano para 160\$/ano.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — Exactamente!

O Orador — Na melhor das hipóteses, trata-se de um «rebuçado», já que nem para comprar um pacote de rebuçados chegará.

Haja um pouco mais de pudor nas afirmações, Sr. Ministro. É o mínimo que lhe podemos exigir!

Aplausos do PCP

A verdade é que o Governo não quis prosseguir a introdução de maior equidade na tributação das pessoas singulares, antes as aumenta. A verdade é que, não por falta de coragem mas, sim, por falta de vontade política, o Governo mantém a imoralidade do paraíso fiscal em que o País vive no âmbito da tributação dos rendimentos finan-

ceiros A verdade é que o Governo quis, apenas e só, reduzir a carga fiscal para os lucros

Porque é essa a vontade política do Governo do PS, e porque milagres aqui não há, naturalmente, alguém tinha de ser sacrificado, e quanto a isto o Governo também não teve dúvidas os contribuintes de IRS e os trabalhadores da Administração Pública. Lamentável e inaceitávelmente, os «bodes expiatórios» são sempre os mesmos Aliás, a intenção do Governo de proceder a uma actualização salarial de 2,4/2,5% significa, inequivocamente, o desejo de fazer um congelamento dos salários reais dos trabalhadores da função pública e de o apresentar como norma a seguir pelo grande patronato nas negociações colectivas

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Muito bem!

O Orador — Para além do mais, harmoniza-se perfeitamente com a manutenção de pensões de reforma chocantes, em particular para os reformados do regime geral com menos de 15 anos de contribuições e para a pensão social, agora que o Governo se disponibilizou para aumentar as reformas do regime agrícola. Mas ainda aqui, com um argumento que repudiamos e que, sinceramente, não esperávamos ouvir pela voz do Ministro que o usou o de, para além de ser um regime fechado, se aplicar a 300 000 reformados com mais de 70 anos e a 200 000 com mais de 75 anos

O Sr. João Amaral (PCP) — Uma vergonha!

O Orador — O Sr Ministro do Trabalho e da Solidariedade estará, por certo, arrependido de tal afirmação e ficar-lhe-ia bem que publicamente o reconhecesse

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Muito bem!

O Orador: — Sr Presidente e Srs. Deputados, este Orçamento é, igualmente, um jogo de simulações. Simula a melhoria substancial da eficiência fiscal com base aparente em medidas e instrumentos de que não dá conta, aumentando a alegada previsão das receitas fiscais mas, como sabe melhor do que ninguém os «pé de barro» em que assenta, paralelamente congela, à partida, 160 milhões de contos de despesa orçamentada (orçamentada não para realizar mas meramente para simular)

O Sr. Lino de Carvalho (PCP). — Muito bem!

O Orador. — Simula que quer alargar a base de tributação e fazer pagar impostos quem se evade, mas o que faz é propor um negócio às profissões liberais e a algumas empresas e contribuintes. se pagarem 75 ou 150 contos por ano, o Governo dispensa-os de terem contabilidade organizada, o que, na prática, significa que, por um preço mais baixo do que os honorários de um técnico de contas, ficam livres para fazerem a evasão fiscal que quiserem

Aplausos do PCP

Simulação ainda na chamada regionalização das verbas do PIDDAC, que não obedece a nenhuma lógica mas que tem um sentido O Governo decidiu que, no papel, nenhum distrito poderia apresentar uma dotação inferior à orçamentada em 1999, e vai de distribuir os programas e projectos a esmo com esse exclusivo sentido

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — Exactamente!

O Orador — Aliás, a simulação encontra-se, igualmente, nas Grandes Opções do Plano, expressão viva de um Governo onde a embriaguez das palavras e das frases ocas serve para encobrir a falta de concretas políticas de justiça e equidade social e de coesão territorial

O Conselho Económico e Social afirma, no seu parecer, que «as medidas de política apresentadas nas GOP continuam a ter um carácter demasiado vago, não existindo, em todo o documento, nenhum planeamento quantitativo que permita compreender de forma mais clara os meios e as formas que serão utilizados para a prossecução dos objectivos fixados»

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador — Nós, que pudemos aceder não apenas às GOP mas também ao Orçamento, podemos completar a análise, dizendo que, de facto, não há nada para compreender, porque a semelhança das GOP com o OE, enquanto seu instrumento de concretização, é praticamente idêntica à que existe entre a noite e o dia

Sr Presidente e Srs Deputados, como referi inicialmente, consideramos o Orçamento para 2000 pior do que previamente seria de admitir. For uma voluntária e desejada opção política do Governo, a qual esteve presente desde a preparação e elaboração do Orçamento e que as encenações «mediático-populistas» desta semana não conseguem esconder. E não se trata de um Orçamento de transição, quando muito será um Orçamento de transacção

Rejeitamos a sugestão, feita esta manhã pelo Partido Socialista, de que os partidos da oposição deveriam fazer «uma segmentação do seu mercado eleitoral» e, retirando algum ganho de causa para esse «segmento de mercado eleitoral», viabilizar o Orçamento do Governo

Para o PCP, hoje, como sempre, os eleitores não são uma mercadoria e o Orçamento do Estado não é um negócio, nem objecto de negócio. Por isso, votaremos contra este Orçamento do Estado

Aplausos do PCP, de pé

O Sr Presidente. — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Rui Marqueiro

O Sr Rui Marqueiro (PS) — Sr Presidente, Sr Deputado Octávio Teixeira, pensava que o senhor e o seu partido já tinham abandonado a velha teoria de «quando a teoria contraria os factos, pior para os factos»

V Ex^a, em sede de comissão, reconheceu, com contas feitas, que havia desagravamento fiscal em sede de IRS, mas hoje vem dizer, daquela tribuna, que há agravamento fiscal para as pessoas singulares. Não percebo há ou não desagravamento? É que V Ex^a, inclusivamente, fez as contas em todos os escalões de IRS e apresentou os números, que sei estarem correctos porque tive oportunidade de o verificar!

A manutenção da cláusula de salvaguarda permite que tal desagravamento ainda seja intensificado, ou seja, mantivemos, neste Orçamento, algo que VV Ex^{as} consideraram justo, correcto e a favor da equidade fiscal que tanto defendem — e nós também!, que é a dedução à colecta dos benefícios fiscais. Portanto, a cláusula de salvaguarda permitiu que não houvesse agravamento mesmo para os detentores de rendimentos médios

No entanto, V. Ex.^a continua a dizer que há agravamento em sede de IRS. Penso que isso ou é desonestidade ou, então, a manifestação da tal teoria que diz «os factos contrariam a teoria, mas continuamos a insistir nela».

Em sede de IRC, o Sr. Ministro das Finanças e da Economia foi claríssimo no debate em comissão, tendo-lhe dito o que também tenho vontade de lhe dizer, que é o seguinte: defendemos e fizemos o desagravamento fiscal das empresas porque somos a favor das empresas e porque queremos empresas capitalizadas e a produzir mais e melhor para podermos distribuir aquilo que se cria.

Parece que VV. Ex.^{as} têm tudo contra as empresas! Continuem nessa posição, mas não vão adiante com os vossos propósitos porque somos a favor de empresas prósperas, que criem riqueza para podermos distribuir. O papel do Estado é o da redistribuição dos rendimentos, e é o que temos vindo a fazer e que VV. Ex.^{as} negam em aceitar porque vai contra os vossos interesses. Esses não são interesses do País, são interesses meramente partidários, do vosso eleitorado! É isso que temos de dizer aqui e agora!

Aplausos do PS

O Sr. Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira

O Sr. Octávio Teixeira (PCP) — Sr. Presidente, Sr. Deputado Rui Marqueiro, há coisas que não aceito, e uma delas é que me chamem desonesto, mas não vou entrar nessa matéria. É que V. Ex.^a, nas afirmações que fez, não foi desonesto, mostrou apenas a sua ignorância.

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador. — O Sr. Deputado é ignorante, não consegue perceber o que já por várias vezes lhe afirmei no debate preparatório, em sede de Comissão de Economia, Finanças e Plano, e que acabei de referir há pouco. Assim sendo, vou tentar explicar-lhe melhor. Veja-se agora consegue perceber!

O Governo vangloria-se de, pelo facto de ter aumentado os escalões de IRS mais do que os 2% decorrentes da inflação, desgravar os contribuintes do IRS.

Vozes do PS — E não é verdade?

O Orador — O que digo, e que já repeti e repeti, é que o desagravamento de que o Governo fala — não estou a referir nada que tenha a ver com a comparação entre o Orçamento de 1999 e o Orçamento de 2000 ou se há desagravamento ou agravamento, refiro-me ao desagravamento de que o Governo fala, ou seja, aquilo que é suportado, em sede de IRS, com base na tabela que o Governo apresenta e aquilo que seria suportado com base na tabela actualizada em 2% — pernute o seguinte benefício para 50% dos contribuintes, zero (absolutamente zero!), para 15% dos contribuintes, 160\$/ano, após revisão do texto da Lei do Orçamento!

A Sr.^a Manuela Ferreira Leite (PSD) — Isso é bastante!

O Orador — V. Ex.^a considera isto um desagravamento? V. Ex.^a considera que isto é corrigir desigualdades?

V. Ex.^a considera que é corrigir desigualdades, ou é agravar, baixar a taxa para as empresas em dois pontos percentuais e não baixar um centésimo que seja as taxas do IRS?

Aplausos do PCP

O Sr. Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel dos Santos

O Sr. Manuel dos Santos (PS) — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados. Somos, uma vez mais, convocados para discutir e votar as propostas de lei apresentadas pelo Governo que concretizam as grandes opções da política económica e social para o presente ano e o Orçamento do Estado, que integra a disciplina financeira aplicável ao sector público administrativo.

Este momento político, que alguns transformam, cada vez mais, em oportunidade para um mero confronto partidário, é da máxima importância em termos de futuro, pois as políticas financeira e orçamental que decorrem, sobretudo, da aprovação do Orçamento são, no contexto actual e quanto mais se avança no mundo da globalização e na Europa da harmonização, instrumentos absolutamente imprescindíveis à governação dos países e ao progresso das sociedades.

É de tal forma importante a discussão orçamental que bem pode dizer-se, citando livremente um dos mais esclarecidos analistas económicos do País, que, no plano meramente formal, nunca há o risco de se ficar sem Orçamento, porque à sua rejeição e, claro, transitoriamente, se oporá sempre o regime de manutenção da disciplina financeira anterior pela via da gestão duodecimal.

Mas as sociedades só progredem e os Estados só se modernizam e desenvolvem com a aplicação rigorosa de uma partilha eficaz e justa dos recursos gerados nacionalmente, o que se determina com a aprovação da proposta orçamental. Tal partilha impõe uma prévia tomada de opções, a escolha atempada de objectivos, a concretização dos instrumentos e medidas que lhes sejam adequadas, em suma, escolhas políticas no sentido mais restrito, mas também mais forte, do conceito.

É exactamente por isso que seria, e será, inaceitável que, a não ser em circunstâncias excepcionais, um partido, no início de um mandato inequívoco, transparente e incontestável, seja impedido de fazer as suas escolhas. Para tal, precisa da sua própria política financeira e orçamental aprovada pelo Parlamento. E mais inaceitável esta situação se torna, ou tornaria, quando tal resulte, não de opções claras e alternativas às políticas propostas mas, sim, e, sobretudo, de meros jogos de caráter político-partidário a que certas forças predominantemente se dedicam, enfraquecendo, com a sua forte imprevisibilidade, a estabilidade política necessária ao País e às instituições. Daí que para o Grupo Parlamentar do PS a conclusão só possa ser uma a eventual rejeição do Orçamento de Estado para o ano 2000 constituiria, claramente, uma aposta na instabilidade política e social e na turbulência económica e financeira. Ora, esta aposta é, infelizmente, no momento, o único cenário de actuação do principal partido da oposição.

Quero, desta forma, afirmar que o debate sobre a política orçamental do Governo não foi, de uma maneira geral, realizado com imparcialidade, tendo sido assumida, desde o início da sua divulgação, pelos partidos da oposição, uma posição de rejeição primária, mal fundamentada e, essencialmente, destrutiva.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — O que deve procurar-se na política orçamental apresentada por um partido socialista, ainda para mais no período inicial do seu novo e claro mandato eleitoral, é se ela constitui ou não um elemento inequívoco para o desenvolvimento económico e para uma melhor justiça social

Esta apreciação não pode ser isolada da apreciação das políticas anteriores quando se está perante um Governo de continuidade, mas muito menos do enquadramento global que lhe é dado pelos instrumentos de planeamento (como são, por exemplo, os Planos de Desenvolvimento Económico e Social, os Planos de Desenvolvimento Regional, os Pactos de Estabilidade, as próprias Grandes Opções). Naturalmente que são bem-vindas propostas de melhorias e correcções e, mesmo em situações extremas, a apresentação de alternativas mais consensuais

Nada disto ocorreu no período da discussão, até ao momento

O Orçamento foi «rejeitado» (entre aspas, naturalmente) sem culpa formada ou possibilidade de defesa com a acusação genérica de que se trata de um Orçamento despesista e, nalguns casos, colocou-se a «cereja», que sempre se põe no bolo de duvidosa qualidade, de que lhe faltava um claro impulso no sentido do combate à iniquidade fiscal

Pelo meio, reclamaram-se desagravamentos significativos na fiscalidade mas, simultaneamente, acenou-se com a necessidade de proceder a maiores distribuições de benefícios.

Em termos académicos, dir-se-á que a oposição enfatizou a função afectação (embora cada partido com a sua medida e as suas opções), ignorou a função redistributiva e a função de estabilidade que devem, em conjunto e não isoladamente, ser exercidas pelo sector público

E é esta combinação de políticas que está na origem do debate ideológico aqui hoje já referido

«Orçamento despesista» tem afirmado toda a oposição Despesista porque o conjunto de despesa pública se aproxima dos 50% do Produto Interno Bruto ou despesista porque a despesa corrente do SPA cresce a um ritmo superior a 11%, embora a despesa corrente do subsector Estado cresça a um ritmo significativamente menor?

Um Sr Deputado, actualmente muito requisitado pela comunicação social, tem afirmado que se «trata de uma vergonha», de «um procedimento terceiro-mundista» ou, vejamos bem, de «uma falta de respeito»

Mas o mesmo Deputado também afirmou que o Governo está a enganar-nos quando diz que vai gastar mais com a despesa social, porque se fosse assim tudo bem, ou quando não concretiza (segundo ele) um claro desagravamento fiscal.

Assim o PSD não vai lá, Srs Deputados!

Por outro lado, uma distinta parlamentar de outro quadrante político não acredita na previsão do crescimento das receitas fiscais (e não acreditar é sempre possível e, sobretudo, politicamente barato, como é evidente), insurge-se contra o escasso desagravamento fiscal dos que já acumulam boa parte da riqueza, foge como o diabo da cruz de medidas que visam introduzir uma maior eficácia na luta contra a evasão e a fraude fiscal, mas, sobretudo, insurge-se também contra o crescimento insuportável da despesa corrente

Só que, quando interrogada como é que o Estado pode gastar menos, responde candidamente. «Pode gastar menos diminuindo a despesa pública»

Entretanto, o seu partido apresentou um conjunto de alterações orientadas no sentido do crescimento da despesa e da diminuição das receitas

Fica, em todo o caso, uma pergunta por responder que despesa pública deve ser diminuída?

A despesa do investimento, necessária e indispensável para o progresso económico e social do País e incontornável face ao volume de apoio comunitário conseguido para o período 2000-2006, na sequência de uma bem sucedida negociação do Governo português com a Comissão Europeia?

A despesa indispensável a fazer face aos encargos da dívida pública?

A despesa com os funcionários públicos quando finalmente se sabe quantos são e quais são e, sobretudo, quando está finalmente em vias de conseguir acabar-se com o flagelo dos recibos verdes?

A despesa correspondente às transferências correntes para integral cumprimento da actual Lei de Bases da Segurança Social ou da Lei das Finanças Municipais e Regionais, que o PSD não cumpriu?

A despesa (se calhar corrente) que se destina a pôr a funcionar os organismos do Estado com funções predominantemente de fiscalização e de regulação, quer no domínio da fiscalidade, quer seja no âmbito da concorrência ou mesmo da formação profissional?

A despesa do Serviço Nacional de Saúde, ao qual se apontam, às vezes justamente, ineficiências que não podem ser resolvidas no âmbito de uma legislatura, nem sequer no âmbito de uma geração, mas que seguramente não pode estar dependente (até certo ponto) dos contingentes orçamentais?

A despesa para o pré-escolar? A despesa para rendimento mínimo garantido? A despesa com a sociedade de informação? A despesa com os nossos deveres de solidariedade internacional no âmbito da política de cooperação?

Os críticos do actual despesismo, estejam acomodados nos partidos políticos ou fora deles, têm direito à discordância, mas têm também o dever indeclinável de indicar alternativas e opções e, sobretudo, de se comprometerem com elas. Não o fizeram e, como temos visto neste debate, demitem-se de o fazer

Há ainda quem ache que este é um Orçamento de direita. Com esta sentença exemplar estamos todos esclarecidos. Para este sector (ou sectores), provavelmente, um Orçamento só não será de direita quando dedicar mais de 56% da despesa pública às funções sociais ou quando incorporar objectivos e propósitos como a conservação eterna da propriedade de um amplo setor empresarial público, que as actuais condições de interdependência europeia e mundial não validariam e, muito menos, sustentariam

Sr Presidente, Srs Deputados. Esta é, para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, uma proposta razoável do ponto de vista orçamental

Desde logo, porque se traduz num Orçamento de continuidade. De continuidade, porque continua a consolidação das finanças públicas, desenvolve a estabilidade financeira e dá corpo ao cumprimento dos índices fundamentais de uma política ao serviço do desenvolvimento, da coesão e da justiça social

Por outro lado, porque é, como o tem afirmado o Governo, um Orçamento de transição que inicia um período novo no ciclo das finanças públicas, que visa consolidar e prosseguir os ganhos relativos da economia portuguesa perante a média das economias europeias e a indispensá-

vel modernização do perfil produtivo nacional e do próprio Sector Público Administrativo

É ainda, um instrumento de desenvolvimento porque sustenta uma política de investimento público verdadeiramente notável que ultrapassa os 1100 milhões de contos (um crescimento de 13,3%), o que não pode deixar de ter consequências muito significativas no futuro da nossa sociedade e no bem-estar dos portugueses

Claro que é ainda, predominantemente, no que toca à despesa corrente, um Orçamento de base incrementalista

Mas não se vê como poderia ser de outra maneira tendo em conta a rigidez da despesa pública, como atrás procurei acentuar

O Sr Primeiro-Ministro já explicou, aliás, como este problema pode ser resolvido no futuro imediato

Também é verdade que é um Orçamento ambicioso do lado da receita. Mas a sua ambição concretiza-se, afinal, num autêntico pacto de justiça fiscal

O que o Governo prometeu (e prometeu-o nas eleições de forma transparente e inequívoca) é que a carga fiscal e, sobretudo, o esforço fiscal não subiriam, sem prejuízo, naturalmente, de melhorias ao nível da eficiência fiscal

E o citado pacto de justiça fiscal assenta, exactamente, nestes compromissos e nas medidas concretas que serão aplicadas (reforçando, aliás, toda a política de combate à evasão e fraude fiscais iniciada com os Governos presididos pelo actual Primeiro-Ministro) que permitirão cobrar, chamando ao sistema mais contribuintes, tributando-os, também, pela verdade dos respectivos rendimentos, ou seja, aumentando a base tributária, e promovendo, em simultâneo, um ligeiro desagravamento fiscal, quer para as empresas, quer para os indivíduos

É indiscutivelmente também um orçamento que privilegia a despesa social

Quer a proposta inicial, quer as alterações que o Governo lhe irá introduzir na sequência dos debates públicos que estabeleceu com os diversos grupos parlamentares representados nesta Câmara, acentuam essa vertente

O apoio que o Governo irá dar, pela via da segurança social, a significativos estratos da população agrícola, sem carreira contributiva, é um sinal que reforça essa característica. Mas acentua também a justiça social indispensável a uma política socialista e, sobretudo, indica o propósito de resolver, progressivamente e futuramente, outras situações sociais similares e, nomeadamente, as que correspondem ao exercício de actividade não remunerada de centenas de milhar de cidadãos de idade avançada. O trabalho desenvolvido por esses cidadãos foi a forma mais evidente da sua contribuição para o progresso do País

O empenho no combate à evasão e fraude fiscais, que necessariamente decorrerá das medidas legislativas e dos instrumentos administrativos que a aprovação do orçamento permitirá, é também um traço determinante desse objectivo socialista de justiça social

Combater a iniquidade fiscal é, em paralelo com a melhoria das prestações nos cuidados de saúde e com o combate à morosidade da justiça, uma das prioridades da nossa sociedade

Com o Orçamento para este ano aprovado, o Governo pode e deve prosseguir (acelerando-o) o processo de reforma fiscal, que todos reclamam, de que muitos falam e só alguns compreendem, diminuindo, em definitivo, todos os obstáculos e limitando, sem hesitações, todos os tabus

Sr Presidente. Srs Deputados Como afirmei inicialmente, não aprovar, na generalidade, a proposta de Orçamento para o ano 2000 seria uma completa irresponsabilidade

Quem o fizer, ou contribuir para tal, ainda que o não consiga, deve ser politicamente responsabilizado

O respeito pela escolha dos cidadãos, sem prejuízo do direito à afirmação das convicções divergentes, com o objectivo de alterar democraticamente essas escolhas, é um valor nuclear do nosso sistema político

Até hoje, ninguém se deu bem quando lutou contra a corrente ou quando sobrepujou o interesse partidário, exclusivamente egoista, acima do interesse nacional

As crises políticas internas resolvem-se em família, o País acha obsceno ter de ser chamado a pronunciar-se

O Governo merece a aprovação da sua política, porque é uma política razoável, realista, mas, sobretudo, ajustada às necessidades mais prementes da sociedade portuguesa

Rejeitando o mito da colectivização, o Governo, de igual modo, rejeita as escolhas (ou não escolhas) da escola do pensamento único, ou, dito por palavras mais simples, do neoliberalismo

Daí a prioridade que atribui à função social e à função reguladora e daí o perfil de Orçamento que, no momento actual, é apresentado

A momentos diferentes do ciclo económico e do ciclo social devem corresponder propostas distintas

A estranha coincidência de comportamento e de análise entre sectores tão diferenciados do espectro partidário e da chamada sociedade civil é preocupante. É preocupante, porque reduz a discussão orçamental a um folclore de oposição ou, na melhor das hipóteses, a um mero exercício contabilístico

E é aqui que convoço, e que convoquei há pouco, a dimensão política da Sr^a Deputada Manuela Ferreira Leite e se espera a intervenção ideológica do Sr Deputado Francisco Louçã

Da parte do Governo, a opção feita assenta em escolhas claras e em prioridades bem definidas ao serviço dos cidadãos, como, aliás, seria de esperar e de exigir de quem representa praticamente 50% da sociedade portuguesa

Pode o Governo contar com o apoio de todo o Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Por dever, mas essencialmente por convicção

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Inscriveram-se, para pedir esclarecimento ao Sr Deputado Manuel dos Santos, os Srs Deputados Lino de Carvalho e Rui Rio

Tem a palavra o Sr Deputado Lino de Carvalho

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Sr Presidente, Sr Deputado Manuel dos Santos, o senhor tem o mau hábito de amalgamar e confundir as posições diferenciadas de critica ao Orçamento, dizendo que toda a oposição critica o Orçamento por este ser despesista e por ignorar que essa despesa tem uma função redistributiva em relação ao rendimento nacional

Como o Sr Deputado sabe, a nossa crítica não é a da dimensão da despesa pública. A nossa crítica é a da natureza dessa despesa pública, é a da orientação dessa despesa pública, que tem, de facto, uma função redistributiva, mas, ao contrário do que o Sr Deputado afirma, é uma função redistributiva a favor do rendimento do capital contra o rendimento do trabalho

É por isso que lhe coloco a seguinte questão o Sr Deputado acha que o Orçamento tem uma função redistributiva de natureza social quando, como já o dissemos e

demonstrámos sem contestação, diminui a taxa do IRC em dois pontos percentuais para as empresas com um volume de negócios acima dos 100 milhões de contos — o que se traduz num ganho de 50 milhões de contos para as grandes empresas —, deixando praticamente inalterada a carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho? Que «raio» de natureza redistributiva é essa, Sr Deputado?

O Sr. Deputado considera que este Orçamento e a política fiscal do Governo são justos quando continuamos com uma situação escandalosa em que se eu ganhar 2000 contos a trabalhar, pago 150 contos de IRS, mas se ganhar 2000 contos por mais-valias na venda de acções em Bolsa, na prática, não pago nada de imposto ao Estado?

O Sr. Ministro das Finanças e da Economia (Pina Moura) — Não pagava!

O Orador — É essa a função redistributiva da política fiscal deste Governo, Sr Deputado?

Por último, como é que o Sr Deputado compatibiliza esta justiça social, a equidade social deste Orçamento, quando ele foi preparado para ser viabilizado pelo partido da direita parlamentar desta Câmara, pelo partido mais próximo das sociedades neoliberais, pelo partido mais próximo dos interesses empresariais? Como é que o senhor compatibiliza a função social com essa viabilização, Sr Deputado?

Aplausos do PCP

O Sr Presidente — Tem a palavra, para responder, o Sr Deputado Manuel dos Santos

O Sr. Manuel dos Santos (PS) — Sr Presidente, Sr Deputado Lino de Carvalho, julgo que se tivesse estado atento à minha intervenção, e independentemente das «praxes parlamentares», encontrou resposta antecipada às questões que colocou

É evidente que, como na história, se não fosse o «rapaz», seria o «velho» a ter a culpa e, portanto, não tendo sido o volume da despesa pública, seria a natureza da despesa pública Por isso é que lhe digo que há um parágrafo antecipado no seu pensamento — apesar de eu não ler o *Avante!*, como o Sr Deputado Narana Coissoró

Vozes do PCP — Fazia-lhe bem!

O Orador — Exactamente, estou de acordo Aliás, estou a penitenciar-me, não estou a criticar

Gostava de saber qual é o nível de despesa social a partir do qual o Orçamento é de esquerda Já estamos em 56% Será 57, 58, 59, 60%? Precisava de saber — tenho ainda alguns complexos de esquerda — a partir de que momento é que estamos na esquerda?

Risos do PS

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — São só complexos!

O Orador — Exactamente, são só complexos!

Sr Deputado, este Orçamento faz um esforço tremendo na função social, como, aliás, foi demonstrado, e os senhores não o infirmaram Os utentes dos serviços sociais, a que se dedica boa parte dos recursos da Nação, são, obviamente, as classes mais desfavorecidas com a segurança social, com o pré-escolar, com a formação profissional, etc

Respondendo-lhe, é evidente que é nesse sentido E se essa é a notação da esquerda — porque às vezes também se confunde esquerda com assistencialismo —, evidentemente que este é um Orçamento claramente orientado para os sectores mais desfavorecidos da sociedade portuguesa Só não vê isto quem não quer!

É insuficiente? Claro que sim — o Sr. Primeiro-Ministro disse-o! O ideal seria termos mais dinheiro para dar mais pensões, para dar melhor segurança social, para dar melhor pré-escolar, para dar essas coisas todas E já agora, para dar também melhor formação em termos de sociedade de informação que queremos construir: uma sociedade moderna e um perfil moderno para a economia portuguesa Para isso tudo! Mas, infelizmente, tem de se gerir o Orçamento com prioridades

Finalmente, gostaria de fazer uma observação visto que não entro nessas contas e penalizo-me porque não as fiz E podia inventar, mas não invento Penalizo-me por isso, até porque o Sr Deputado Octávio Teixeira já nos «escreveu» com os 100\$ para trás e com os 100\$ para a frente, o que, aliás, teve um grande sucesso comunicacional. Suspeito — é um «dedinho» que me diz — que há aí uma pequenina distorção de análise Irei ver, e se calhar

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Mas demonstre!

O Orador — Julgo que está a comparar coisas que não são comparáveis

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Ainda vai ver!

O Orador — O que o senhor tem de comparar é como é que as pessoas ficavam com o regime anterior e como é que ficarão, aumentando os seus vencimentos, com o novo regime Julgo que não é isso, exactamente, que se está a fazer, mas discutiremos isso na especialidade

Gostaria ainda de lhe dizer uma coisa, que o Sr Primeiro-Ministro também referiu, mas a que o senhor não esteve atento O IRS — que é uma medida, não digo única, nem universal, mas uma medida da contribuição dos mais desfavorecidos, ou melhor, dos trabalhadores,

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Não tenha medo de dizer a palavra!

O Orador — em termos de financiamento da função pública — tem vindo a descer no conjunto das receitas fiscais, em termos percentuais O IRS significa cada vez menos Como vê, a sua observação está completamente infirmada Pode estar sossegado, porque este é mesmo um Orçamento dirigido às classes mais desfavorecidas

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Tem a palavra, para formular o seu pedido de esclarecimento, o Sr Deputado Rui Rio

O Sr Rui Rio (PSD) — Sr Presidente, Sr Deputado Manuel dos Santos. V Ex^a — e não só V Ex^a, todo o Governo — afere o nível de responsabilidade de um partido em matéria orçamental pelo seu voto a favor ou contra esse orçamento e pela capacidade que tem de apresentar ou não um orçamento alternativo Irei colocar-lhe, portanto, apenas duas perguntas, muito simples e muito rápidas, para aferir do nível de responsabilidade do Partido Socialista, segundo os seus parâmetros

O Orador — Primeira pergunta quando o Engº António Guterres era líder da oposição, e o PSD estava no governo, quantos orçamentos do Estado o PS votou a favor?

Vozes do PSD — Nunca!

O Orador — Quantos orçamentos do Estado alternativos o PS apresentou e votou a favor, na generalidade?

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Só o CDS-PP apresentou uma vez!

O Orador — Fazia-lhe uma sugestão responder pelo teste inglês, de cruz. Terá sido zero, um, dois, ou um número superior ou igual a três?

Aplausos do PSD

O Sr Presidente — Tem a palavra, para responder, o Sr. Deputado Manuel dos Santos

O Sr Manuel dos Santos (PS) — Sr Deputado Rui Rio, vou responder às suas perguntas e também lhe vou deixar uma pergunta, relativamente a uma coisa que me tem inquietado ao longo destes debates todos, não só o actual, e à qual V Ex^a ainda não respondeu. Talvez fosse bom responder Bem, se não responder, responderá depois noutra oportunidade. Aliás, sei que não tem resposta, portanto, não a poderá dar.

Risos do PS

Nunca disse que devem apresentar nenhum orçamento alternativo. Quem o disse foi o Dr Miguel Beleza. Segundo ouvi dizer, até é inconstitucional.

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — É verdade!

O Orador — A Sr^a Deputada Manuela Ferreira Leite deu uma entrevista em que aponta mais ou menos nesse sentido e, como sabem, em várias coisas, não em muitas, sigo o pensamento da Sr^a Deputada. E se ela diz que é inconstitucional, é inconstitucional de certeza, pelo que temos esse assunto arrematado. Portanto, eu nem sequer podia propor isso porque até acredito que é inconstitucional.

Sendo assim, o que eu disse foi que não é aceitável — para todos, mas sobretudo para os senhores — que, sem conhecerem este Orçamento, já estejam a dizer que vão votar contra.

A Sr^a Maria Celeste Correia (PS) — Exactamente!

O Orador — Não é sério!

E esta é que é a questão, desculpe que lhe diga, Sr. Deputado Rui Rio

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Mas responda lá!

O Orador — Estou a responder! Esta é que é a questão essencial os senhores, antes de conhecerem esta proposta de lei do Orçamento, antes de terem formulado qualquer proposta alternativa, ainda que muito vaga, já diziam «vamos chumbar este Orçamento»! Nós até entendemos, só que, repito, a opinião pública não

pode estar sujeita e dependente dos vossos conflitos. Organizem-se e, depois, incomodem a gestão pública, fazendo a adequada oposição.

Protestos do PSD

O Orador — Repito que esta é que é a questão essencial e foi este o modo como os senhores procederam.

Vozes do PSD — Então, e quando é que dá a resposta?

O Orador — O Sr Deputado Rui Rio afirma peremptoriamente, a toda a hora e a todo o momento, que é preciso diminuir a despesa pública.

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Mas responda lá!

O Orador — Sr Deputado, respondo como entender e, aliás, já respondi à questão que foi colocada pelo Deputado Rui Rio.

Acho irresponsável da parte de um partido que quer vir a ser governo um dia, que, antes de conhecer as propostas orçamentais,

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Antes de conhecer?!

O Orador — anuncie que vota contra elas, como os senhores fizeram!

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Isso é falso!

O Orador — Não é falso! É verdade!

No que se refere à questão que o Sr Deputado colocou de forma a saber quantas propostas de lei de Orçamento do Estado foram aprovadas pelo PS no passado, enquanto estava na oposição, quero dizer-lhe que o Partido Socialista viabilizou uma quando havia uma maioria relativa. Repito que o Partido Socialista viabilizou uma proposta de lei de Orçamento do Estado quando havia uma maioria relativa nesta Câmara.

O Sr António Capucho (PSD) — Nessa altura, o Engº Guterres não era o líder!

O Orador — Sr Deputado, não falo do que não sei!

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — O senhor sabe que é assim!

O Orador — Se os senhores estão nos vossos gabinetes a estudar imensos *Diários da República* e, depois, vêm para o Plenário já com uma pergunta «engatilhada», recuso-me a responder!

Portanto, vamos estudar isso e, depois, veremos, mas não venham com essa conversa! De qualquer maneira, são cenários completamente distintos.

Mas posso dizer desde já que, no que diz respeito a propostas alternativas a Orçamentos do Estado anteriores, o então Deputado Ferro Rodrigues e eu próprio tivemos oportunidade, em diversos momentos de debate orçamental, de apresentar propostas, sectoriais mas globais, alternativas ao que eram as propostas apresentadas pelo governo da altura. Obviamente, não se tratava de propostas

de lei de Orçamento do Estado alternativas, porque, repito, não é possível fazê-lo nem dispúnhamos dos meios técnicos para tal, mas apresentámos propostas alternativas várias vezes. Os senhores fizeram zero! Do meu ponto de vista, isso é que é criticável.

Fico à espera que, numa sua próxima intervenção, sem falar na TAP, nem na RTP, nem nos subsídios, matéria em que confunde tudo, nem em mais não sei quê, o Sr Deputado me diga onde é que a despesa corrente pode ser cortada. Quando o disser, talvez possa dar-me uma grande ajuda!

Aplausos do PS

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Já disse é na gasolina!

O Sr Rui Rio (PSD) — Sr Presidente, peço a palavra

O Sr Presidente — Para que efeito, Sr Deputado?

O Sr Rui Rio (PSD) — Sr Presidente, é para defesa da consideração da minha bancada

O Sr Presidente — Então, tem a palavra

O Sr Rui Rio (PSD) — Sr Presidente, Sr Deputado Manuel dos Santos, em primeiro lugar, o Conselho de Ministros aprovou a proposta de Orçamento do Estado para 2000, numa quinta-feira. Nesse mesmo dia, o respetivo texto estava disponível na Internet. A conferência de imprensa concedida pelo PSD teve lugar na segunda-feira seguinte.

Segunda questão V Ex^a, tal como o Sr Primeiro-Ministro, não responde à pergunta e, na parte da manhã, foi o Deputado Durão Barroso que a fez. Respondo eu os senhores apresentaram zero propostas alternativas, os senhores votaram contra todas as propostas de lei de Orçamento do Estado apresentadas pelo PSD!

Vozes do PSD — Muito bem!

O Sr Presidente — Srs Membros do Governo e Srs Deputados, antes que tenham de ausentar-se, informo que se encontram a assistir aos nossos trabalhos um grupo de 50 alunos da Escola Secundária da Maia, um grupo de 100 alunos da Escola Secundária de Coruche, um grupo de 50 jovens de Bragança, um grupo de 45 alunos do Instituto Tecnológico e Profissional da Figueira da Foz e um grupo de 53 alunos dos cursos do 2º ciclo do ensino recorrente e de educação de adultos do 1º ciclo, do concelho de Gondomar, além de numerosos cidadãos.

Saudemo-los a todos

Aplausos gerais, de pé

Tem a palavra o Sr Deputado Manuel Santos para dar explicações ao Sr Deputado Rui Rio, se assim o desejar

O Sr Manuel dos Santos (PS) — Sr Presidente, Sr Deputado Rui Rio, insisto em que o Partido Social Democrata, ainda sem conhecer completamente a proposta de lei orçamental apresentada pelo Governo, anunciou a sua disposição política de votar contra a mesma.

O Sr António Capucho (PSD) — Isso é completamente falso!

O Orador — Só que, quando pede o meu testemunho quanto a dizer quais os casos em que terão ocorrido intenções de votação semelhantes à que os senhores manifestaram, o Sr Deputado não distingue duas situações que são politicamente e totalmente distintas. Uma é a situação em que um governo está em maioria absoluta, em que a oposição pode perfeitamente ter essa posição — e até convém que a tenha, porque pode ajudar a alterar algumas propostas inicialmente mal conformadas —, coisa diferente é um cenário de um governo com maioria relativa.

Os senhores ainda não pensaram que se, por hipótese absurda, se juntassem todos e rejeitassem este Orçamento, haveria uma crise política em Portugal? Ainda não pensaram nisso?

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Faziam outro!

O Orador — «Faziam» o Orçamento do Estado que os senhores querem?²¹ Mas será que metade da população portuguesa votou nos senhores?

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Metade, não!²² 43%!

O Orador — ou no PCP, ou no BE, ou no PP? É nos senhores que mais de metade da população continua a confiar? Não é!

As regras democráticas são claras. Sr Deputado, são transparentes e são inequívocas! Nos temos um mandato e temos de exercê-lo!²³ E esse mandato deve ser exercido, no essencial, segundo o perfil da política do Partido Socialista. Nem o Primeiro-Ministro nem, se calhar, esta bancada, se sujeitariam a fazer a figura que VV Ex^{as} desejariam que fizéssemos.

Portanto, os senhores tinham o dever de viabilizar este Orçamento.

Vozes do PSD — Ah!

O Orador — uma vez que os senhores querem ser — mas, felizmente, não são! — a verdadeira alternativa ao Partido Socialista

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Paulo Portas

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, Srs Deputados, Sr Primeiro-Ministro, Srs Membros do Governo. Ouvi o Sr Primeiro-Ministro hoje de manhã, e pareceu-me ouvir o discurso do «país das maravilhas». Para si está tudo bem, mas, lá fora, há um país que trabalha para o Estado gastar, há uma classe média que paga muitos impostos para que outros possam fugir, há doentes que ainda podem morrer, não por causa da doença, mas por causa da lista de espera, há pensionistas a quem não é dada uma reforma máxima garantida e há muitos ociosos a quem é dado rendimento mínimo garantido, o que é uma ofensa para quem o merece.

Aplausos do CDS-PP

Lá fora, há um país onde 170 000 pessoas são assaltadas cada ano e os senhores continuam a dizer que a criminalidade não aumenta, excepto a leve criminalidade.

Sr Primeiro-Ministro, cuidado os oásis, às vezes, são miragens! O «país das maravilhas» talvez seja o país que o senhor vê, mas, lá fora, há uma sociedade que defronta muitas dificuldades para conseguir ter qualidade de vida

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Ouvi, também, a ruidosa discussão entre V Ex^a e o líder do Partido Social Democrata, e há algo que devo dizer-lhe

Problemas dentro dos nossos respectivos partidos, creio que já todos tivemos V Ex^a já teve problemas no seu partido, no tempo em que lhe chamavam o «picareta falante» e não era, ainda, o «europeu ambulante»

Risos

Aplausos do CDS-PP

Creio que o Dr Carlos Carvalhas também terá os seus problemas no partido, embora sob sigilo

Risos

O partido à minha esquerda tem, neste momento, problemas e, por isso, está em vésperas de congresso

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — À sua esquerda?

O Orador — Certamente, à minha esquerda!

Eu próprio já tive problemas dentro do meu partido

Isto para dizer-lhe o seguinte, Sr Primeiro-Ministro não convoque para a sede de discussão de um Orçamento do Estado o mais breve de todos os argumentos, que é o de explorar os problemas partidários que cada um de nós possa ter, porque é um argumento contingente — vira-se contra si

Crises nos partidos, eis uma circunstância que faz parte do risco de todos os que escolhemos esta vida e aceitámos estes cargos

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Agora, vou directamente à matéria desta proposta de lei de Orçamento do Estado

Este Orçamento tem seis defeitos estruturais — são todos socialistas! O que nós conseguimos, com a força que temos, foi melhorá-lo com seis virtudes conjunturais — são todas democratas-crístãs!

Aplausos do CDS-PP

Analisemos os defeitos e, depois, as qualidades

Primeiro defeito este Orçamento é mau porque a despesa pública atinge 51% do Produto. Não é tudo despesa social — eu sei compreender a diferença entre despesa social e despesismo, sobretudo o que resulta da ineficiência da Administração Pública. O que é preocupante é a tendência para a subida do peso da despesa face ao Produto, ou seja, face à criação de riqueza. Começaram com 47%, ao fim de cinco anos, chegaram a 51% — praticamente mais 10% no crescimento dos vossos gastos face às possibilidades do País

O que é preocupante, como já aqui foi enunciado hoje de manhã, é que os senhores continuam a gastar cada vez

mais e têm cada vez menos para vender. E quando o Estado não tiver mais nada para privatizar e já não tiver imóveis para transaccionar, Sr Primeiro-Ministro, quem vai pagar este nível de despesa? Não será, certamente, um governo a que V Ex^a presida, mas o contribuinte é o único a quem se poderá recorrer, nessa altura, para pagar este nível de despesa

Aplausos do CDS-PP

Aliás, o Ministro das Finanças e da Economia, que está sentado ao seu lado, diz que este é um Orçamento de transição — VV Ex^{as}, verdadeiramente, demoram a «transitar» porque há já cinco anos que governam!

A verdade é que o Dr Pina Moura, enquanto Ministro da Economia, privatiza os lucros a favor dos estrangeiros, mas, como Ministro das Finanças, nacionaliza o trabalho e o rendimento do trabalho em prejuízo do contribuinte. Esta é a vossa política económica.

Em segundo lugar, este Orçamento é repetente porque o Estado, em vez de gastar melhor, gasta mais e não dá qualquer garantia de vir a gastar melhor.

Em cinco anos, não houve uma única reforma estrutural — nem a reforma do Serviço Nacional de Saúde, nem a reforma do sistema de segurança social, nem a reforma fiscal. Ora, como não há reformas estruturais e o Governo «atira» dinheiro para os problemas, não é certo que os resolva. Aliás, basta olhar para a previsão orçamental do Serviço Nacional de Saúde para compreender que temos razão. Dos 1243 milhões de contos que estão afectos ao Serviço Nacional de Saúde, 500 milhões são para despesas com o pessoal, 692 milhões são para outras despesas correntes e só pouco mais de 40 milhões de contos vão destinados a investimento.

Ora, como não mudam o estatuto jurídico dos hospitais, como não aceleram, embora prometam — mas já prometeram tantas vezes! —, a introdução dos genéricos em Portugal, como continuam a comparticipar os medicamentos por embalagem e não por dose — e o doente a pagar a embalagem e não a dose! —, como não conseguem separar o que é público e o que é privado no Serviço Nacional de Saúde, como não entregam a gestão dos hospitais a quem saiba geri-los, como os senhores não fazem nada disto, a única coisa que conseguem é remediar certas falhas do Serviço Nacional de Saúde, mas não conseguem melhorá-lo do ponto de vista do doente.

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — O terceiro defeito deste Orçamento, que o torna preocupante, é que o gasto público continua a ser, em grande medida, cego. O Estado não é selectivo nos seus objectivos. As ajudas que dá às actividades produtivas diminuíram de 1996 para 2000. Em contrapartida, lá vão mais centenas de milhões de contos para o sector empresarial do Estado.

Quem aperta o cinto? A produção. Quem gasta à solta? O Estado.

Quarto defeito deste Orçamento, está errado algumas das suas prioridades. Impressiona-me que, na Educação, embora conheça a diferença de que partimos do ponto de vista da base de custos, a verba para o ensino superior aumente 11%, mas a verba para o ensino médio aumente apenas 1%. Significa isto que estamos a criar cada vez mais um país de doutores mas não, necessariamente, um país de trabalhadores, de empregadores e, sobretudo, em fun-

ção da mobilidade social, de trabalhadores que um dia possam vir a ser empregadores pelo seu esforço e pelo seu mérito

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Dou-lhe outro exemplo a Justiça vê o seu orçamento aumentado. Não serei eu a dizer que está errado. Nós o propusemos no nosso próprio programa eleitoral — aumentar o orçamento para a Justiça de 0,8% para 1% do Produto. Mas ao mesmo tempo que sobe o orçamento para a Justiça, a segurança «emagrece».

Sr Primeiro-Ministro, volto a chamar-lhe a atenção 170 000 assaltos por ano! Novas formas de criminalidade, como o rapto e o sequestro aumentaram vertiginosamente em Portugal! E, politicamente, a resposta que os senhores dão é a desnivralização das forças de segurança, reféns que estão de uma certa cultura de esquerda com a qual eu não tenho nada a ver e, portanto, não tenho de a representar nem defender.

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Em termos orçamentais, o que vemos é o emagrecimento do Orçamento para a segurança, porque, como sabe, as verbas sobem menos de que a inflação prevista.

O Sr João Maçãs (PSD) — Então porque é que votam a favor?

O Orador — Já lhe explico!

Em quinto lugar, este Orçamento não é verdadeiro, porque continua a praticar o ocultismo financeiro.

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — O Governo não diz o que vende, nem esclarece o que vai subsidiar. Sabe estimar as privatizações em 504 milhões de contos, mas não sabe dizer o que é que vai privatizar! Sabe estimar em centenas de milhões de contos as verbas para os orçamentos das empresas públicas e derivadas, mas não sabe esclarecer-nos quanto, porquê e como vai dar a cada empresa em termos exactos e definitivos!

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador. — É caso para dizer que há um dado mágico, mas não verdadeiro, neste Orçamento — certamente. David Copperfield participou na sua autoria, mas não o Sr Primeiro-Ministro, com certeza!

Por fim, o Orçamento que VV Ex^{as} apresentaram permitem o aumento de impostos, desde logo porque desaparecia a cláusula de salvaguarda, e ainda porque os escalões do IRS eram actualizados sem margem de segurança face à inflação. E, também, porque, no IRC, à boa maneira socialista, prometiam baixar a taxa, mas de canhão adiantavam o pagamento por conta, que aumentava.

Face a isto, o CDS-Partido Popular propôs — e já expliquei porquê — um conjunto de melhorias significativas para as causas que defendemos e o bem-estar do povo que nos elegeu, em relação ao documento por vós apresentado.

Sr Primeiro-Ministro, em primeiro lugar, e sobre o aumento das pensões rurais, sejamos claros: se o PS tivesse

maioria absoluta o aumento dos trabalhadores rurais teria sido de 1100\$, que era o que estava previsto na portaria de Dezembro.

Aplausos do CDS-PP

Como o PS não tem maioria, como o PP foi responsável e jogou a sua força, o aumento é de sete contos por ano, o maior aumento para os trabalhadores rurais desde o 25 de Abril.

Aplausos do CDS-PP

O Sr Primeiro-Ministro pode dizer-me que já estava a pensar em aumentar os trabalhadores rurais, mas V Ex^a, então, já estava a pensar há cinco anos e, ano após ano, durante cinco anos, aumentou-os um conto de réis e nada mais.

Desta vez, por força do Partido Popular, o aumento é de sete contos. Se o aumento for atribuído em uma vez, duas vezes ou três vezes, isso é decisão vossa, porque vocês é que gerem a tesouraria.

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Segunda melhoria que introduzimos neste Orçamento: protecção fiscal da classe média, na medida da força que temos.

V Ex^a, face à cobrança de impostos, agiu outra vez como um socialista sabendo que a administração fiscal só lá para Outubro é que pode responder à questão sobre se a cláusula de salvaguarda beneficiou ou prejudicou os contribuintes, retirou, em Março, a cláusula de salvaguarda, ou seja, tirou o «tapete» ao contribuinte. Porque, caso a oposição tenha razão — e eu penso que tem! —, o contribuinte, para o ano, já não teria a cláusula de salvaguarda.

Ora, se o PS tivesse maioria absoluta cá estava o aumento de impostos por via do desaparecimento da cláusula de salvaguarda. Como não há maioria absoluta, o PP foi responsável e jogou a sua força, a classe média ficou protegida, porque com a cláusula de salvaguarda — digo-o hoje, como o disse no ano passado e o mesmo acontecerá a outros, certamente, pois não vejo razão para ninguém mudar de opinião —, o contribuinte, obviamente, fica salvaguardado e evitou-se o aumento de impostos que o Governo pretendia.

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Como com os socialistas, em matéria de impostos, não chega nem basta uma salvaguarda, pareceu-nos que eram necessárias mais duas, para conseguir uma margem de segurança. É que VV Ex^{as}, nos escalões da classe média e da classe média-alta do IRS, tinham feito actualizações justapostas ou inferiores à inflação previsível. Bastava uma leve derrapagem na inflação e o contribuinte já está a perder rendimento, basta uma pequena alteração no salário e o contribuinte «saltava» de escalão e pagava mais impostos.

O que é que o CDS-Partido Popular fez? Sabendo que V Ex^a não tem maioria absoluta, disse-lhe «ou há aumento de pensões ou não há Orçamento». Consoante lhe disse «é preciso actualizar com justiça os escalões do IRS», e actualizá-los com justiça é defender o contribuinte, protegendo-o dos vossos erros. Se a vossa inflação falhar e for

mais alta do que dizem, por nossa vontade, por nossa pressão, o contribuinte ficou defendido, e o imposto que ele terá de pagar não será mais como vocês tinham admitido na versão original do Orçamento

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Ainda a defesa das pequenas e médias empresas em relação ao IRC São cerca de 50 000, em particular aquelas que têm a facturação entre 30 e 100 000 contos Ora, por aquele esquema que há pouco citei (prometer a baixa da taxa, mas impor a subida dos adiantamentos), VV Ex^{as} iriam provocar enormes problemas de tesouraria a uma grande quantidade de pequenas lojas, pequenos cafés, pequenos restaurantes, sociedades de jovens empreendedores

Vozes do PS — É uma desgraça!

O Orador — É desgraça, sim senhor, porque ter de pagar mais 10% em termos de tesouraria quando, por exemplo, se tem uma nova empresa, quando se está a começar, pode ser o fim dessa empresa e, nessa altura, não vale de nada pagar menos para o ano, se tiver de fechar as portas este ano É esta a diferença!

Obtivemos, ainda, uma primeira grande vitória na área da política de família, porque para nós, Portugal não é uma soma aleatória de indivíduos, é uma comunidade de famílias

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Sempre dissemos que havia uma injustiça grosseira no sistema fiscal, que era a de não permitir que as famílias que façam o esforço de conservar o idoso em casa, tivessem uma dedução fiscal compatível com esse esforço, face àquelas que, muitas vezes, sem alternativa, são obrigadas a colocar o idoso (o pai, a mãe, o avô, a avó, de idade) num lar

O que se conseguiu foi um aumento de 50% na dedução para as famílias que conservam, e fazem o esforço de conservar, o idoso em sua casa Isto significa, porque se trata de uma dedução à colecta, menos 10 contos de imposto no imposto efectivamente pago

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Exactamente!

O Orador — Em sexto lugar, talvez o mais emblemático do ponto de vista ideológico sempre afirmei — e sou absolutamente coerente nisso — que o imposto sucessório era uma barbaridade moral, porque o Estado que, em vida, tributa o trabalho, tributa a poupança, tributa o consumo, tributa a iniciativa, tributa a propriedade, tributa tudo o que há para tributar, ainda se permite arrecadar receita com a morte de um cidadão Isto é o imposto sucessório, não é mais nada do que isto!

O que é que nós dissemos? De nada nos valem as promessas de que, um dia, o imposto sera reformado, pois há quatro anos escreveram isso no Orçamento e nada aconteceu Vale, isso vale com certeza, alterar a tabela do imposto sucessório, e pelo menos conseguir acabar com essa barbaridade moral em relação aos filhos menores, e pelo menos conseguir que os cônjuges e os filhos maiores passem a pagar entre 15% e 50% menos de imposto sucessório Isto, Sr.^a Deputada Manuela Ferreira Leite, é uma alteração com significado E, sobretudo, é uma alteração

conseguida por quem só tem 8.5% dos votos e nunca teve oportunidade de, no Governo, acabar com o imposto sucessório

Aplausos do CDS-PP

Queria dizer que não ignoro a questão política que também está subjacente a este Orçamento, e que é a seguinte perante o vosso mau documento, fizemos quatro perguntas muito simples

Primeira deve a oposição apresentar propostas? Resposta, sem nenhuma hesitação deve apresentar propostas, não estamos aqui apenas com a vocação de dizer mal, estamos aqui com a função de fazer bem

Segunda pergunta o que é que acontece ao País se não existir Orçamento?

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Exacto!

O Orador — É uma opção que deve ser sempre tomada em último lugar, porque a falta de Orçamento gera problemas de tesouraria, problemas de credibilidade externa e problemas no investimento público

Terceira questão o que faria o Governo se o Orçamento fosse reprovado? E aí, Sr Primeiro-Ministro, com todo o respeito, deixe-me dizer-lhe que V Ex^a faz muito melhor o papel de vítima do que o papel de responsável

Aplausos do CDS-PP

Se a oposição caisse na asneira de reprovar o Orçamento, aí estava V Ex^a a fazer-se de vítima perante o País e a concorrer para uma maioria absoluta que não tem! Felizmente não tem!

Aplausos do CDS-PP

Derradeira pergunta, esta decisiva para a nossa consciência se eu votar contra o Orçamento provoco uma crise política, dou-lhe um pretexto para não governar, ajudo-o a fazer-se de vítima e, sobretudo, não melhoro a vida de ninguém

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Se eu puser condições para deixar o Orçamento passar à especialidade, evito a Portugal uma crise que os portugueses não querem, poupo a Nação a eleições antecipadas, não lhe dou pretextos para não governar, não faço de si uma vítima e ainda melhoro a vida de muitos portugueses, e é isso que nos interessa

Aplausos do CDS-PP

Este debate orçamental, Sr Primeiro-Ministro, serviu também para isso, serviu para perceber que a diferença está entre os defeitos do socialismo e as qualidades da democracia cristã Por vocês passa o presente, por nós passa, certamente, o futuro

E mais, Sr primeiro-ministro como V Ex^a preside cada vez mais a uma «sombra» de Governo eu quero anunciar-lhe, em público, que na minha moção de estratégia ao Congresso do CDS-Partido Popular, o primeiro compromisso que faço com os militantes e com os eleitores não é apenas o de continuar a lutar por aquilo que prometi de continuar a acreditar nas causas pelas quais pedi o voto,

mas vou fazer mais V Ex^a terá, por decisão do CDS, a partir do nosso próximo congresso, o primeiro «Governo-sombra» constituído na democracia portuguesa, operacional e em estreita ligação a um grupo parlamentar

A diferença, a alternativa está aqui!

Aplausos do CDS-PP, de pé

O Sr Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr^a Deputada Manuela Ferreira Leite, podendo o Sr Deputado Paulo Portas, se entender, utilizar tempo de amanhã para responder

A Sr^a Manuela Ferreira Leite (PSD) — Sr Presidente, Sr Deputado Paulo Portas, ouvi a exposição justificativa da posição que pretende tomar relativamente a este Orçamento e devo dizer-lhe que — não é com muita frequência, mas às vezes acontece — estou em total desacordo consigo. E estou em total desacordo consigo por motivos de natureza objectiva e subjectiva. Por motivos de natureza objectiva, calcula, certamente, quais são, pois o Sr Deputado invoca um conjunto de vitórias esquecendo-se da enorme derrota que significa para o povo português ficar com este Orçamento

Vozes do PSD — Muito bem!

A Oradora — Sr Deputado, há aqui uma diferença que não devemos esquecer, que é a diferença entre o médico e o político. O médico trata de casos particulares, o político trata de casos gerais. O Sr Deputado pôs-se na posição do médico, nós colocar-nos-emos, sempre, na posição dos políticos

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Já não é má medicina!

O Orador — Do meu ponto de vista, em termos objectivos, o peso dos problemas, para o futuro dos portugueses, resultantes da existência deste Orçamento, são bem mais pesados do que os aspectos que o Sr Deputado enunciou.

Mas, Sr Deputado, existem problemas de natureza subjectiva. Não sou do estilo de pessoa de «ver e crer», mas, neste caso concreto, de um acordo entre o Partido Popular e este Governo — e digo «este Governo», porque é com este mesmo Governo que há cinco anos assistimos ao célebre «acordo do Tivoli» — não me posso esquecer do acordo celebrado entre o seu partido e um governo do Partido Socialista. Na altura, o Sr Deputado ainda não era o líder do partido, mas em todo o caso penso que a memória de um partido é algo que funciona — e eu sei que para si funciona.

Sr Deputado, é daí que me vem a grande dúvida como é que os senhores caem na «esparrela» — e peço desculpa da expressão — de fazer um novo acordo com este Governo, sabendo que há cinco anos os pontos fundamentais eram os que passo a ler-lhe: «Imposto sucessório — eliminação clara deste imposto cada vez mais injusto». Os senhores, nessa altura, fizeram um acordo com base na eliminação clara deste imposto, passados cinco anos, quem que eu acredite que só para eliminação de um «bocadinho» eles vão satisfazê-los. Se fosse a si, Sr Deputado Paulo Portas, tinha algumas dúvidas, nunca faria semelhante acordo.

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — Outro ponto essencial do vosso acordo de há cinco anos referia-se ao imposto da sisa. «Reformulação do imposto da sisa com vista à sua eliminação». Não preciso de dizer nada sobre isso! Vi, pelo menos, três ou quatro primeiras páginas de jornais, dizendo que a sisa ia acabar, mas passaram cinco anos e não há qualquer notícia acerca disso.

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

A Oradora — Mais um motivo, Sr Deputado Paulo Portas, para ter fortíssimas dúvidas em acordar com este Governo problemas desta natureza.

Vozes do PSD — Muito bem!

A Oradora — Mas há um outro ponto, Sr Deputado. Já nessa altura, há cinco anos, os Srs Deputados do PP fizeram um acordo com este Governo com base na exigência de deduções à colecta alargada às famílias com ascendentes a cargo. Outro ponto em que agora, ao fim de cinco anos, tornam a reincidir.

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — É sempre a mesma coisa!

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Só prova a nossa coerência!

A Oradora — Ó Sr Deputado, prova a sua coerência, mas também prova que considere natural que olhe para este vosso acordo com alguma pouca produtividade.

O Sr Presidente — Agradeço que termine, Sr^a Deputada

A Oradora — Termine já, Sr Presidente.

De alguma forma, é legítimo admitir ou é legítimo duvidar se este acordo é verdadeiramente semelhante ao de há cinco anos, ou se é, mais uma vez, alguma *mise en scène* necessária para fazer um acordo com este Governo.

Aplausos do PSD

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado Paulo Portas.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, Sr^a Deputada Manuela Ferreira Leite. V Ex^a conhece a enorme estima que tenho por si e vou contar com essa estima para lhe responder, sem cair na tentação de incentivar as diferenças entre os nossos dois partidos, porque isso deixa aqueles senhores da bancada do PS muito satisfeitos.

Risos do PS

Ora, não é função de nenhum de nós deixar aqueles senhores satisfeitos!

A Sr^a Maria Celeste Cardona (CDS-PP) — Bem dito!

O Orador — Antes de tudo o mais, quero dizer-lhe o seguinte: a Sr.^a Deputada foi dirigente do Partido Social Democrata quando este viabilizou orçamentos. Não me fale de viabilizações passadas, porque tenho de falar-lhe das suas próprias viabilizações no passado, e isso não dá nada.

de bom, nem traz nada de melhor a qualquer cidadão que hoje nos esteja a ouvir.

Um dos factos que aprecio na sua forma de exercer uma carreira política é o rigor com que fala. Só que, deserta vez, cedeu à pequena tentação de confundir normas programáticas com tabelas de impostos e com portarias de aumentos.

Sr^a Deputada Manuela Ferreira Leite o facto de o CDS insistir, ano após ano, nas mesmas causas só prova a sua nobreza e a sua coerência. Há 25 anos que acreditamos numa política de família.

O Sr. Manuel Queiró (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — E aprendemos com as circunstâncias!

Desta vez, o que nós exigimos como condição, é que a portaria dos aumentos das pensões de reforma inclua 7000\$ num ano para os pensionistas. Sr^a Deputada, não é nenhuma norma programática, é dinheiro no bolso de pessoas que vivem com 25 000\$!

Vozes do CDS-PP. — Muito bem!

O Orador — Assim como a Sr^a Deputada não tem razão quanto à minudência do imposto sucessório não fale em «migalhas», porque ofende, não o CDS, mas quem vai beneficiar do que o CDS fez.

Aplausos do CDS-PP

Eu não fiz cartazes a prometer 40 000\$ de pensão mínima. Eu fiz o que pude para conseguir aumentos das pensões de reforma, o que é completamente diferente. É a diferença entre quem promete e quem cumpre!

Aplausos do CDS-PP

Por outro lado, Sr^a Deputada, no imposto sucessório, passa-se apenas isto VV. Ex^{as} tiveram 10 anos para abolir um imposto que, tenho a certeza, a Sr^a Deputada, no seu íntimo, considera tão reprovável como eu, porque é uma barbaide moral e um atentado contra a família. E é querer ganhar dinheiro à custa da desgraça alheia — o imposto sucessório é radicalmente isto e mais nada! Puderam reformá-lo, puderam baixar as taxas, puderam acabar com ele, mas ele existe, ainda hoje.

O CDS consegue, exigindo para viabilizar este Orçamento, que a sua condição sobre o imposto sucessório seja viabilizada. E, devo dizer-lhe, Sr^a Deputada, que acabar com este imposto para filhos menores é um grande passo onde lia 0, 4, 7, 12 ou 16%, a Sr^a Deputada vai passar a ler 0, 0, 0, 0, 0%! É a taxa de imposto que os menores não vão ter de pagar, felizmente para eles!

Em segundo lugar nos cônjuges, nas viúvas e nos viúvos e nos filhos maiores, onde lia 6, 9, 12 ou 16%, a Sr^a Deputada vai ler 3, 6, 9 ou 12%. O que significa baixar, pela primeira vez, de forma significativa, o imposto sucessório, na família nuclear. E o imposto sucessório na família nuclear é, obviamente, aquele que interessa a toda a gente.

Por fim, quero fazer apenas a seguinte clarificação literária: Sr^a Deputada, não faço nenhum acordo com os socialistas. Impus condições para o meu partido deixar passar o Orçamento do Estado e, de duas, uma: ou as condições eram aceites, ou eram recusadas. Se o Governo as aceitasse, tem Orçamento e o País também, e não tem

uma crise política, ficando muita gente a viver melhor, mercê da pressão da democracia-cristã. se o Governo as recusasse, problema do Governo e responsabilidade dele que não sabe praticar o diálogo que prometeu. É uma coisa completamente diferente.

De resto, Sr^a Deputada Manuela Ferreira Leite, se eu negociasse com os socialistas, em vez de um aumento de 7000\$, tinha conseguido um aumento de 3500\$, porque, em negociações, cedem ambas as partes. Não negociei nada, e estou orgulhoso disso!

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Impus condições que foram públicas e disse com toda a clareza o nosso voto depende da satisfação dessas condições!

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — É verdade!

O Orador — A escolha do Partido Socialista é a escolha do Partido Socialista

Aplausos do CDS-PP

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Francisco Louçã.

O Sr Francisco Louçã (BE) — Muito obrigado, Sr Presidente

Quando estámos perante uma «telenovela» de final anunciado, há poucas surpresas que aqui podem ocorrer. No entanto, há alguns episódios em que se verifica que se pode descobrir como é que se escreve torto por linhas diretas. E, neste debate, há um que é significativo a esse respeito a designação do Orçamento como «orçamento de transição».

É verdade por várias razões, algumas já aqui ditas e outras que merecem ainda mais reflexão. É verdade porque é um novo Ministro das Finanças. é verdade porque se descobriu que havia um deslizar da despesa corrente, herdado do mesmo Governo na formatação anterior, muito acima do que era previstível e desejável, e é verdade, ao ponto de que é o próprio Governo que sugere lançar uma «bomba atómica» na prática orçamental, a de começar a preparar, desde já, um Orçamento de base zero, no que também pode ser saudado, porque esta é a única oportunidade que temos, ao longo desta Legislatura, para começar e concluir os princípios de base de uma reforma fiscal.

Nenhum outro ano, que não o ano 2000, permite, pelas circunstâncias da preparação de um novo Orçamento, nessa base e pela exigência de um debate político clarificador sobre as regras fiscais neste país, uma renovação da prática orçamental e da prática fiscal.

Por isso, a resposta do Sr Primeiro-Ministro à pergunta formulada pelo Sr Deputado José Penedos ficou abaixo das expectativas que outras bancadas compartilhariam. A reforma fiscal faz-se por várias medidas também avulsas, mas faz-se por uma estrutura, por um edifício, por um conjunto de propostas. E é no ano 2000 ou é nunca, do ponto de vista desta Legislatura!

Posto isto, Sr Primeiro-Ministro, nesta curta resposta à sua intervenção, quero colocar-lhe duas questões concretas:

Em primeiro lugar, insistir no problema que nos é levantado pela descoberta de que este é, realmente, um orçamento de transição. Considerando a situação do País e

as promessas do Governo, este Orçamento também é um orçamento de transição por uma outra razão que ainda não foi aqui discutida. É que, tendo em conta o endividamento geral privado, em particular da banca nacional, a expectativa e a projecção em que este Orçamento se baseia do crescimento do Produto significa que está em risco e directamente em causa, no exercício de 2000, o principal objectivo que o Governo fixou no seu Programa, isto é, a convergência, a 30 anos, com os níveis médios da União Europeia.

Ora, esse processo de convergência não ocorre no ano 2000. Pelo contrário, contas rigorosas exigem que se verifique que o Governo prevê um processo de divergência.

Repare que — naturalmente, como falo de expectativas, elas não são verificáveis, a não ser depois do jogo terminado — as expectativas que nos dão de um aumento acima da média de crescimento da União Europeia de três décimas até um ponto percentual são falíveis, como é natural, mas, sobretudo, são postas em causa pelo facto de que uma parte significativa — meio ponto ou, provavelmente, até cerca de um ponto percentual — deste crescimento é o preço do endividamento privado.

O Sr. Ministro das Finanças, que falará mais à frente, poderá esclarecer-nos se, porventura, poderia o Governo, se fizesse as contas não em termos do produto interno mas em termos do produto nacional bruto, manter a mesma visão optimista que tem a respeito da expectativa da convergência acima da taxa de crescimento médio da União Europeia. Não o poderia fazer — repito, não o poderia fazer — e teria mesmo de reconhecer que, deste ponto de vista, temos um processo de divergência que ocorre neste ano e que não ocorreu nos anos anteriores.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, devo dizer-lhe que, se houvesse um Orçamento de justiça fiscal e de convergência real, nós votaríamos a favor, naturalmente, porque essa seria a nossa obrigação.

Este ponto leva-me à segunda questão, que tem a ver com a sua resposta. É verdade que uma reforma fiscal não é só o sigilo bancário mas também a renovação do imposto do património, pelos sinal que dali decorrem para a opinião pública e para os contribuintes. É uma alteração geral a reforma da administração tributária, é uma alteração geral a unificação do Código do IRS e do IRC. E há um conjunto de alterações que, naturalmente, tem de ser ponderado não só em Orçamento mas também em Orçamento.

Por que razão insistimos nós no sigilo bancário? Por uma razão que o Sr. Primeiro-Ministro, como político hábil que é, comprehende perfeitamente em primeiro lugar, é preciso dar um sinal e, em segundo lugar, é preciso que esse sinal se traduza em medidas efectivas de cobrança, ou seja, de percepção pública de que a injustiça absurda que hoje vivemos começou a serposta em causa. E esse não é um debate ideológico, é um debate político fundamental, que tem fundamentos ideológicos, mas que é essencial do ponto de vista do País.

Por isso mesmo, Sr. Deputado Manuel dos Santos, na minha opinião — e na opinião que aqui trazemos —, a diferença entre a esquerda e a direita começará, talvez, pela capacidade de resistir aos interesses e pôr acima deles o interesse público em relação aos interesses privados. E é desse ponto de vista que, nesta Legislatura, demos a pior demonstração de permissividade e de passividade perante os interesses quando, por exemplo, a 228 contra 2, este Parlamento votou favoravelmente a proposta do Governo que isentava da fiscalização, ou seja, do concurso público

aqueles gabinetes de arquitectos que garantiram, assim, um mercado cativo da ordem dos 7 a 10 milhões de contos na renovação dos contratos para os estádios do Euro 2004.

Repare bem, Sr. Primeiro-Ministro, estamos a falar de um aumento de pensões no regime agrícola que, para 500 000 pessoas, nas contas do Sr. Ministro Ferro Rodrigues, representaria um aumento da despesa da ordem dos 7,5 milhões de contos. E, ao mesmo tempo, decide-se uma lei orientada para cinco gabinetes de arquitectos — não são 500 000, são cinco! —, a quem se cativa um mercado de obras públicas da ordem dos 7,5 milhões de contos!

Era preciso rigor e, se o Sr. Deputado Paulo Portas aqui estivesse, poderia perceber o que quer dizer dinheiro no bolso e o que quer dizer muita gente a viver muito melhor, como nestes casos. Talvez a grande diferença no rigor comeasse não só no Orçamento mas, no conjunto de uma actividade coerente legislativa, por um conjunto de reformas fiscais que permitem fazer perceber à opinião pública aquilo que tem de mudar. E o que tem de mudar, o que é essencial, é perceber-se que quem tem mais tem de pagar segundo as suas responsabilidades e, portanto, a fraude fiscal tem de acabar por todos os meios que permitem dizer que quem não tem não deve e, por isso mesmo, deve ser obrigado às responsabilidades públicas.

Nesse domínio, o Orçamento tem uma obrigação e nós, como oposição, temos uma obrigação de fazer as críticas e as sugestões, porque disso não nos demitimos.

O Sr. Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Maria Luisa Vasconcelos.

A Sr.ª Maria Luisa Vasconcelos (PS) — Sr. Presidente, Sr. Deputado Francisco Louçã, vou começar por dizer que é sempre com muito gosto que ouço as suas exposições que combinam cenários macroeconómicos com tanta desenvoltura e seriedade, se me permite esta avaliação.

Começaria precisamente por analisar as questões que levantou relativamente a esse cenário macroeconómico — e estou a falar do facto de ter caracterizado a projecção de crescimento do Produto como sendo uma projecção falível. Gostaria de relembrar que, para além de ter dito que é uma projecção falível, também nos referiu que poderia ser concretizável e, portanto, a probabilidade de os riscos ocorrerem são reduzidos, em função do que acontecer no cenário, nomeadamente, da economia europeia, não querendo eu, no entanto, reduzir a importância que tem o comportamento macroeconómico dos nossos parceiros comerciais ao nível das exportações e, também, ao nível das importações pelo impacto que sabemos que terá a subida do preço dos combustíveis.

Todavia, não consigo compreender, Sr. Deputado, de que maneira concilia esta projecção de crescimento que considera concretizável com o que nos disse relativamente à prova de que existem indícios de uma verdadeira renovação da prática fiscal e não concluir que neste Orçamento tem a prova inequívoca de que o sentido que será dado à economia portuguesa e o da dinamização dessa economia e o do combate à fraude e à evasão fiscal. É que dizer que é concretizável e que a reforma irá ser iniciada tem que o conduzir à conclusão de que, então, o combate à fraude e à evasão fiscal irá ocorrer.

E agora vou pegar na questão que colocou relativamente à transição. Disse que a transição ia para além do que estava anunciado. Também concordo com o Sr. Deputado, precisamente face ao que hoje em dia é urgente em termos das reformas estruturais, reformas essas que o Sr. Deputado

do Francisco Louçã reconheceu não terem como documento privilegiado para a sua execução o Orçamento do Estado São reformas que hoje em dia são essenciais para a economia portuguesa na perspectiva de uma transição, no sentido da consolidação da economia portuguesa como uma economia semi-industrializada, porque — e recorro novamente às palavras do Sr Deputado — não basta ter mercados crescentes, é preciso ter competitividade nesses mercados. Então, isso significa que as reformas estruturais têm de existir *a priori* de determinadas medidas sociais que são urgentes, necessárias e justas, mas só serão sustentáveis, a longo prazo, se essas reformas, essa competitividade e essa produtividade existirem. Portanto, não consigo compreender o seu sentido de voto.

O Sr Manuel dos Santos (PS) — Muito bem!

A Oradora — Repare que, se considerarmos que precisamos de concretizar as reformas estruturais e que só as concretizando é que podemos implementar medidas de verdadeira coesão social, então, primeiro, tem que nos dar espaço.

O Sr Presidente — Esgotou o tempo, Sr^a Deputada

A Oradora — Sr Presidente, vou terminar, dizendo ao Sr Deputado Francisco Louçã que, penso, deveria avaliar a possibilidade de, em vez de votar o Orçamento «porque alguma coisa», nomeadamente o início da reforma fiscal, o votar «apesar de», apesar de ainda não estar feito tudo de forma a que nos satisfaça a nível social.

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

O Sr Francisco Louçã (BE) — Sr Presidente, tentarei ser breve para não incorrer na sua intervenção disciplinar.

Agradeço a questão que a Sr^a Deputada me colocou bem como os conselhos que me deu. Mas deixe-me dar-lhe três respostas directas.

Em primeiro lugar, naturalmente que a projecção é falível, mas não a posso criticar por isso porque qualquer projecção é falível e em economia e em sociedade mais do que em qualquer outro domínio. Além disso, o Governo dispõe de muita informação que as bancadas da oposição não têm para poderem sustentar a sua projecção.

O que quero criticar é o facto de, nessa projecção — não relevando um dos aspectos económicos decisivos que é este endividamento que corresponde a mais de metade do Produto nacional ao estrangeiro por via de endividamento privado, sobretudo, de instituições bancárias —, não estar considerado o peso que representa essa parte da dívida, que condiciona uma parte importante deste diferencial de crescimento e que, na minha opinião, significa que passamos de um processo de convergência real para um processo de divergência, pelo menos nas perspectivas deste ano, naturalmente, acentuado pelo aumento dos preços dos combustíveis e outras questões a que se referiu.

Mas, enfim, é uma projecção, trabalhamos com projecções. O facto concreto — e a esse o Governo tem de responder, porque é um problema decisivo tanto para ele como para nós — é de que, hoje, temos um nível de endividamento como nunca existiu e esse nível acumulou-se particularmente nos últimos três exercícios de uma forma

explosiva e que cria um grande problema de gestão económica no nosso país.

Em segundo lugar, diz-me que há uma prova inequívoca de que irá ocorrer um combate à fraude e uma reforma fiscal e, portanto, pede um crédito de confiança a esse respeito. Devo dizer-lhe que espero os factos, as demonstrações e as propostas e, então, discutiremos, como sempre temos feito, cada uma delas pelo seu mérito, apoiando as que nos parecerem indispensáveis.

No entanto, preocupa-me a alegação do pacto de justiça fiscal, porque ouvi já tantas vezes falar desse pacto que quase gostaria de vos suscitar uma interpelação para que me mostrassem o documento visto que eu nunca o vi, até agora. É um pacto virtual, é um texto que não existe, é uma declaração de intenções que está numa ou duas páginas do Programa do Governo, mas que, como pacto que anuncia esse conjunto de medidas, era preciso que ele surgisse. É vantajoso para o debate público e para o debate que temos com o Governo que esse conjunto de medidas de fundo seja apresentado, porque é isso que provará ou desmentirá a minha afirmação de que 2000 é o ano para fazer o pacto de justiça fiscal, ou seja, o princípio e o meio dessa reforma fiscal que, eventualmente, depois, será mais completado.

Ora, isso é necessário, na opinião do Bloco de Esquerda, porque, justamente, propomos um aumento da despesa. Por exemplo, no campo da segurança social, propomos, como bons aliados que somos do Ministro Ferro Rodrigues, um aumento da dotação orçamental que permita ao sistema de segurança social fazer uma convergência mais acelerada das pensões, nomeadamente, do regime geral, com um nível mínimo, como, por exemplo, o do salário mínimo nacional ou com um mínimo de dignidade que ultrapasse este milhão de pessoas que se encontram abaixo dos 50 000\$ ou 60 000\$ de dotação.

Para terminar, gostaria de dizer-lhe que levamos a sério todas as palavras e, mais ainda, os factos que provem que o Governo avança nesse combate à fraude, mas queremos aproveitar neste Orçamento — e por isso fazemos propostas concretas — medidas pontuais que vão no sentido de transformar a situação actual. E dou-lhe uma o Deputado João Carlos Silva, num debate que aqui tive com o Ministro Pina Moura e em que todas as bancadas intervieram, apresentou a seguintes ideias, e passo a citá-lo: «Sempre que um contribuinte requeira o acesso a determinados benefícios, deverá abdicar do sigilo bancário como condição de acesso, sempre que um contribuinte faça uma reclamação graciosa ou uma impugnação judicial, deverá ter entregue à instância decisória demonstrações dos seus movimentos bancários()».

Ora, nós agarrámos nestas propostas e pusemo-las à consideração de todos como propostas de emenda ao Orçamento na especialidade, porque formuladas pelo Deputado João Carlos Silva no debate geral o certo é que melhorariam e dariam um sinal, que não está no Orçamento, desse rigor e que tanta falta lhe faz!

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr^a Deputada Isabel Castro.

A Sr^a Isabel Castro (Os Verdes) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados Se, porventura, há um momento no debate político em que os desejos, promessas ou intenções de um governo são postos à prova de uma forma mais clara, esse momento verifica-se quando o Parlamento discute as Grandes Opções do Plano e, particularmente, o Orçamento

do Estado. É aí que podemos avaliar qual a natureza das opções, qual o tipo de prioridades a que se procura dar conteúdo, quais os objectivos e, também, quais os valores que estão presentes no tipo de mudanças, de projecto ou de sociedade a que se procura dar seguimento

Para nós, não tendo, obviamente, a pretensão de, como um partido que exprime politicamente o pensamento ecologista, pensarmos que qualquer outro governo pode identificar-se com as nossas propostas, aquilo que nos parece que hoje é inseparável de qualquer discussão sobre o futuro de uma sociedade é a capacidade de utilizar racionalmente os recursos, de partilhá-los de uma forma justa, de ter e projectar, numa perspectiva de médio e longo prazos, a solidariedade

É partindo deste pressuposto que Os Verdes analisam este Orçamento e analisá-lo significa, independentemente de o Sr Primeiro-Ministro pensar que é uma questão marginal — no fundo é a única — e que é a questão da justiça fiscal, e independentemente de pensarmos que também não é no Orçamento que se faz a reforma da política fiscal, julgo que ninguém pode ser tão ingênuo que possa considerar que ou há sinais no Orçamento de uma mudança de atitude em relação àquilo que é um problema gritante na nossa sociedade e que se traduz na enorme injustiça fiscal ou, ela não existindo (e, do nosso ponto de vista, não existe neste Orçamento), seguramente que há uma leitura política a fazer E a leitura política a fazer é a de que há uma partilha desigual dos recursos Ou seja, as grandes fortunas mantêm-se intocáveis, os benefícios fiscais socialmente injustificados prevalecem e é sobre a grande maioria dos contribuintes que recai o peso de dar conteúdo às políticas sociais a que qualquer sociedade tem de dar resposta.

Parece-me que não há uma discussão, como, erradamente, se pretende fazer crer, entre despesistas, que seriam aqueles que estão preocupados com as políticas sociais e em dar-lhes conteúdo — e esses seriam os virtuosos e seria o Governo! — e os que não são despesistas e que se colocariam do outro lado, porque pura e simplesmente não se preocupam com isso Não é disso que se trata mas, sim, de dar condições de sustentabilidade às políticas sociais, ou seja, criar condições orçamentais para que elas possam prosseguir, independentemente das diferentes concepções que podemos ter sobre as prioridades e sobre as políticas que, do ponto de vista das opções enunciadas, estão contidas neste Orçamento

Se podemos, por exemplo, identificar-nos genericamente, no plano da saúde, com algumas das intenções que são anunciadas pelo Governo, a verdade é que temos o maior dos ceticismos e a maior das reservas sobre a capacidade orçamental e financeira do Governo em lhes dar conteúdo. E se esta questão se coloca na saúde, há outros domínios onde temos uma opinião diferente Pensamos que a única mais-valia que o País tem e a única possibilidade de sobrevivência numa perspectiva de futuro são os seus recursos naturais e humanos

Do ponto de vista da educação, não podemos deixar de assinalar que é grave o subfinanciamento que prevalece no ensino superior e que é igualmente grave que a acção social seja reduzida, com as consequências que essa redução podem implicar socialmente

Em relação à questão do ambiente, que de algum modo o Governo procurou «vender» como a grande mudança, julgo que é bom que nos situemos verdadeiramente em relação àquilo de que falamos sobre o Ministério do Ambiente Este Ministério herdou, e bem, do nosso ponto de

vista, responsabilidades em matéria do ordenamento do território e, naturalmente, isso terá de ter uma expressão orçamental

Em segundo lugar, é bom lembrar que, independentemente da leitura optimista e falseada da realidade que, durante quatro anos, o Governo fez da sua política ambiental, a verdade é que persistem atrasos estruturais muito grandes e a avaliação é extremamente crítica, como o actual Ministro da pasta acabou, aliás, por assumir na sua primeira entrevista pública, confirmado, no fundo, aquilo que Os Verdes tinham dito, não porque emburraram, não porque são teimosos, mas porque era essa a realidade

O próprio partido do Governo assumiu essa realidade, como se pode constatar, por exemplo, pelo relatório da Comissão de Assuntos Europeus, em que se fala da necessidade de inverter o modo como têm sido concebidas as políticas de ambiente e de desenvolvimento Ou seja, dito de outro modo, o Governo assumiu essa realidade admitindo que há lacunas graves, que se fez pouco nestes quatro anos, que se mantêm atrasos estruturais e que não se conseguiu ultrapassar um passivo que, manifestamente, existia, como aliás, também sempre dissemos

Como tal, para nós, continua a ser preocupante, em matéria de ambiente, não a questão dos fundos mas a do tipo de prioridades que se colocam Continuamos a não pensar a longo prazo, isto é, continuamos a não pensar que as nossas empresas só podem ser competitivas se sofrerem grandes modificações e transformações Os contratos-programa foram, em grande parte, um fiasco e está por avaliar o dinheiro que ficou por gastar e que foi indevidamente utilizado para outros fins que não os que, supostamente, deveria ter propiciado

Do nosso ponto de vista, não há uma visão estratégica para resolver aspectos delicados que, em matéria de resíduos, significam um investimento verdadeiro em novas áreas de mercado, de reutilização e de reciclagem e que, naturalmente, precisam de apoios para que este espaço exista e tenha continuidade

Temos problemas delicados de saúde pública e, a prazo, de conflito com a União Europeia, em relação ao controlo de poluição e aos compromissos de Kioto, e, sobre essa matéria, não há mudanças radicais que permitam dizer que estamos a caminhar noutro sentido «Brinca-se» um pouco com o comboio de alta velocidade e mantém-se, bem perto de Lisboa, a linha do Oeste obsoleta e que se poderia perfeitamente encaixar no século passado

Em relação a tudo isto, designadamente em relação à questão dos combustíveis e à nossa dependência do exterior, parece-nos que, para além de umas «princeladas» pontuais, não há uma verdadeira política no sentido de utilizarmos melhor a nossa energia, de se apostar nas energias complementares e de se criarem condições para que também elas tenham o espaço que outros países, mesmo com menor dependência, já têm hoje

Gostava ainda de chamar a atenção para um outro facto, independentemente, repito, de isso poder ou não irritar o Governo — ao longo dos anos, as palavras vão «caindo em saco roto», mas, independentemente da surdez do Governo sobre elas, temos em afirmar aquilo em que acreditamos Do ponto de vista de uma visão prospectiva deste país, de uma visão estratégica e da defesa dos seus recursos, parece-nos lamentável que, ao final de cinco anos, Portugal, um país que diz orgulhar-se de ter no seu património os oceanos e que tem com o oceano a sua maior fronteira, permaneça sem um sistema de fiscalização em contínuo como o que os outros países da União Europeia

têm, com o significado que tal facto tem para um país cuja costa é cruzada por mais de 200 barcos por dia, sendo provavelmente 40 deles grandes petroleiros, com a possibilidade de risco que tal implica, e continuando nós, em matéria de vigilância dos nossos mares, a «brincar ao faz-de-conta»

Parece-nos que esta é uma visão muito fechada, muito estreita, e para nós é absurdo que, do ponto de vista da segurança, se gaste dinheiro em armamento e que não se tenha esta visão, ela, sim, moderna e transformadora, daquilo que são hoje as questões de segurança que se colocam por todo o lado e que julgo que o incidente ocorrido em França com o Erika veio comprovar, para quem ainda não tinha percebido

Por isso, Srs Deputados, para nós, votar contra o Orçamento não é cumprir um ritual, não é fazer algo que nos dê prazer, é constatar que este Orçamento, uma vez mais, não corresponde a uma visão equilibrada de uma partilha de recursos, não corresponde à necessidade de preparar o País para o seu futuro e não é um orçamento solidário. Por isso, por muito pesar que isso possa provocar a quem não gosta do nosso voto, em consciência, não poderemos votar de outro modo

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças e da Economia

O Sr. Ministro das Finanças e da Economia — Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados Na intervenção de apresentação, o Sr Primeiro-Ministro classificou o Orçamento do Estado para 2000 como «um orçamento de transição para um novo patamar de consolidação das finanças públicas».

Agora, cabe-me a mim não só caracterizar e qualificar este novo patamar mas, principalmente, identificar os objectivos e os instrumentos de política económica para o alcançar

Novo patamar e novos instrumentos de consolidação das finanças públicas porquê? Porque não basta continuar, é necessário renovar e inovar. E, ao falar em inovar e renovar os instrumentos de consolidação das finanças públicas, faço-o na continuidade do que foi feito nos últimos quatro anos e também na continuidade do que está inscrito no Orçamento do Estado para 2000, de cuja elaboração sou o primeiro responsável

Ao falar no sucesso da consolidação das finanças públicas verificada entre 1996 e 1999, não estou tão-pouco a menorizar os primeiros passos desse processo, nos anos de 1994 e 1995, depois da decisão de integração do escudo no Mecanismo de Taxas de Câmbio do Sistema Monetário Europeu

Mas, então — e procurando responder nomeadamente à questão que a Sr^a Deputada Manuela Ferreira Leite colocou com muita insistência —, transição para onde e renovação e inovação porquê?

A verdade, Sr^{as} e Srs Deputados, é que novos tempos exigem novas respostas. E os novos tempos que estamos a viver caracterizam-se e diferenciam-se dos anteriores, nomeadamente da última Legislatura, por quatro factores essenciais, dos quais, o primeiro é o seguinte: o novo patamar de consolidação das finanças públicas vai ser construído no quadro do novo regime económico em que vivemos desde a fundação do euro, em 1 de Janeiro de 1999 e a caminho da sua efectiva circulação, dentro de menos de dois anos, obrigando a alterações profundas no perfil e na concepção da política económica

O segundo factor de diferenciação é o de que esse novo patamar de consolidação ocorrerá num contexto de subida de taxas de juro que esgotam aquilo que foi um dos factores de consolidação essenciais da última legislatura, com a diminuição muito significativa dos encargos da dívida pública. Para além disso, vivemos, neste novo período, uma fase de elevadíssimos níveis de preços do petróleo, que triplicaram face há um ano atrás

O terceiro factor diferenciador tem a ver com o facto de este novo ciclo de consolidação se desenvolver em simultâneo com o aprofundamento e a consolidação do Mercado Interno Europeu e da globalização em todos os domínios (serviços financeiros, energia, bens e serviços, telecomunicações, comércio, entre outros) e também quando se afirmam uma economia e uma sociedade cada vez mais baseadas na inovação e no conhecimento

O quarto e último factor de diferenciação em relação ao anterior ciclo de consolidação diz respeito ao ambiente económico internacional, caracterizado agora por um clima de optimismo e confiança na continuidade do crescimento da economia americana, de um relançamento que se tem confirmado, nos últimos três meses do crescimento na União Europeia, ao qual queremos garantir sustentabilidade, e nos sinais efectivos do início da recuperação das economias japonesa, das outras economias asiáticas relevantes e da América Latina

É à luz destes novos factores que procedemos à revisão do Programa de Estabilidade e Crescimento para o período 2000/2004 que aqui quero apresentar, em primeira mão, às Sr^{as} e aos Srs Deputados, antes de o enviar à Comissão Europeia, o que será feito amanhã mesmo

É neste contexto global que encaramos e qualificamos o Orçamento do Estado para 2000 como um orçamento de transição para uma programação orçamental plurianual (período de 2000/2004) em que começámos a trabalhar há três meses, no Ministério das Finanças, ao mesmo tempo que íamos elaborando o Orçamento para 2000

Quais são as alterações e novas orientações do Programa de Estabilidade e Crescimento de 2000/2004?

Identificada que está a necessidade de a política económica estimular um padrão de crescimento mais saudável e a convergência real com os nossos parceiros da União Europeia, as projecções macroeconómicas foram revistas com base nesses pressupostos e objectivos

Assim, no novo cenário central de referência, prevê-se um crescimento anual de 3,5%, para o período de 2000/2004, um ponto percentual acima da média europeia, num movimento de crescimento sustentado no investimento com taxa de crescimento média anual de 6,8%, nas exportações, com a mesma taxa de crescimento média anual de 7,2% e na desaceleração do crescimento do consumo privado para valores inferiores aos do crescimento do PIB

Identificada que está também a necessidade de a política económica contribuir para um crescimento não inflacionista, desenha-se um mix adequado das políticas orçamental, fiscal e de rendimentos indutor de moderação salarial com ganhos reais de salários, de estímulo à expansão da oferta agregada, de liberalização da economia e de reformas estruturais nos mercados financeiros, de bens e serviços, para além da modernização e desburocratização da Administração Pública

E, finalmente, identificam-se também os novos factores críticos da consolidação das finanças públicas, processo que continua a ser considerado como um pressuposto e não como uma restrição ao crescimento, à competitividade e ao emprego

Assim, neste domínio, fixamos para o novo ciclo de consolidação das finanças públicas dois objectivos críticos e prioritários, aliás muito referidos neste debate, quanto à redução das taxas de crescimento da despesa pública e despesa corrente primária.

O primeiro objectivo é o de não ultrapassar o peso actual de despesa pública no Produto (cerca de 50%), o que significa reduzir a taxa anual de crescimento de despesa pública para cerca de metade da actual, no conjunto do período 2001/2004.

Isto significa, no exercício orçamental de 2001 — a ser elaborado já a partir de Abril segundo uma metodologia que a seguir desenvolverei —, uma redução efectiva do crescimento da despesa pública no conjunto do Sector Público Administrativo (SPA), por comparação com o ano 2000, de mais de 300 milhões de contos.

O segundo objectivo é o de reduzir, de forma sustentada, o crescimento da despesa corrente primária no mesmo período para taxas inferiores ao crescimento do PIB e para cerca de metade da taxa de crescimento da despesa corrente primária no ano 2000.

É na concretização destes dois objectivos — que constituem compromissos políticos do Governo — que se criará o novo patamar de consolidação das finanças públicas, para o período 2001/2004, caracterizado pela gradual eliminação do défice do SPA. É na concretização deste novo ciclo de consolidação das finanças públicas que deveremos atingir, no cenário de crescimento de referência, o saldo nulo no exercício de 2004.

O Sr José Magalhães (PS) — Muito bem!

O Orador — Em simultâneo, como o Sr Primeiro-Ministro já disse, será prosseguida uma reorientação da despesa pública a favor do investimento e das políticas sociais, com acréscido rigor na análise da produtividade do primeiro e da qualidade da oferta de bens públicos das segundas.

Também quanto à dívida pública, a trajectória decrescente conduzirá a uma diminuição em cerca de 10 pontos percentuais do respectivo peso no PIB, se tomarmos como referência o ano de 2004.

Para isto, contribuirá o retomar do programa de privatizações, cujo programa plurianual será apresentado em Abril, estando prevista uma receita, em 2000, de cerca de 500 milhões de contos, assim como começaremos a desenvolver uma política activa de gestão e racionalização do património do Estado.

A rentabilização dos activos existentes no património do Estado, muitos dos quais associam um apreciável valor de mercado com uma clara subutilização, deverá envolver significativas operações de alienação de património excedentário, mas, e fundamentalmente, envolverão alterações substanciais no modo como o património passará a ser gerido.

Efectivamente, no quadro da reforma financeira do Estado, ao uso de cada imóvel público passará a corresponder uma renda a pagar pelos serviços públicos, tradutora do custo de oportunidade que a sua utilização implica.

Deste modo, instituir-se-á o pagamento de renda, cuja quantia será necessariamente retirada de um orçamento limitado, obrigando os serviços públicos a prestar uma atenção acrescida às suas reais necessidades de espaço físico.

Serão, simultaneamente, utilizados novos instrumentos, sempre que tal se revele apropriado, como os contratos de locação financeira ou a constituição de um fundo de in-

vestimento imobiliário com edifícios do SPA, criando novos instrumentos de mobilização da poupança.

Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados A apresentação, neste preciso momento, da revisão do Programa de Estabilidade e Crescimento, para o período de 2000/2004, tem um duplo significado que quero sublinhar.

Em primeiro lugar, cria o enquadramento macroeconómico necessário para a elaboração de orçamentos de base plurianual (nomeadamente, quanto à despesa corrente e à despesa corrente primária), os quais, e só os quais, permitem identificar melhor a ligação entre as decisões tomadas num dado ano e as consequências sobre os orçamentos dos anos seguintes, permitem premiar o bom desempenho de gestão em matéria financeira e punir o mau desempenho, permitem promover uma verdadeira integração entre decisões e despesas de investimento num dado ano e as subsequentes despesas de funcionamento por esses investimentos induzidas e permitem favorecer o planeamento e o rigor da gestão na Administração Pública, interligando as áreas financeira, patrimonial e de gestão dos recursos humanos.

Em segundo lugar, esta revisão e a sua apresentação, neste momento, dão sentido estratégico à elaboração de uma política económica nacional e à participação nacional na coordenação da política macroeconómica da União Europeia, contribuindo ainda para o enquadramento financeiro das necessárias reformas estruturais modernizadoras da segurança social, da Administração Pública e do sistema Nacional de Saúde.

Não basta, porém, enunciar a ideia e as vantagens de um Orçamento de base plurianual. É essencial credibilizar este exercício inovador de elaboração orçamental no seu momento zero, ou seja, no Orçamento de 2001.

Daí a importância da decisão — hoje anunciada pelo Primeiro-Ministro — de que será um Orçamento de base zero, cujo arranque terá lugar imediatamente a seguir à aprovação do Orçamento do Estado para 2000, aquele que começaremos a trabalhar em Abril para o exercício de 2001.

Como orientações gerais para esse trabalho, gostaria de adiantar que essa metodologia terá um critério básico: a avaliação cuidada e rigorosa não só da quantidade como da qualidade da despesa pública e, em particular, da oferta dos bens públicos provisionados pela Administração. O Orçamento é uma ferramenta privilegiada para este fim. Deve ser feito numa base que permita identificar claramente os custos associados aos produtos e serviços que a Administração proporciona à sociedade. Só nesta base é possível questionar as verbas despendidas pelos serviços da Administração sem pôr em causa os benefícios que esta traz. Isto é, devem ser suprimidos os produtos e serviços cujo custo é superior ao benefício na avaliação — incluindo a social — que o Governo faz desses benefícios.

Há, pois, que, de forma gradual e selectiva, definir, serviço a serviço, face à respectiva missão, os principais produtos e serviços pelos quais o Governo e a Administração são responsáveis e os meios consumidos para a respectiva produção e disponibilização.

Será assim implementado um processo de elaboração do Orçamento baseado em actividades, definindo-se actividade como a forma e os meios necessários para se produzirem produtos e serviços cujo benefício social e económico é quantificado pelo Governo. Esta é a metodologia que permitirá um verdadeiro exercício de base zero, questionando a utilização de todas as verbas do Orçamento, evitando a tradicional abordagem incremental e demonstrando, Sr^a Deputada Manuela Ferreira Leite, por que é que o

Orçamento do Estado para 2000 é de transição e por que é que o Orçamento do Estado para 2001 será feito numa base zero

A par do rigor na elaboração, é também necessário — e já para 2000 — reforçar o rigor na execução do Orçamento

E para isso dois elementos são essenciais em primeiro lugar, melhorar a eficácia do controlo financeiro, particularmente pela maior adequação das formas e incisos do controlo administrativo e político para tal fim. O Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado, já em pleno funcionamento, terá um papel estratégico neste domínio, assim como a implementação do Plano Oficial de Contabilidade Pública, com o acompanhamento pela Comissão de Normalização Contabilística e a correspondente produção das normas metodológicas, que já estão produzidas e que lhe darão plena eficácia

Em segundo lugar, de nada serviria reforçar os mecanismos de controlo se não for posta em prática uma efectiva responsabilização financeira em sentido estrito, isto é, que diga respeito à responsabilidade disciplinar por infracções financeiras, sancionadas internamente na e pela Administração, pelo que há que clarificar irregularidades, tipificar infracções e respectivas sanções e aumentar a actividade inspectiva

Finalmente, última mas não menos importante, também como medida de racionalização e eficiência dos meios à disposição do Estado, quero referir a criação imediata da centralização da tesouraria do Estado, que assegurará a optimização da utilização dos fundos públicos

Trata-se de assegurar uma melhor gestão dos fluxos de tesouraria, prosseguindo simultaneamente uma gestão pre-visional e integrada de fundos e, por outro lado, a sincronização dos movimentos da tesouraria do Estado e das datas de pagamento para racionalizar os meios necessários ao financiamento do Estado, reduzindo os seus custos

Sr Presidente, Sr.^{as} e Srs Deputados O novo patamar das finanças públicas que vamos construir pressupõe, naturalmente, a intensificação das acções que, do lado da receita fiscal, concretizem o pacto de justiça fiscal, o qual, Sr Deputado Francisco Louçã, já hoje aqui foi definido pelo Sr Primeiro-Ministro

Neste sentido, quero referir novas acções a desenvolver nos próximos meses e reafirmar os compromissos que aqui assumi no debate de 22 de Dezembro do ano passado

No domínio das acções, saliento o arranque efectivo do funcionamento da Administração Geral Tributária (até ao fim deste semestre), a completa integração da rede informática dos impostos e das alfândegas, a unificação, já feita, dos cadastros dos impostos sobre o rendimento e a despesa, em direcção a um cadastro único, e a criação, a muito curto prazo, de um regime geral das infracções tributárias

No domínio das orientações para o aprofundamento da reforma fiscal e para a unificação de códigos sobre o rendimento, saliento como linhas de orientação, quanto ao IRS, a eliminação gradual de diversos benefícios fiscais, a redução gradual do número de taxas liberatórias e a aproximação das taxas, nos casos em que tal se justifique, a criação de condições para que todos os rendimentos, mesmo os sujeitos a taxas liberatórias, venham a ser integrados na declaração anual, o alargamento da tributação das remunerações acessórias aos casos ainda não efectivamente tributados, a redefinição dos abatimentos e deduções a conceder, e, também, a equiparação, para efeitos de tribu-

tação, dos rendimentos de trabalho independente e dos comerciantes em nome individual e empresas

No que respeita ao IRC, para além da criação do regime de tributação simplificado, que este Orçamento já consagra, desenvolveremos como prioridades a definição de critérios para a contabilização de preços de transferência, matéria que permite uma elevada evasão fiscal, a definição de critérios para a determinação das mais-valias de títulos nas vendas intragrupo económicos, a definição de critérios de tributação de novos produtos financeiros, uma vez que algumas das soluções actualmente em vigor levam a deferimentos das receitas sem qualquer vantagem para a sociedade

No domínio da tributação sobre o património, dá-se, neste Orçamento, um primeiro sinal que conduzirá, num prazo breve, seguramente, antes do final da Legislatura, à eliminação do imposto sucessório. Prosseguiremos os trabalhos para a reformulação da contribuição autárquica, conjugadamente com a eliminação da sisa, nos exactos termos e compromissos definidos no Programa do Governo

Finalmente — e reafirmo o que disse em 22 de Dezembro —, faremos, até ao próximo mês de Outubro (e apresentá-la-emos nesta Assembleia), a calendarização das acções que concretizam estas orientações no domínio da reforma fiscal, fazendo um cronograma dessas acções e reformas para os três anos finais da Legislatura, ou seja, para 2001, 2002 e 2003

Sr Presidente, Sr.^{as} e Srs Deputados Estes são a qualificação, os compromissos e os instrumentos para a criação de um novo patamar de consolidação das finanças públicas. Este é o caminho certo e seguro para que os Orçamentos até ao final da Legislatura sejam, como é o Orçamento do Estado para 2000, um Orçamento de rigor macroeconómico, de justiça fiscal e social e de competitividade das empresas e da economia portuguesa

Applausos do PS

O Sr Presidente — Inscreram-se, para pedir esclarecimentos ao Sr Ministro das Finanças e da Economia, os Srs Deputados António Pires de Lima, Rui Rio, Octávio Teixeira e Maria Celeste Cardona

Tem a palavra o Sr Deputado António Pires de Lima

O Sr António Pires de Lima (CDS-PP) — Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Srs Deputados, o tempo é implacável com o CDS-PP, pelo menos na Assembleia da República, e, por isso, vou procurar ser breve resumindo as três questões que tinha para colocar ao Sr. Ministro das Finanças e da Economia

A primeira tem a ver com o rigor e com a fiabilidade do Orçamento de que o Sr Ministro se acaba de apresentar como principal responsável

São conhecidas as profundas discordâncias do nosso grupo parlamentar relativamente ao rigor e à forma de contabilização do défice do sector público administrativo de 1998 e de 1999. Aliás, ainda há pouco tempo, votámos contra o Orçamento rectificativo, por considerarmos que não era séria a proposta de Orçamento que se fazia

De acordo com as nossas contas, o défice do sector público administrativo de 1999 ultrapassa os 600 milhões de contos, pelo que o número de 240 milhões de contos apresentado no relatório geral do Orçamento é uma pura ficção

O Sr. Ministro prometeu-nos um «virar de página» na discussão do Orçamento rectificativo e fala agora muito de transição, pelo que temos, apesar de tudo, alguma esperança de que, com este Orçamento, novas práticas sejam postas em funcionamento

Assim, coloco-lhe a seguinte questão nos últimos tempos, a causa grave da falta de rigor e das derrapagens orçamentais está na derrapagem da despesa da saúde. É certo que temos agora no Governo socialista uma nova Ministra da Saúde decidida a pôr cobro a todas as derrapagens da sua antecessora. Mas a Sr^a Ministra pode chamar-se Arcanjo, mas não consta que faça milagres

Risos do CDS-PP

e nós temos as maiores dúvidas de que aquilo que foi uma desordem pública nos últimos quatro anos seja posto em ordem e em disciplina no prazo de, apenas, um ano!

Por isso, Sr Ministro, pergunto, em primeiro lugar, se está em condições de assegurar a este Parlamento e ao nosso grupo parlamentar que no ano 2000, com este Orçamento que está a apresentar, não vai haver, outra vez, o episódio, a cena lamentável de apresentar um Orçamento rectificativo no final do ano e, segundo lugar, se houver alguma derrapagem que diga respeito a despesas de saúde de 1999 ou, até, de 2000, como é que propõe tratá-las? Vai levá-las, outra vez, a dívida e continuar com este procedimento ilegal de desorçamentação ou rectificará os défices de 1999 e de 2000?

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Uma segunda questão que refiro — é um tema recorrente, hoje, nas perguntas e nas intervenções do meu grupo parlamentar — tem a ver com as privatizações. Nós tínhamos questionado o Sr Ministro da Economia e das Finanças, na altura da apresentação do Programa do Governo, para o plano de privatizações e, nessa altura, fomos remetidos, pelo Sr Ministro, para a apresentação do Orçamento, dizendo-nos que ia apresentar um plano biénal de privatizações, como parte integrante do Orçamento, o que poderia ter alguma lógica. Fomos informados, há poucos dias, que este plano vai ser apresentado no mês de Abril. De todas as formas, para nossa perplexidade, constatamos que há 500 milhões de receitas que estão inseridas neste Orçamento do Estado para 2000.

Assim, por razões de transparência, sentimo-nos no direito a ser informados sobre o seguinte: que empresas o Ministério da Economia e das Finanças se propõe vender este ano, ou seja, que empresas vão ser vendidas, por que montantes, de que forma e obedecendo a que estratégia?

E, relativamente aos 300 milhões de contos, que não estão afectados à amortização de dívida pública, gostaríamos de saber o que é que se propõe fazer o Governo com esses 300 milhões de contos, como é que vão ser aplicados. Já fizemos esta pergunta, hoje, duas vezes e esperamos que, à terceira, seja de vez.

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Exactamente!

O Orador — Finalmente,

O Sr Presidente — Sr Deputado, agradeço que, logo que possa, termine

O Orador — Vou terminar, Sr Presidente

Finalmente, coloco-lhe uma última pergunta, que também é recorrente, relativamente à competitividade da economia e das empresas portuguesas. Já foi, várias vezes, afirmado que, do ponto vista produtivo, há uma recessão naquilo que é o gasto, ou seja, o investimento do Estado nas actividades produtivas. Este retrocesso é de cerca de 20% em termos reais, se compararmos as verbas que estão alocadas neste Orçamento com as de 1995.

Paralelamente, verifica-se um crescente défice da balança comercial portuguesa que, em 1999, atingirá cerca de 3000 milhões de contos negativos *versus* 1,9, em 1997. Portanto, são 500 milhões de contos o valor em que o défice comercial se agrava todos os anos.

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador. — A taxa de cobertura aproxima-se dos 60% e, no caso de Espanha, atinge os 40%.

Ora, relativamente a esta taxa de cobertura com Espanha, nós queríamos saber se o Sr Ministro não está preocupado com os efeitos da absorção da economia espanhola na economia portuguesa e o que se propõe fazer para inverter a referida derrapagem do saldo da balança comercial para que possamos inverter esta situação.

Aplausos do CDS-PP

O Sr Presidente — Tem a palavra o Sr Ministro das Finanças e da Economia para responder, se quiser fazê-lo desde já.

O Sr Ministro das Finanças e da Economia — Sr. Presidente, respondo já.

O Sr Presidente — Todos os Srs Deputados que queiram usar tempo a mais, além do que estava no painel, podem fazê-lo, só que será descontado nos tempos de amanhã. É isso que tem estado a ser feito. O registo negativo será deduzido aos tempos de amanhã.

Tem a palavra o Sr Ministro

O Sr Ministro das Finanças e da Economia — Sr Presidente, Sr Deputado António Pires de Lima, muito obrigado pelas questões que colocou.

Em relação ao rigor das nossas contas sobre as finanças públicas, vou ser muito rápido e directo: além do escrutínio próprio que a Assembleia da República e a sociedade portuguesa fazem às contas públicas, estas, nomeadamente no que respeita à evolução do défice do sector público administrativo e dos seus principais componentes, são submetidas a um apertado escrutínio de supervisão multilateral por parte das instituições da União Europeia, tal como, aliás, em todos os países da própria União Europeia.

Assim, entendo que não tem razão nas observações que faz. Nós estamos plenamente conscientes da transparência e do rigor com que fazemos essa inscrição e, portanto, mantenho essa posição, que, aliás, já lhe tinha transmitido, salvo erro, quando do debate que tivemos na Comissão de Economia, Finanças e Plano a propósito do Orçamento rectificativo.

No que respeita às privatizações, comprometi-me aqui, quando do debate do Programa do Governo, a apresentar um programa plurianual de privatizações, tendo referido que o anterior governo do Engº António Guterres apresentou dois programas bianuais, talvez seja essa a

sua confusão, mas não me propus fazer esse exercício durante o Orçamento

Ora, o facto de não fazermos esse exercício durante o Orçamento tem várias explicações e uma delas diz respeito a uma questão que o Sr Deputado colocou, ou seja, a de saber ao serviço de que estratégia se fazem as privatizações que nos propomos desenvolver. Fazem-se, conforme tive oportunidade de dizer,

O Sr António Pires de Lima (CDS-PP) — Vai-me dizer o mesmo este ano?

O Orador — . ao serviço de um critério de maximização do encaixe financeiro e de, em geral, estar associada a essa estratégia uma visão de reorganização empresarial competitiva dos sectores ou das empresas

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — E os 500 milhões!

O Orador — Já vou aos 500 milhões! Esteja sossegado, Sr. Deputado! Esteja sossegado que já percebe!

Nesse quadro e também no painel de empresas que são suscetíveis de novas operações de privatização, há várias opções de estratégia empresarial competitiva, que estão a ser analisadas e que podem determinar uma ordenação das privatizações segundo um sentido ou outro

De qualquer forma — e essa responsabilidade posso assumi-la —, qualquer que seja o cenário de privatizações para o ano 2000 que venhamos a apresentar a esta Assembleia até ao mês de Abril, temos absolutamente por garantido e adquirido que essas privatizações atingirão a verba de 500 milhões de contos

E quanto àquilo que se inscreve no Orçamento, inscreve-se o valor mínimo a que a lei obriga no que respeita à redução da dívida, e esse facto tem a ver com o objectivo de segurança que temos em maximizar os encargos com a dívida pública na previsão orçamental. É uma questão de metodologia e de prudência e tem apenas esse sentido e esse significado

No que respeita à crítica que o Sr Deputado fez à diminuição do peso das funções económicas na despesa pública, fico perplexo com a sua observação, se é que a entendi bem. É que, do meu ponto de vista, no perfil da despesa pública, à medida e na medida em que o Estado vai — e bem — perdendo uma função de produtor e de regulamentador das actividades económicas, faz todo o sentido, e é bem que aconteça, a diminuição do peso das funções económicas no conjunto da despesa pública. Ora bem, é isso que está a acontecer e é isso que vai continuar a acontecer

E isso não tem a ver com a outra questão que o Sr Deputado colocou, e que o Deputado Francisco Louçã também já tinha colocado, sobre a evolução dos nossos défices externos. Em primeiro lugar, quero sublinhar que esses défices — e não vou fugir à vossa questão — assumem hoje, no contexto do novo regime económico em que vivemos, um significado microeconómico e não macroeconómico; em segundo lugar, é evidente que a existência desse défice se explica, por um lado, por um crescimento, do meu ponto de vista, excessivo do consumo privado, que se tem verificado ao longo dos últimos anos, e, por outro, por uma insuficiente capacidade de resposta da oferta agregada nacional, isto é, das empresas portuguesas no que respeita a essa crescente capacidade de consumo por parte dos portugueses

O Sr. Presidente — Agradeço que termine, Sr Ministro

O Orador — Quer isto dizer que a política económica que aqui anunciei, visando, nomeadamente, estimular as exportações e o investimento, portanto, aumentar a capacidade da oferta agregada da nossa economia e induzir um comportamento para o consumo privado menos expansista do que nos últimos anos, é a resposta macroeconómica possível para esse problema microeconómico

Do ponto de vista microeconómico, as famílias e o sector financeiro que se endividou para financiar as famílias, através do crédito, têm de fazer as suas opções racionais, incluindo nessas opções racionais normas prudenciais

O Sr Presidente — Agradeço que termine, Sr Ministro

O Orador — Sr Presidente, peço desculpa. Já terminei as respostas

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Sr Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa

O Sr Presidente — Tem a palavra, Sr Deputado

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Sr Presidente, a bancada do CDS-PP gostava de, na pessoa de V Ex^a, perguntar à Câmara se acha correcto este procedimento do Governo no debate do Orçamento, que é o momento fundamental de escrutinar e de fiscalizar as opções do Governo, em que três vezes perguntado sobre uma verba inscrita no Orçamento do Estado relativa a privatizações, o que significa venda de bens do património público no valor de 500 milhões de contos, não deu a mínima resposta. E foi-lhe perguntado três vezes!

Qual é o critério que está subjacente a este número? Porquê 500 milhões contos e não 600, 700 ou 800 milhões de contos? Quais são os bens que vão ser privatizados? Porque é fundamental que a Câmara disso seja elucidada

O Sr Presidente — Muito obrigado, Sr Deputado. O Sr Ministro já pediu a palavra para prestar esclarecimentos

Tem a palavra, Sr Ministro

O Sr Ministro das Finanças e da Economia — Sr Presidente, Sr Deputado Basílio Horta, peço desculpa de não lhe dar a resposta que, provavelmente, o Deputado Basílio Horta e a bancada do PSD queriam ouvir, mas lá que dei uma resposta isso dei, e essa resposta, do meu ponto de vista, responde exactamente à questão colocada e representa o nosso estado da arte neste momento

Risos

O Sr Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Rui Rio

O Sr Rui Rio (PSD) — Sr Presidente, Sr Ministro das Finanças, tenho a impressão de que V Ex^a não leu a ordem de trabalhos. Veio para aqui e não leu a ordem de trabalhos. Porque sobre o Orçamento do Estado do ano 2000 ouvimos praticamente nada. V Ex^a veio aqui falar do futuro e, eventualmente, poderá estar desculpado se lá no Ministério se enganaram e fizeram um *print* do discurso errado, que é aquele que deveria ler aqui em Outubro.

Mas comprehende-se! Compreende-se, porque as características deste Orçamento de falta de rigor e de falta de contenção na despesa explicam que o Governo, a começar

pelo Ministro das Finanças, «fuga a sete pés» para não falar dele 10,8% de crescimento da despesa total!

Direi um número, que também é importante que se comece a ouvir desde que o PS chegou ao Governo, a despesa pública total aumentou 44%, porque a despesa corrente, os gastos correntes, aumentam este ano 11% e, desde que o PS é Governo, aumentaram 58,8% Só o Serviço Nacional de Saúde mais 60%

A pergunta que todos temos de fazer é esta alguma coisa está melhor por via desse crescimento da despesa corrente? Não está! Seguramente, é esta a resposta, Sr Ministro

O Sr José Magalhães (PS) — Nada?

O Orador — Mas, Sr Ministro, há aqui algo muito curioso

O Sr José Magalhães (PS) — Espantoso!

O Orador — O Governo está a negociar os aumentos salariais da função pública e prepara-se para dar aumentos na ordem dos 2,5% Portanto, diz o Governo aos funcionários públicos que, para o ano, a sua despesa pode crescer 2,5%, mas, entretanto, aumenta-se a si próprio 11%. e esses 11% de aumento são pagos com os impostos daqueles a quem só aumenta 2,5%!

Sr Ministro, que legitimidade moral tem o Governo para dizer aos portugueses que os aumentos de despesa das famílias só podem ser 2,5% mas, para ele, pode ser 11% o aumento dos gastos?

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador — E, Sr Ministro das Finanças, o pior é que o pouco investimento que faz, para lá dos 11%, nem sequer paga o grosso do investimento — inventa portagens virtuais, inventa *leasing*s, inventa engenharias financeiras, oculta a dívida, empenha as gerações futuras e não paga com impostos, o que é curioso! Para quem ouve o discurso do Governo parece que o IRS não vai subir! Vai aumentar, por exemplo, a tributação dos subsídios de refeição — mas o IRS não vai subir! Vai passar a tributar os juros bonificados nos empréstimos — mas o IRS não vai subir! Vai passar a tributar as acções que os quadros detêm nas empresas onde trabalham — mas o IRS não vai subir! Vai passar a tributar a utilização de viaturas — mas o IRS não vai subir! Vai passar a tributar em dobro os dividendos das poupanças dos portugueses que conseguem aforrar alguma coisa — mas o IRS não vai subir! A receita fiscal vai subir 9,7% e mais um número 55% de aumento da receita fiscal desde que o PS é Governo! Quem pagou estes impostos? Os chineses? Os franceses? Os espanhóis? Quem pagou estes impostos foram, naturalmente, os portugueses, Sr Ministro das Finanças!

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador — É por isto que este Orçamento do Estado é mau! E quando eu digo que este Orçamento do Estado é mau não sou sequer original! Porque a primeira pessoa que entrou neste Parlamento a dizer que o Orçamento era mau, foi o Sr Ministro das Finanças — disse-o na conferência de imprensa de apresentação e disse-o na Comissão de Economia, Finanças e Plano Começou logo

por dizer que este Orçamento do Estado é mau, que não é o que queria e que é despesista!

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Fugiu-lhe a boca para a verdade!

O Orador — E é despesista por uma razão em três meses, não foi possível emendar os erros vindos de trás — como se o governo anterior não fosse do PS, como se o governo anterior não fosse liderado pelo Engº Guterres, como se o Ministro Pina Moura não tivesse feito parte do anterior governo!

Sr Ministro das Finanças, o anterior Ministro das Finanças foi mau — foi, sim, senhor! Nós dissemos aqui várias vezes que o anterior Ministro das Finanças era mau e que fazia orçamentos despesistas, mas o Sr Ministro Pina Moura não tem legitimidade para criticar o anterior Ministro das Finanças de despesismo quando a despesa pública cresceu a 6,8% ao ano com o anterior Ministro e, só neste seu primeiro Orçamento, cresce, logo num ano, 10,8%! O Sr Ministro Pina Moura não tem legitimidade moral para criticar o anterior Ministro das Finanças. Nós podemos ter porque criticámos diversas vezes, mas o senhor não tem!

Não resisto a fazer-lhe uma pergunta, e vai responder — ou melhor, se calhar, não vai! Mas eu não resisto a fazer a pergunta o que é que, na sua óptica, a anterior equipa das Finanças fez tão mal que não é emendável em 90 dias?

Aplausos do PSD

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Ministro das Finanças e da Economia

O Sr Ministro das Finanças e da Economia — Sr Presidente, o Sr Deputado Rui Rio disse uma série de verdades, e digo isto porque pôs na minha boca coisas que eu nunca disse

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Esse ponto é muito importante

Sr Deputado Rui Rio, agradeço que fale de si próprio, que assuma as responsabilidades das suas afirmações e não use a técnica justificatória de pôr na minha boca afirmações que eu não fiz

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Segunda questão o Sr Deputado Rui Rio critica-me pelo facto de eu ter aqui apresentado em primeira mão à Assembleia da República o Programa de Estabilidade e Convergência da República Portuguesa que amanhã vai ser apresentado à Comissão Europeia e de eu ter explicitado a visão de política económica para o conjunto da legislatura que lhe está subjacente! Então, não é o Sr Deputado Rui Rio e o seu partido que, muitas vezes, acusam o Governo e o Partido Socialista de fazer navegação à vista, de não ter uma estratégia e uma visão de longo prazo? Não é o Sr Deputado Rui Rio que faz essa crítica? Então, em que é que ficamos? E em que é que ficamos quanto ao desafio, aliás, legítimo, que a Srª Deputada Manuela Ferreira Leite, na sua intervenção desta manhã, me fez e fez ao Governo para explicitar as razões por que falávamos num orçamento de transição, perguntando se

isso era ou não uma ruptura com a política de consolidação das finanças públicas do governo anterior e do anterior Ministro das Finanças?

Sr Deputado Rui Rio, creio que fui absolutamente claro e, se o não fui, foi-o o Sr Primeiro-Ministro na exploração do facto pelo qual a despesa pública, no total, e a despesa pública corrente em particular, cresceu – a razão de fundo pela qual cresceu na última legislatura e no primeiro ano desta legislatura na dimensão em que cresceu. A verdade é que este Governo e esta maioria, na nossa maneira de ver o desenvolvimento da sociedade portuguesa, recebeu um país claramente subdotado em infra-estruturas físicas, em infra-estruturas sociais e em apostas na formação dos nossos jovens e dos nossos recursos humanos.

E, Sr Deputado Rui Rio, faço esta crítica com a legitimidade moral de não vir para aqui discutir política económica, nomeadamente o processo de consolidação das finanças públicas, como se fizesse uma discussão de futebol, travada no café. Eu tive o cuidado de, na intervenção que fiz, sublinhar o papel que o governo do Prof Cavaco Silva teve no início do processo de consolidação das finanças públicas portuguesas depois da adesão de Portugal, por decisão do governo do Prof Cavaco Silva, ao mecanismo de taxas de câmbio do Sistema Monetário Europeu.

Portanto, não queira arrastar-me para um tipo de discussão de café, ao pior estilo futebolístico, sobre quem faz o quê e quem é responsável pelo que quer que seja.

Sr. Deputado Rui Rio, tenho toda a legitimidade moral para falar de Orçamento de transição, porque o meu discurso, nesta matéria, segundo creio, está claro, ao mesmo tempo que digo que essa transição resulta do facto de estarmos num enquadramento diferente e de termos sido capazes de resolver, nestes quatro anos, aquilo que a quantidade podia resolver, em termos de avanço da despesa pública. Agora, trata-se de qualificar melhor a despesa pública, mesmo aquela que é destinada a fins sociais. Tenho toda a legitimidade para o fazer, e isto não envolve qualquer crítica ao Professor Sousa Franco ou à anterior equipa do Ministério das Finanças, com quem sou inteiramente solidário pela política e pelos actos de política executados, nomeadamente pelo canunho muito bem sucedido que foi capaz de desenvolver para a plena integração de Portugal na união económica e monetária.

Aliás, Sr Deputado Rui Rio, fique sabendo e tome nota do seguinte: nunca me ouvirá, a mim, por respeito que o Estado português me merece, criticar ou ser deselegante para com qualquer colega meu que me antecedeu, seja deste Governo, seja de outro Governo, incluindo do Governo do partido a que V Ex^a pertence.

Aplausos do PS

O Sr Rui Rio (PSD) — Sr Presidente, peço a palavra?

O Sr Presidente — Para que efeito, Sr Deputado?

O Sr. Rui Rio (PSD) — Sr Presidente, para exercer o direito regimental da defesa da consideração da bancada

Protestos do PS

O Sr. Presidente — Sr Deputado, peço-lhe imensa desculpa, e não deixarei de dar-lhe a palavra para esse efeito, mas, antes, quero fazer uma ligeira consideração

É a segunda vez, hoje, que o Sr Deputado invoca a figura regimental de defesa da honra e, embora não me vá substituir à sua sensibilidade moral, devo dizer-lhe que a minha honra não é tão «sensível» quanto a sua. Isso, tenho-o por assente! A minha honra é mais... Como hei-de dizer? A minha honra é mais «redonda», menos «sensível», mais «insensível», se quiser, mas há uma coisa que lhe digo o Sr Deputado, em minha convicção, não foi ofendido, nem da primeira nem da segunda vez.

Evidentemente, deturpar a figura regimental de defesa da honra para dizer aquilo que é preciso dizer, a pretexto de quaisquer outras razões, são os próprios Srs Deputados que, de vez em quando, o fazem e que me criticam. Não podem criticar-me por eu ser demasiado tolerante e, depois, quererem que eu o seja exactamente a propósito das mesmas situações.

Portanto, Sr Deputado, vou dar-lhe a palavra mas, desculpe, tinha de lhe dizer isto.

Faça favor, Sr Deputado

O Sr Rui Rio (PSD) — Sr Presidente, desde que sou Deputado, e sou-o há oito anos, é a segunda vez que uso esta figura regimental. As únicas duas vezes que pedi a palavra para defender a honra sucederam exactamente hoje. Olhe que nunca pedi a palavra para esse efeito! Além do mais, há pouco, quando usei da palavra para este fim, fui muito rápido, e agora vou ser rápido também, por respeito, inclusive, a V Ex^a.

O Sr Presidente — Sr Deputado, então, o erro está na acumulação

Risos

Desculpe, não me leve a mal, Sr Deputado
Faça o favor de prosseguir

O Orador — Sr Presidente, o Sr Ministro das Finanças disse que tratei esta questão com uma conversa de café

O Sr Nuno Baltazar Mendes (PS) — E é verdade!

O Orador — e parece-me que, no Parlamento, não se deve ter o mesmo estilo que se tem no café ou no restaurante

Sr Presidente, muito rapidamente, quero dizer o seguinte: o Sr Ministro das Finanças pode estar arrependido do que disse, mas o Sr Ministro das Finanças disse-o. Neste momento, tenho dificuldade em provar que o disse na conferência de imprensa de apresentação do Orçamento, mas não tenho dificuldade em provar que o disse na Comissão de Economia, Finanças e Plano, porque eu estava presente, onde começou por dizer que este não é o Orçamento que queria, que a despesa está para lá do que gostaria, mas que, em três meses, não o conseguiu emendar. Isto, Sr Ministro das Finanças, é verdade, no café, na Assembleia ou no restaurante! É verdade!

Vozes do PSD — Muito bem!

O Sr Presidente — Para dar explicações, se assim o entender, tem a palavra o Sr Ministro das Finanças e da Economia

O Sr Ministro das Finanças e da Economia — Sr Presidente, Sr Deputado Rui Rio, isso é muito diferente

daquilo que o Sr. Deputado, há pouco, disse que eu tinha dito. Eu disse isso, evidentemente, e reafirmo-o. No entanto, expliquei que, em três meses, tivemos oportunidade e possibilidade de controlar, de forma rigorosa, a evolução da despesa corrente no subsector Estado e especificuei-a no que respeita à aquisição de bens e serviços e à evolução da despesa com pessoal. E isto está provado nas taxas de crescimento que o Sr. Primeiro-Ministro aqui citou, esta manhã.

Mas também atribuí esse facto à impossibilidade física que tivemos de trabalhar a sério e em profundidade no controlo de outros ramos do sector público administrativo, nomeadamente dos fundos e serviços autónomos.

O Sr Luís Marques Guedes (PSD). — Está tudo descontrolado!

O Orador — que, conforme o Sr. Deputado ouviu, na minha intervenção, são um dos alvos principais da nossa acção de elaboração do Orçamento de base zero para o ano 2001

Portanto, Sr Deputado, creio que, ao dar o seu esclarecimento, ficou claro em como tinha, digamos, passado um pouco a fronteira da verdade quando fez a primeira afirmação.

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP). — Sr Presidente, Sr Ministro das Finanças e da Economia, ainda não percebi bem, mas tenho esperança de vir a perceber, por que é que, hoje, o PSD está com tanto interesse em demonstrar que a responsabilidade deste Orçamento está nos malefícios do anterior Ministro das Finanças. Há aí qualquer coisa que ainda não consegui perceber, mas iremos, certamente, perceber-la daqui a mais uns tempos.

Para além disso, o Sr Ministro, possivelmente, ainda não conhece bem o Sr Deputado Rui Rio, mas o Sr Deputado Rui Rio é, de facto, um descrente e, ainda por cima, um mal-agradecido.

Risos do PS

O Sr Deputado Rui Rio disse: «Então, o Sr Ministro das Finanças não fala sobre o Orçamento que estamos aqui a discutir?» De facto, há pouco, o Sr Primeiro-Ministro falou sobre a Legislatura anterior, agora, o Ministro das Finanças fala sobre os anos futuros. O Sr. Deputado Rui Rio é descrente, porque pensa que ninguém vai falar do Orçamento Não!. . Tenho a certeza absoluta de que algum membro do Governo ainda vai falar, neste debate, sobre este Orçamento. Possivelmente, a Sr^a Ministra do Planeamento falará sobre o Orçamento! Talvez o Sr Ministro do Trabalho e da Solidariedade ou o Sr Ministro da Ciência e da Tecnologia falem sobre o Orçamento!

Por isso, Sr. Deputado Rui Rio, não seja tão descrente! Aguarde até ao fim para ver se alguém fala sobre o Orçamento do Estado para 2000. Certamente, algum membro do Governo irá falar sobre ele!

O Sr. Deputado Rui Rio é um mal-agradecido!

Sr Deputado Rui Rio, então, por mera sorte nossa, miseros Deputados, tínhamos hoje uma sessão plenária, que, por acaso, era para discutir o Orçamento mas podia

ser para discutir o que quer que fosse, e, como tínhamos esta sessão plenária, o Sr Ministro fez o grande favor de vir aqui anunciar o novo Programa de Estabilidade e Crescimento que vai entregar, amanhã, em Bruxelas. Se não tivéssemos Plenário hoje, não ficaríamos a saber nada!

Portanto, Sr. Deputado Rui Rio, não seja mal-agradecido, porque, assim, ainda fica a saber alguma coisa!

Risos do PCP

O Sr José Magalhães (PS) — Isso é que é ingratidão!

O Orador — Depois, o Sr Ministro falou sobre o futuro e é evidente que, falando sobre o futuro, apresentou aqui um conjunto de compromissos — não sei se o serão ou não, mas, depois, veremos, pois é preciso analisá-los mais em pormenor. De todo o modo, há duas ou três coisas que se destacam:

A determinada altura, o Sr Ministro diz — e já tive oportunidade de confirmar que isto está escrito — que vão retomar o processo de privatizações. Ora, a minha grande dúvida reside em saber se alguma vez o suspenderam, porque eu não tinha dado por isso.

Risos do PCP

Quando é que suspenderam o processo de privatização para que agora o possam retomar?

Depois, o Sr Ministro faz aquilo que, do meu ponto de vista, é uma ameaça — pelo menos, interpreto-o assim, o que não quer dizer que V Ex^a o tenha colocado assim —, que é dizer «Bem, isto dos serviços públicos vai ‘falar pianinho’! Isto agora vai passar por uma análise de custo-benefício e se o benefício não for superior ao custo, pura e simplesmente, eliminamos!». O problema é que são apenas VV Ex^{as} que vão fazer a tal análise de custo-benefício e, aqui, tenho muito receio — daí falar em ameaça — de que venhamos a ter num futuro próximo a eliminação de vários serviços públicos não porque os benefícios sejam inferiores aos custos mas porque VV Ex^{as} dirão que os benefícios são inferiores aos custos.

Há ainda a parte daquilo a que poderíamos chamar reforma fiscal, ou seja, o conjunto de normas que aqui vêm explicitadas, algumas relativas ao domínio do IRS e outras ao domínio do IRC. Sobre isto, gostaria de colocar apenas duas questões:

No domínio das orientações que servem de fundamento à reforma fiscal, V Ex^a, cuidadosamente, não inclui neste texto qualquer compromisso — e ponho compromisso entre aspas — ou referência à hipótese de vir a reduzir a carga fiscal no IRS. As medidas que prevê estão aqui, mas essa, cuidadosamente, foi esquecida.

V Ex^a fala muito em gradualismo. Fala em eliminação gradual, redução gradual, etc. Veremos que gradualismo será esse, Sr Ministro, porque, se o gradualismo for idêntico àquele que apresenta no Orçamento para este ano para os dividendos das ações cotadas nas bolsas, significa a eliminação do benefício num prazo de quatro anos. A partir de segunda-feira, segundo parece, passa a ser apenas três anos, mas, mesmo assim, penso que um triénio é excessivo. De qualquer modo, veremos mais tarde essa questão do gradualismo.

Em relação ao IRC, também por mero acaso, V Ex^a, nas linhas principais que aqui avança, nada diz sobre um problema em relação ao qual o próprio Governo e o Sr Primeiro-Ministro em particular, a determinada altura, disse-

ram «De facto, isto não pode ser!», que é a forma como estão a ser tributadas ou como não estão a ser tributadas as instituições bancárias Sobre isto, aqui, há «zero»! Absolutamente «zero»!

Para terminar, Sr Ministro, quero dizer que, ainda que V Ex.^a não tenha falado do Orçamento – e eu espero que alguém do Governo ainda o venha a fazer –, tem aqui um conjunto de medidas que diz ir apresentar aos Deputados até Outubro

O Sr Presidente — Sr Deputado, peço-lhe que termine, pois já ultrapassou o tempo regimental

O Orador: — Terminei já, Sr Presidente

Ora, a questão clara e concreta que quero colocar é a seguinte o Sr Ministro vem apresentar-nos estas propostas até Outubro para terem efeito já no Orçamento do Estado para 2001 ou apenas para terem um efeito hipotético no Orçamento para 2002?

Vozes do PCP — Muito bem!

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças e da Economia

O Sr Ministro das Finanças e da Economia — Sr Presidente, Sr Deputado Octávio Teixeira, talvez a frase sobre as privatizações esteja redigida com menor rigor, pelo que proponho que se substitua essa frase por «() um novo impulso para o processo de privatizações».

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Ah! Mais forte e acelerado!

O Orador — No que respeita à carga fiscal do IRS, Sr Deputado, aproveito para lhe dar um esclarecimento e uma resposta a questões que tem levantado insistentemente ao longo do debate

É bom não esquecer que a repercussão do desagravamento fiscal sobre as famílias mais pobres, resultante da transformação das deduções ao rendimento em deduções à colecta, se fará sentir, pela primeira vez, neste ano fiscal

O Sr José Magalhães (PS) — Bem observado!

O Orador — É muito importante o Sr Deputado Octávio Teixeira não se esquecer disto quando faz as suas contas e as suas simulações sobre qual vai ser, este ano, a «fotografia» da tributação.

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — É clarinho!

O Orador — Não, não é clarinho! Melhor, é clarinho em como não é como o Sr Deputado Octávio Teixeira diz! Isso é clarinho!

Risos do PS

Sr Deputado, quando eu falo em apresentar, até Outubro, um cronograma de acções, é evidentemente que, das acções que eu apresentar para 2001, aquelas que necessitam de inscrição orçamental para 2001 já serão inscritas no Orçamento do Estado para 2001 Contudo, conforme temos muitas vezes debatido aqui no Plenário e na Comissão de Economia, Finanças e Plano, a maior parte das medidas da reforma fiscal não podem nem devem ter como expressão

concreta o diploma orçamental, devem situar-se a jusante e a montante desses mesmos diplomas

Creio, portanto, que está absolutamente claro, se o Sr Deputado Octávio Teixeira quiser fazer um esforço de objectividade, que as orientações com que hoje me comprometi, nomeadamente no que respeita às reformas a introduzir nos impostos sobre o rendimento, são bastante mais concretas e afirmativas do que aquelas com que me comprometi no dia 22 de Dezembro, quando aqui estive, e muito mais concretas e desenvolvidas do que aquelas com que me comprometi no debate do Programa do Governo, o que mostra que a tal comissão ou grupo de trabalho que faz a síntese das sínteses já está a produzir trabalho

O Sr José Magalhães (PS) — Muito bem!

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Carlos Zorrinho

O Sr Carlos Zorrinho (PS) — Sr Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs Deputados. A apreciação do Orçamento do Estado para 2000 tem vindo a suscitar na sociedade portuguesa, mais do que neste Parlamento, uma saudável polémica e um estimulante contraponto nas diferentes perspectivas em que tem sido analisado

O Sr Ministro das Finanças e da Economia classificou-o, o que já foi hoje, aqui, muito glosado, como um Orçamento de transição Uma transição, como ficou demonstrado, para níveis acrescidos de equidade e sustentabilidade social, mas também, importa sublinhar, uma transição para a modernidade nas formas de conceber o papel regulador do Estado neste alvor do novo milénio

O ênfase na dissecação aprofundada dos indicadores agregados de cariz macroeconómico tornou-se uma rotina na análise orçamental A pertinência do respeito absoluto por essa rotina está hoje, no entanto, seriamente prejudicada pela globalização das economias e pela convergência nominal que suporta a implantação da União Económica e Monetária

Neste novo quadro conceptual, que muitos, deslumbrados com a esgrima política em que se especializaram, temem em não ver, ganha uma particular importância a análise qualitativa das opções estratégicas que enformam o Orçamento e a verificação da sua coerência com o modelo de afirmação competitiva de Portugal nos novos territórios globais onde se travam, hoje, as batalhas económicas

O Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social para o ciclo 2000/2006, de que este Orçamento é a primeira peça de concretização, desenvolve-se sobre dois pilares estratégicos a afirmação de Portugal como plataforma atlântica e a aposta na sociedade da informação e na economia do conhecimento

Estes dois pilares, que radicam no mais fundo da nossa tradição histórica, como povo de descobridores, com uma identidade de partilha, uma cultura de troca e uma fortíssima capacidade de adaptação e aceitação da diferença, encontram o seu reflexo nas prioridades e opções do Orçamento que estamos a apreciar

A Sr^a Maria Celeste Correia (PS) — Muito bem!

O Orador — Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Srs Deputados, aos governos do Partido Socialista coube a tarefa de modernizar Portugal, construindo grande parte do «betão» esboçado no ciclo anterior e dando-lhe um novo impulso e um novo sentido estratégico

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Será também aos governos do PS que caberá a missão fundamental de garantir a inserção do País, em condições de absoluta competitividade, nas auto-estradas da informação e nas redes de conhecimento, sobre as quais se estruturam cada vez mais a nova economia e a sociedade emergente.

O documento da presidência portuguesa da União Europeia sobre «Emprego, Reformas Económicas e Coesão Social — para uma Europa da inovação e do conhecimento» postula que a inovação e o conhecimento estão a tornar-se cada vez mais na fonte decisiva de riqueza e, também, na principal fonte de diferença entre nações, empresas e pessoas.

Surgem assim, é preciso dizê-lo, novas oportunidades para redefinir a competitividade europeia e criar novos empregos. Surgem, também, novos riscos de alienação individual e de exclusão social, que o modelo social europeu tem de saber prevenir e enfrentar.

O Sr José Magalhães (PS) — Muito bem!

O Orador — Foi Portugal a colocar a empregabilidade como uma das primeiras prioridades da agenda europeia, será também Portugal, na concretização de uma estratégia afirmativa no seio da União, a traduzir a percepção dos novos sinais, num debate alargado a ocorrer na Cimeira Extraordinária de Março, sobre os novos desafios que a globalização, a Sociedade da Informação e a economia baseada no conhecimento colocam à sustentabilidade do modelo social europeu.

O Sr. Manuel dos Santos (PS) — Muito bem!

O Orador. — Este é um debate necessário e indispensável. Um debate realizado à luz do pressuposto de que o modelo social europeu é um património inalienável da identidade colectiva do nosso espaço comum e que, como tal, se deve adaptar aos novos contextos, consolidando em simultâneo os valores que o enformam e recusando qualquer tentativa de diluição na amálgama da ditadura dos mercados.

Aplausos do PS

Aquilo que é verdade para a Europa entendida como um todo, é particularmente, Srs Deputados, relevante para Portugal, país geograficamente periférico à escala europeia, mas também um dos que mais pode beneficiar das novas centralidades que decorrem da economia virtual e da globalização do comércio.

As Grandes Opções do Plano e o Orçamento do Estado para 2000 não ignoram mas, antes, dão particular ênfase às novas oportunidades e às novas ameaças que emergem da Sociedade da Informação. Neles se combinam, de forma criativa, medidas voluntaristas de difusão dos novos saberes e das novas tecnologias com a concretização de uma nova geração de políticas sociais capazes de minorar os riscos de exclusão e de promover a equidade no acesso aos novos factores competitivos e de realização individual.

Não podendo, no tempo disponível para esta intervenção, enunciar exaustivamente as medidas importantes previstas nas Grandes Opções do Plano para difundir com equidade a Sociedade da Informação e promover a inova-

ção, permito-me, no entanto, sublinhar aquelas que, pelo seu simbolismo e carácter transversal, melhor ilustram a aposta de ousadia e modernidade.

Assim, temos a extensão a todas as escolas e agrupamentos de escolas do 1º ciclo do ensino básico, assim como a todas as associações culturais e científicas, do acesso gratuito à Rede Ciência, Tecnologia e Sociedade, o estímulo à oferta de produtos adequados ao mercado familiar, de forma a multiplicar por quatro o número de computadores nos lares portugueses, a criação de espaços públicos de acesso à Internet.

Permitam-me uma pequena nota hoje, discutiu-se aqui ideologicamente este Orçamento, é também aqui que, ideologicamente, se marcam os novos territórios da esquerda.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Continuando a ilustrar a aposta de ousadia e modernidade, temos o estímulo à expansão da indústria multimédia digital e à multiplicação de conteúdos portugueses na Internet, a criação de condições para que as tecnologias e os sistemas de informação e comunicação sejam um forte indutor da modernização da Administração Pública, melhorando o contacto entre os serviços e os utentes, racionalizando a oferta de serviços, promovendo o comércio electrónico nas transações do Estado e disponibilizando na rede toda a informação produzida por entidades públicas, a extensão, no âmbito do Programa Portugal Digital, do conceito de cidades e regiões digitais a todo o espaço nacional, visando a melhoria das condições de vida urbana, o combate à exclusão, o combate à interioridade e a criação de territórios competitivos e, sobretudo, de territórios virtuais livres de assimetrias.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — o lançamento e execução do Plano Nacional das Auto-Estradas da Informação, estimulando a oferta, a interconexão, o uso e a regulação de redes de banda larga, a criação de um processo nacional de formação e certificação de competências básicas em tecnologias da informação.

As medidas exemplificativas enunciadas têm no Ministério da Ciéncia e Tecnologia o principal pivot de dinamização — amanhã, mesmo, o Sr Ministro detalhará estas medidas —, mas pela sua própria natureza sistémica e transversal, têm impacte em praticamente todas as áreas da governação, criando também oportunidades de racionalização e optimização em sectores cruciais, como a saúde, a justiça, a educação ou o emprego.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — É também à luz deste processo de transformação que devem ser analisadas as diversas rubricas orçamentais e aferido o seu processo de execução, libertando o exercício orçamental de um determinismo incrementalista incompatível com os novos parâmetros em que a economia portuguesa tem de acomodar-se.

A Srª Maria Celeste Correia (PS) — Muito bem!

O Orador — Há pouco, o Sr Ministro da Economia anunciou-nos que, do ponto de vista financeiro, o próximo Orçamento será de base zero, que terá em conta es-

tas novas oportunidades na perspectiva da operacionalidade e da produtividade das políticas

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Sr. Presidente, Srs Membros do Governo, Srs Deputados O novo quadro de análise orçamental recomenda uma maior atenção aos aspectos qualitativos do que à simples análise quantitativa

A estrutura tradicional de elaboração dos orçamentos não permite, contudo, calcular de forma objectiva o investimento global que o Estado pretende fazer em cada exercício (o que pode ser algo a alterar na «lei de bases» do Orçamento base zero) no domínio das tecnologias e dos sistemas de informação

Mais difícil ainda é calcular o valor do investimento imputável ao desenvolvimento e à difusão do conhecimento ou estimar os ganhos de eficácia e de produtividade que dele decorrem, designadamente na própria prestação dos outros serviços públicos

A monitorização transversal da coerência do investimento público em sistemas e tecnologias da informação e em formação para o conhecimento, bem como da racionalização dos processos funcionais que suportam a Administração Pública constitui, sem dúvida, uma necessidade urgente que o Governo, estou certo, não deixará de ter em conta

No entanto, alguns sinais são prova, desde já, de que esse caminho começa a ser percorrido Destaco, como exemplos marcantes, no Orçamento do Estado para 2000 a apostila na Sociedade da Informação feita pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, com uma alocação de recursos de 5,1 milhões de contos, o prosseguimento do programa de criação de Lojas do Cidadão e de desenvolvimento da rede de informação ao cidadão — o INFOCID —, aos quais o Ministério da Reforma do Estado e da Administração Pública afectou 1,5 milhões de contos, a alocação feita pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade de 4,5 milhões de contos para a continuação do programa informático da segurança social, que estrutura a modernização global dos serviços, o investimento global previsto pelo Ministério da Justiça de cerca de 3,4 milhões de contos na informatização de sistemas cruciais para uma maior eficácia e racionalidade dos serviços — um debate tão presente na nossa sociedade —, designadamente no desenvolvimento de sistemas de apoio ao sistema judiciário, à gestão dos serviços prisionais e à acção da polícia judiciária, o investimento de 4,8 milhões de contos programado pelo Ministério da Educação no Programa Nónio — Século XXI para difusão das tecnologias de informação e comunicação nas escolas, um programa verdadeiramente crucial para o nosso futuro colectivo, no qual se prevê investir cerca de 30 milhões de contos no quadro desta Legislatura, o investimento global previsto pelo Ministério da Saúde de 6,3 milhões de contos no desenvolvimento do sistema de informação da saúde e na difusão de tecnologias de informação e comunicação, incluindo o desenvolvimento fundamental da telemedicina

Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Srs Deputados Término como comecei, fazendo uma citação muito repetida ao longo desta tarde, penso que, originalmente, feita pelo Sr Ministro das Finanças e da Economia, que classificou, como eu classifico, o Orçamento do Estado para 2000 como um orçamento de transição

Por tudo o que já aqui afirmei, pela revolução tranquila mas potente que vai ocorrendo no dia-a-dia das nossas escolas, das nossas universidades, das nossas empresas,

e que em breve não poderá deixar de contagiar a Administração Pública, e pela confiança profunda que tenho na capacidade dos portugueses em se suplantarem nos momentos de ruptura e forte pressão criativa, estou certo que este Orçamento não será apenas um orçamento de transição, do ponto de vista das opções económicas e financeiras mas marcará indelevelmente a transição de Portugal para um tempo de mais desenvolvimento e melhores condições de vida

É também por isso que, com serenidade e forte convicção, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai aprovar o Orçamento para 2000 proposto pelo Governo, entendendo-o como um primeiro passo num ciclo de modernização que permitirá cumprir o designio de dar aos portugueses condições de vida próximas da média europeia, no espaço de uma geração

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Srs Deputados, visto não haver mais inscrições, declaro encerrado o debate

Srs Deputados, a próxima sessão realizar-se-á amanhã, pelas 10 horas, tendo como ordem de trabalhos a continuação da discussão conjunta, na generalidade, das propostas de lei n.º 15/VIII e 16/VIII

Está encerrada a sessão

Eram 18 horas e 45 minutos

Declaração de voto enviada à Mesa, para publicação, relativa à votação, na generalidade, dos projectos de lei n.º 8/VIII — Altera a Lei n.º 92/95, de 12 de Setembro (Lei da protecção dos animais), e revoga o Decreto n.º 15 355, de 11 de Abril de 1928 (CDS-PP), 26/VIII — Alteração do Decreto n.º 15 355 (PCP), 29/VIII — Aprova o novo regime sancionatório das touradas com touros de morte (revoga o Decreto n.º 15 355, de 14 de Abril de 1928 (PS) e 41/VIII — Altera o Decreto n.º 15 355 (Proibição de touros de morte em Portugal) (BE).

O direito criminal representa, na sociedade democrática e no Estado de direito, a expressão jurídica por excelência de um quadro de valores cuja dignidade é merecedora da mais elevada tutela — aquela que, no limite, pode desencadear séria restrição a um dos mais preciosos direitos fundamentais o direito de liberdade

Por isso mesmo o direito criminal, para cumprir de pleno a sua razão de ser, não pode ser desvirtuado em mero instrumento jurídico de repressão ao serviço de conveniências de ordenamento social insuficientemente referenciáveis a fundamentos éticos socialmente partilhados num mesmo quadro histórico de civilização e cultura. Por outras palavras um valor ou é ou não é merecedor de tutela penal. Se o é, à luz de uma consciência axiológica dominante, não pode ser alvo de medidas de excepção no quadro de uma mesma comunidade jurídica

Por isso, para os que aceitam que a morte do touro na arena deva continuar a ser proibida e objecto de reacção criminal, parece sempre ter-se por contradição insanável a simultânea defesa de um valor a defender pelo direito criminal e, simultaneamente, a sua negação por razões particularistas. A natureza universal dos valores é incompatível com excepções, que logo afectam a essência da sua natureza. As regras, essas sim, podem ser excepcionais, na medida da sua natureza instrumental e não essencial

Mas, então, para que certo domínio da conduta social possa ainda ser qualificado, em todo o caso em função de critérios objectiváveis, entre margens variáveis do lícito e do ilícito, ele deve necessariamente descer da dimensão dos valores fundamentais para a regulação dos simples interesses de ordenação social. À luz dos projectos de lei apresentados, e no quadro da leitura supra referida, três deles, visando soluções de exceção para a discriminização (seja a título definitivo, seja a título transitório) incorrem, na opinião dos subscriptores, no vício da instrumentalização dos valores penais ao nível das razões de oportunidade. Ganhara com a medida, em descompressão, uma comunidade territorialmente identificada? Perderá, provavelmente, a autoridade do direito na consciência de deve ser universal que, por maioria de razão, do direito criminal deverá ser dado a todos os cidadãos. Por isso os subscriptores da presente declaração votaram contra os referidos projectos. Já o outro projecto — subscrito por Deputados do CDS-PP — se afigura imune ao mesmo tipo de critica. Com efeito, ao promover a discriminização das medidas sancionatórias, transferindo estas para o direito de mera ordenação social, o referido projecto retira a matéria da ordem dos valores criminalmente consagrados. E pode, por isso, estabelecer um quadro mais flexível de proibições e de autorizações sujeitas ao crivo das autoridades administrativas.

Deveria, afinal, ser esta via de interna coerência jurídica a partilhada por todos quantos consideram que o costume, por si, deve merecer autónoma relevância de juridicidade.

Os subscriptores da presente declaração de voto registam no entanto outras razões de fundo para não sufragarem o projecto dos Deputados do CDS-PP. É que os touros de morte são, em sua opinião, expressão de uma manifestação social que, em qualquer caso, não deviam de repudiar a da fruição do espectáculo da morte real, em si e por si, como categoria catalizadora de emoções colectivas.

A história — expressão de múltiplas tradições superadas por sucessivos estádios de civilização — regista uma renovada exigência ética do homem sobre si próprio e os seus comportamentos, na consciência mais apurada dos limites que deliberadamente se impõe em homenagem à dignidade da sua condição humana. Dentro desses limites avultam certamente os que derivam da recusa da vivência das paixões, dos prazeres e das emoções estéticas vi-

encialmente alcançados à custa dos rituais públicos da morte. Mesmo se da de um animal se trata, a dignidade afectada é só pode ser a da consciência humana, certamente menos por uma razão de mera compaixão muito mais por uma razão axiológica. Aquela a que repugna, em qualquer circunstância, fazer da morte um motivo de aplauso.

Quanto ao problema que subjaz, o de uma comunidade pontualmente em confronto com um sistema proibitivo, o que parece razável questionar é se outros não poderiam ser os caminhos da qualificação do ilícito (como o projecto oriundo da bancada do PP intentou). Passasse ele ao domínio da simples ordenação social — mesmo sem admitir exceções — e certamente seriam superados muitos dos aspectos excessivamente dramatizados da questão. É que, em última instância, mesmo se censurável, o sacrifício de um touro na arena dificilmente justificará a penalização criminal do seu agente. Tão-pouco se justifica o recurso a uma repressão preventiva de efeitos virtualmente mais gravosos para o bem jurídico da ordem pública do que benéficos para o bem jurídico a proteger. Os princípios constitucionais da adequação, da necessidade e da proporcionalidade sempre permitirão encontrar as modalidades adequadas de fazer actuar os mecanismos da prevenção ou da punição de um ilícito.

Os Deputados do PS, Jorge Lacão — Mamedeiro Ferreira — Alberto Costa — Luísa Portugal — Nelson Baltazar — José Penedos — Celeste Correia — Mafalda Troncho — Francisco Valente — Joaquim Sarmento

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados

Partido Socialista (PS)

José Alberto Rebelo dos Reis Lamego

Partido Social Democrata (PSD)

Nuno Miguel Marta de Oliveira da Silva Freitas

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados

Partido Social Democrata (PSD)

*Domingos Duarte Lima
Henrique José Monteiro Chaves*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOSVISUAL

1 — Preço de página para venda avulso, 10\$00 (IVA incluído)

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República.

PREÇO DESTE NÚMERO 560\$00 (IVA INCLUIDO 5%)

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e assinaturas do «*Diário da República*» e do «*Diário da Assembleia da República*», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1099-002 Lisboa



Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.